

**MARFRIG ALIMENTOS S.A.**

**Relatório dos Auditores Independentes**

**Demonstrações contábeis individuais e  
consolidadas em 31 de dezembro de 2011 e de  
2010**

**MARFRIG ALIMENTOS S.A.**

**Demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
em 31 de dezembro de 2011 e de 2010**

## **Conteúdo**

**Relatório dos auditores independentes**

**Quadro 1 - Balanços patrimoniais individuais e consolidados**

**Quadro 2 - Demonstrações dos resultados individuais e consolidados**

**Quadro 3 - Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**

**Quadro 4 - Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidados**

**Quadro 5 - Demonstrações do valor adicionado individuais e consolidados**

**Quadro 6 - Demonstrações dos resultados abrangentes individuais e  
consolidados**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

## **RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
**MARFRIG ALIMENTOS S.A.**  
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **Marfrig Alimentos S.A.** (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis**

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui,

também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais**

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Marfrig Alimentos S.A.**, em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas**

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da **Marfrig Alimentos S.A.**, em 31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Ênfases**

#### **Avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto**

Conforme comentado na Nota 2.1, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia, essas práticas diferem das IFRS, aplicável às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins das IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está sendo ressalvada em função desse assunto.

#### **Reapresentação das demonstrações contábeis por conta da reclassificação do Instrumento mandatário conversível em ações**

Conforme comentado na Nota 2.3, a Administração da Companhia, com o objetivo de atendimento ao Ofício CVM/SEP/GEA-5/nº329/2012, procedeu a reclassificação da contabilização do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações, nos montantes de R\$2.479.307 e

R\$2.487.672 em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, respectivamente (líquido dos gastos de emissão), anteriormente classificado no Patrimônio líquido, para a rubrica Instrumento mandatário conversível em ações registrada no passivo não circulante. Essas demonstrações contábeis foram alteradas e estão sendo reapresentadas conforme previsto no Pronunciamento Técnico CPC 23 - Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não está sendo ressalvada em função desse assunto.

#### **Outros assuntos**

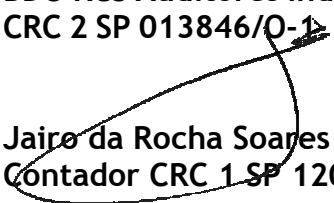
#### **Demonstrações do valor adicionado**

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

São Paulo, 23 de outubro de 2012.



**BDO RCS Auditores Independentes SS**  
**CRC 2 SP 013846/O-1**

  
**Jairo da Rocha Soares**  
**Contador CRC 1 SP 120458/O-6**

  
**Raul Corrêa da Silva**  
**Contador CRC 1SP 079028/O-1**

**QUADRO 1**  
**MARFRIG ALIMENTOS S.A.**

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 31 DE DEZEMBRO DE 2010**  
**(Em milhares de reais)**

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado			Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10			(reapresentado) 31/12/11	(reapresentado) 31/12/10	(reapresentado) 31/12/11	(reapresentado) 31/12/10
ATIVO						PASSIVO					
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	422.367	147.582	1.076.820	738.048	Fornecedores		344.484	341.911	2.783.120	2.310.763
Aplicações Financeiras	5	877.065	2.106.438	2.400.140	3.138.308	Pessoal, encargos e benefícios sociais	15	50.507	156.892	483.685	537.079
Valores a receber - clientes nacionais	6	193.588	237.948	1.032.510	1.109.851	Impostos, taxas e contribuições	16	23.398	28.609	171.246	171.627
Valores a receber - clientes internacionais	6	187.634	154.172	270.396	252.094	Empréstimos e financiamentos	17	900.473	1.459.146	2.277.035	2.852.561
Estoque de produtos e mercadorias	7	533.513	576.124	2.526.827	2.249.314	Títulos a pagar	20	237.583	152.857	434.158	313.632
Ativos biológicos	8	25.609	118.058	711.169	693.040	Arrendamentos a pagar	18	3.970	49.826	59.911	89.018
Impostos a recuperar	9	467.002	439.610	1.025.496	868.638	Dividendos a pagar	24.4	412	4.865	412	4.865
Despesas do exercício seguinte		6.143	7.178	85.689	68.008	Juros sobre o capital próprio	24.5	14.465	91.769	14.465	91.769
Títulos a receber	10	405.193	110.753	28.362	2.877	Juros sobre debêntures	19	180.299	132.000	180.299	132.000
Adiantamentos a fornecedores		17.179	57.616	33.166	64.909	Antecipações de clientes		84.350	181.687	106.918	181.687
Outros valores a receber		19.954	44.806	168.538	215.152	Outras obrigações		14.706	5.847	161.850	263.558
Total do ativo circulante		3.155.247	4.000.285	9.359.113	9.400.239	Total do passivo circulante		1.854.647	2.605.409	6.673.099	6.948.559
Não circulante						Não circulante					
Aplicações financeiras	5	100	189	897	7.690	Empréstimos e financiamentos	17	4.205.854	3.846.442	8.326.043	6.375.244
Depósitos judiciais		23.375	19.412	24.901	19.548	Impostos, taxas e contribuições	16	78.921	94.048	244.048	291.686
Títulos a receber	10	1.594.075	1.024.247	37.912	11.078	Imposto de renda e contribuição social diferidos	23	128.737	135.321	1.415.676	1.463.436
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	721.548	385.914	1.443.536	893.100	Provisões para contingências	22	12.055	15.250	188.725	223.686
Impostos a recuperar	9	618.731	529.940	1.188.552	1.008.235	Arrendamentos a pagar	18	4.756	24.418	242.823	230.193
Outros valores a receber		5.341	5.245	85.294	99.818	Debêntures a pagar	19	593.951	-	593.951	-
		2.963.170	1.964.947	2.781.092	2.039.469	Títulos a Pagar	20	651.745	107.204	30.537	380.461
						Instrumento mandatário conversível em ações	21	2.479.307	2.487.672	2.479.307	2.487.672
						Outros		-	-	210.018	189.908
Investimentos	12	4.728.944	4.796.225	13.195	10.040	Total do passivo não circulante		8.155.326	6.710.355	13.731.128	11.642.286
Imobilizado	13	1.448.238	1.460.474	7.095.302	6.685.588	Patrimônio líquido					
Ativos biológicos	8	-	-	219.783	277.554	Capital social	24.1	4.061.478	4.061.478	4.061.478	4.061.478
Intangível	14	968.775	959.449	4.354.956	4.186.696	(-) Gastos com emissão de ações	24.1	(74.960)	(74.960)	(74.960)	(74.960)
		7.145.957	7.216.148	11.683.236	11.159.878	Reserva de Capital		(19.222)	(19.222)	(19.222)	(19.222)
Total do ativo não circulante		10.109.127	9.181.095	14.464.328	13.199.347	Aquisição de ações em controladas		(19.222)	(19.222)	(19.222)	(19.222)
						Reservas de lucros		38.122	44.476	38.122	44.476
						Reserva legal	24.2.1	44.476	44.476	44.476	44.476
						Retenção de Lucros		7.348	7.348	7.348	7.348
						Ações em tesouraria	24.2.2	(13.702)	(7.348)	(13.702)	(7.348)
						Outros resultados abrangentes	24.3	508.844	416.988	508.844	416.988
						Ajuste de avaliação patrimonial	24.3.1	(51.359)	109.423	(51.359)	109.423
						Ajuste acumulado de conversão	24.3.2	560.203	307.565	560.203	307.565
						Prejuízos Acumulados		(1.259.861)	(563.144)	(1.259.861)	(563.144)
						Patrimônio líquido de controladores		3.254.401	3.865.616	3.254.401	3.865.616
						Participação de não controladores	24.6	-	-	164.813	143.125
						Total do patrimônio líquido		3.254.401	3.865.616	3.419.214	4.008.741
Total do ativo		13.264.374	13.181.380	23.823.441	22.599.586	Total do passivo e patrimônio líquido		13.264.374	13.181.380	23.823.441	22.599.586

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

QUADRO 2

MARFRIG ALIMENTOS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS  
ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010  
(Em milhares de reais, exceto o resultado por ação)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2011	2010	2011	2010
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	25	4.453.974	3.900.258	21.884.909	15.878.469
Custo dos produtos vendidos	26	(3.386.728)	(3.082.652)	(18.742.292)	(13.277.024)
LUCRO BRUTO		1.067.246	817.606	3.142.617	2.601.445
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(2.155.477)	(836.436)	(4.419.267)	(2.872.945)
Comerciais	26	(298.457)	(265.002)	(1.487.362)	(1.407.500)
Administrativas e gerais	26	(139.648)	(135.169)	(796.797)	(562.688)
Resultado com equivalência patrimonial		(273.398)	429.117	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais		84.773	5.192	173.818	244.485
Resultado financeiro	26	(1.528.747)	(870.574)	(2.308.926)	(1.147.242)
Receitas financeiras		259.933	217.149	398.837	253.585
Variação cambial ativa		254.399	170.274	564.983	282.714
Despesas financeiras		(1.319.916)	(962.808)	(1.927.054)	(1.295.787)
Variação cambial passiva		(723.163)	(295.189)	(1.345.692)	(387.754)
RESULTADO OPERACIONAL		(1.088.231)	(18.830)	(1.276.650)	(271.500)
PREJUÍZO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS		(1.088.231)	(18.830)	(1.276.650)	(271.500)
PROVISÃO PARA IR E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		342.219	164.924	529.967	411.592
Imposto de renda	33	251.631	121.491	406.410	296.372
Contribuição social	33	90.588	43.433	123.557	115.220
(PREJUÍZO) LUCRO NO EXERCÍCIO		(746.012)	146.094	(746.683)	140.092
ATRIBUÍDO A:					
Participação dos acionistas controladores		(746.012)	146.094	(746.012)	146.094
Participação dos acionistas não-controladores		-	-	(671)	(6.002)
		(746.012)	146.094	(746.683)	140.092
(Prejuízo) Lucro básico por ação - ordinária		(2,1533)	0,4216	(2,1533)	0,4216

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

QUADRO 3

MARFRIG ALIMENTOS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010  
(Em milhares de reais )

	Atribuído à participação dos acionistas controladores												
			Reservas de lucros			Outros resultados abrangentes							
	Capital social	Gasto com emissão de ações	Reserva de capital (reapresentado)	Reserva Legal	Retenção de Lucros	Ações em Tesouraria	Ajustes de avaliação patrimonial	Ajustes acumulados de conversão	Prejuízos acumulados	Total	Total da participação dos controladores	Total da participação dos não-controladores	Total do patrimônio líquido
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	4.061.478	(71.603)	(1.748)	37.171	10.654	(10.654)	194.641	234.880	(682.773)	3.772.046	3.772.046	13.858	3.785.904
Gastos com emissão privada de ações	-	(3.357)	-	-	-	-	-	-	-	(3.357)	(3.357)	-	(3.357)
Transferência de ações intercompanhias	-	-	(12.550)	-	-	-	-	-	-	(12.550)	(12.550)	-	(12.550)
Aquisição de novas ações em controladas	-	-	(4.924)	-	-	-	-	-	-	(4.924)	(4.924)	-	(4.924)
Resultado abrangente:													
Variação cambial sobre os investimentos líquidos	-	-	-	-	-	-	(85.218)	-	-	(85.218)	(85.218)	123.265	38.047
Variação cambial - Conversão balanço	-	-	-	-	-	-	-	72.685	-	72.685	72.685	-	72.685
Baixa de ações em Tesouraria	-	-	-	-	-	3.306	-	-	-	3.306	3.306	-	3.306
Combinação de negócios	-	-	-	-	-	-	-	-	16.931	16.931	16.931	-	16.931
Lucro do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	146.094	146.094	146.094	6.002	152.096
Complemento Reserva Legal	-	-	-	7.305	-	-	-	-	(7.305)	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.865)	(4.865)	(4.865)	-	(4.865)
Juros s/capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	(34.532)	(34.532)	(34.532)	-	(34.532)
Absorção de prejuízos	-	-	-	-	(3.306)	-	-	-	3.306	-	-	-	-
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	4.061.478	(74.960)	(19.222)	44.476	7.348	(7.348)	109.423	307.565	(563.144)	3.865.616	3.865.616	143.125	4.008.741
Variação cambial sobre os investimentos líquidos	-	-	-	-	-	-	(111.487)	-	-	(111.487)	(111.487)	22.359	(89.128)
Variação cambial - Conversão balanço	-	-	-	-	-	-	-	252.638	-	252.638	252.638	-	252.638
Realização de Custo Atribuído (Deemed cost)	-	-	-	-	-	-	(49.295)	-	49.295	-	-	-	-
Baixa (aquisição) de ações em Tesouraria	-	-	-	-	-	(6.354)	-	-	-	(6.354)	(6.354)	-	(6.354)
(Prejuízo) do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	(746.012)	(746.012)	(746.012)	(671)	(746.683)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	4.061.478	(74.960)	(19.222)	44.476	7.348	(13.702)	(51.359)	560.203	(1.259.861)	3.254.401	3.254.401	164.813	3.419.214

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



#### QUADRO 4

##### MARFRIG ALIMENTOS S.A.

##### DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	Acumulado 2011	Acumulado 2010 (Reapresentado)	Acumulado 2011	Acumulado 2010 (Reapresentado)
(PREJUIZO) LUCRO NO EXERCÍCIO	(746.012)	146.094	(746.012)	146.094
Itens de resultado que não afetam o caixa	1.413.665	33.319	2.018.453	1.174.172
Depreciação	71.469	59.896	489.178	441.606
Amortização	2.146	-	252.350	185.118
Participação dos acionistas não controladores	-	-	(671)	(6.002)
Provisão para contingências e não realização de créditos tributários	(3.195)	8.692	21.525	125.625
Tributos diferidos	(342.219)	(166.935)	(644.626)	(462.576)
Resultado com equivalência patrimonial	273.398	(429.117)	-	-
Variação cambial sobre financiamentos	564.102	(91.543)	1.009.835	(49.081)
Variação cambial demais contas de ativo e passivo	(95.338)	(33.372)	(229.126)	(55.958)
Despesas de juros sobre dívidas financeiras	411.020	518.535	798.653	708.302
Despesas de juros sobre arrendamento financeiro	26.344	25.769	36.309	29.864
Despesas de juros sobre debêntures	401.864	132.000	401.864	132.000
Despesas financeiras sobre outros passivos	-	9.933	-	30.905
Ajuste a valor presente dos arrendamentos	(15.220)	-	(15.220)	-
Reversão passivo contingente	-	-	(247.981)	-
Baixa do ativo imobilizado	119.294	(539)	146.363	94.369
Mutações patrimoniais	884.423	(1.114.012)	238.239	(1.988.729)
Contas a receber de clientes	(45.439)	237.990	55.402	212.200
Estoques	135.060	(19.396)	(251.320)	(537.943)
Depósitos judiciais	(3.963)	(3.818)	(5.262)	5.432
Pessoal, encargos e benefícios sociais	(106.385)	66.730	(82.976)	153.855
Aplicação Financeira	1.229.373	111.773	738.168	(727.590)
Fornecedores	43.009	106.647	357.459	349.600
Tributos correntes e diferidos	(136.520)	(444.042)	(370.188)	(1.069.209)
Títulos a receber e a pagar	(299.967)	(562.387)	219.885	28.480
Outras contas ativas e passivas	69.255	(607.509)	(422.929)	(403.554)
Fluxo de caixa das atividades operacionais	1.552.076	(934.599)	1.510.680	(668.463)
Atividades de investimentos				
Investimentos	-	(1.585.017)	125	(1.534.906)
Aplicações em ativo imobilizado e ativo biológico	(178.527)	(192.808)	(912.820)	(1.119.059)
Aplicações no ativo intangível	(11.472)	(398.982)	(33.920)	(1.284.143)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	(189.999)	(2.176.807)	(946.615)	(3.938.108)
Atividades de financiamentos				
Dividendos / JSCP Pagos no exercício	(61.936)	(99.350)	(61.936)	(99.350)
Debêntures	598.200	-	598.200	-
Juros liquidados Debêntures	(244.831)	-	(244.831)	-
Empréstimos e financiamentos	(1.287.366)	526.749	(601.061)	2.428.190
Empréstimos obtidos	1.480.541	3.664.008	5.303.360	7.326.800
Empréstimos liquidados	(2.767.907)	(3.137.259)	(5.904.421)	(4.898.610)
Arrendamento a pagar	(76.640)	(67.545)	(69.303)	(69.057)
Arrendamentos obtidos	1.731	1.679	85.381	25.193
Ajuste a valor presente	-	1.979	-	1.979
Arrendamentos liquidados	(78.371)	(71.203)	(154.684)	(96.229)
Instrumento mandatário conversível em ações	(8.365)	2.487.672	(8.365)	2.487.672
Ações em tesouraria	(6.354)	(3.357)	(6.758)	(3.357)
Emissão de ações e gastos com emissão de ações	-	3.305	-	3.305
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	(1.087.292)	2.847.474	(394.054)	4.747.403
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	-	-	168.761	(25.503)
Fluxo de caixa do exercício	274.785	(263.932)	338.772	115.329
Caixa e equivalentes de caixa				
Saldo final	422.367	147.582	1.076.820	738.048
Saldo inicial	147.582	411.514	738.048	622.719
Variação no exercício	274.785	(263.932)	338.772	115.329

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## QUADRO 5

### MARFRIG ALIMENTOS S.A.

#### DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA O EXERCÍCIO ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
<b>1 - RECEITAS</b>	<b>4.447.988</b>	<b>4.173.034</b>	<b>21.978.749</b>	<b>17.131.498</b>
1.1 ) Vendas de mercadorias, produtos e serviços	4.453.974	4.173.596	21.884.909	17.073.217
1.2 ) Outras Receitas	-	539	168.250	89.565
1.3 ) Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa-Reversão/(Constituição)	(5.986)	(1.101)	(74.410)	(31.284)
<b>2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)</b>	<b>2.863.304</b>	<b>3.255.028</b>	<b>16.481.848</b>	<b>12.548.222</b>
2.1 ) Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	1.975.195	2.509.176	11.700.002	9.325.909
2.2 ) Materiais, energia.serviços de terceiros e outros	307.053	745.852	3.925.201	2.484.816
2.3 ) Perda / Recuperação de valores ativos	581.056	-	856.645	737.497
<b>3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)</b>	<b>1.584.684</b>	<b>918.006</b>	<b>5.496.901</b>	<b>4.583.276</b>
<b>4 - DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO</b>	<b>73.615</b>	<b>59.896</b>	<b>741.528</b>	<b>626.724</b>
<b>5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3 - 4)</b>	<b>1.511.069</b>	<b>858.110</b>	<b>4.755.373</b>	<b>3.956.552</b>
<b>6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>	<b>240.934</b>	<b>877.945</b>	<b>955.313</b>	<b>616.245</b>
6.1 ) Resultado de equivalência patrimonial	(273.398)	429.117	-	-
6.2 ) Receitas financeiras e variação cambial ativa	514.332	387.423	963.820	536.299
6.3) Outros	-	61.405	(8.507)	79.946
<b>7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5 + 6)</b>	<b>1.752.003</b>	<b>1.736.055</b>	<b>5.710.686</b>	<b>4.572.797</b>
<b>8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>1.752.003</b>	<b>1.736.055</b>	<b>5.710.686</b>	<b>4.572.797</b>
8.1 ) Pessoal	320.058	302.073	2.627.079	1.896.791
8.1.1 - Remuneração direta	210.366	253.388	1.987.320	1.486.851
8.1.2 - Benefícios	86.842	31.393	488.754	286.428
8.1.3 - F.G.T.S	22.850	17.292	151.005	123.512
8.2 ) Impostos, taxas e contribuições	452.156	(133.339)	662.084	504.677
8.2.1 - Federais	347.309	53.480	411.856	340.298
8.2.2 - Estaduais	104.816	(186.819)	243.121	155.583
8.2.3 - Municipais	31	-	7.107	8.796
8.3 ) Remuneração de capitais de terceiros	1.725.801	1.421.227	3.168.206	2.025.235
8.3.1 - Juros	1.709.823	1.407.126	2.939.490	1.938.466
8.3.2 - Aluguéis	15.978	14.101	228.716	86.769
8.4 ) Remuneração de Capitais Próprios	(746.012)	146.094	(746.683)	146.094
8.4.1 - Juros sobre o Capital Próprio	-	34.532	-	34.532
8.4.2 - Dividendos	-	4.865	-	4.865
8.4.3 - Lucros retidos/Prejuízo do exercício	(746.012)	106.697	(746.012)	100.695
8.4.4 - Participação dos não controladores nos lucros e prejuízos retidos	-	-	(671)	6.002

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## QUADRO 6

### MARFRIG ALIMENTOS S.A.

#### DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
(PREJUÍZO) LUCRO NO EXERCÍCIO	(746.012)	146.094	(746.683)	140.092
Variação cambial sobre os investimentos líquidos	(111.487)	(85.218)	(111.487)	(85.218)
Variação cambial sobre conversão de balanço	252.638	72.685	252.638	72.685
	141.151	(12.533)	141.151	(12.533)
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(604.861)</u>	<u>133.561</u>	<u>(605.532)</u>	<u>127.559</u>
ATRIBUÍDO A:				
Participação dos acionistas controladores	(604.861)	133.561	(604.861)	133.561
Participação dos acionistas não controladores			(671)	(6.002)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## MARFRIG ALIMENTOS S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS (CONTROLADORA) E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais)

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Marfrig Alimentos S.A., companhia de capital aberto tem como objetivo: (i) produção de produtos alimentícios, e a exploração de atividades frigoríficas, como abate de bovinos, suínos, ovinos e aves e (ii) industrialização, distribuição, importação, exportação e comercialização de produtos e subprodutos de origem animal, comestíveis ou não, em estabelecimentos próprios ou de terceiros.

A Marfrig Alimentos S.A. foi fundada em 6 de junho de 2000 tornando-se uma Sociedade Anônima em 26 de março de 2007. A Companhia obteve seu Registro (nº 20788) na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em 18 de junho de 2007 e realizou sua Oferta Pública Inicial (IPO) em 29 de junho de 2007, tendo suas ações listadas no Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBOVESPA) sob o código MRFG3. Em 28 de abril de 2009 a razão social da Companhia foi alterada para Marfrig Alimentos S.A. Seu capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2011 era constituído de 346.983.954 ações ordinárias onde 164.623.644 ações ou 47,44% estão sobre o controle da MMS Participações S.A. e 182.360.310 ações ou 52,55% estão em circulação como “*freefloat*” no mercado de capitais. A MMS Participações S.A. é controlada por Marcos Antonio Molina dos Santos e Márcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos, cada qual com 50% de participação.

Como participante do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, a Companhia está vinculada à Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social.

As ações da Companhia também fazem parte dos principais indicadores de desempenho do mercado de capitais brasileiro, como o Ibovespa (o mais importante indicador do desempenho médio das cotações do mercado de ações brasileiro), o IBrX-50 (carteira teórica composta por 50 ações selecionadas entre as mais negociadas na BM&FBOVESPA em termos de liquidez) e o ICO2 (carteira teórica composta por companhias que adotaram práticas transparentes com relação a suas emissões de gases efeito estufa). As ações da Marfrig também integram os seguintes índices da bolsa brasileira: Índice Brasil - IBrX; Índice Valor Bovespa - IVBX-2; Índice Small Cap - SMLL, Índice MidLarge Cap - MLCX; Índice do Setor Industrial - INDX; Índice de Consumo - ICON; Índice de Ações com Tag Along Diferenciado - ITAG e Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada - IGC.

As posições, patrimonial e financeira, da Companhia devem ser consideradas no contexto operacional das atividades integradas dos seguintes segmentos de negócio, organizadas de acordo com a proteína animal que dá origem à receita, com estruturas próprias profissionalizadas, e segmentados em:

- Bovinos, Ovinos e Couro, com operações de abate de animais localizadas na América do Sul (Brasil, Argentina, Uruguai e Chile) e Europa;

- Aves, Suínos e produtos elaborados e processados, com operações no Brasil, Europa, Estados Unidos, Oriente Médio e Ásia.

#### SEGMENTO DE NEGÓCIOS DE BOVINOS, OVINOS E COURO

- Bovinos Brasil:

- Marfrig Alimentos S.A. (Brasil) - composta por 9 unidades de abate e processamento de carne bovina, sendo 1 delas também utilizadas no abate de ovinos, 2 curtumes, 1 fábrica de higiene e limpeza e 1 confinamento, localizadas nos Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Rondônia, além de 3 Centros de Distribuição no Estado de São Paulo.
- MFB Marfrig Frigoríficos Brasil S.A., composta por 14 unidades de abate e processamento de carne bovina, sendo 1 delas também utilizada no abate de ovinos e 3 unidades de industrialização de carne bovina, localizadas nos Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Goiás, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná e Rondônia - a participação da Marfrig é de 100%.
- Masplen Ltd (Ilha de Jersey), (empresa que detém 100% da Pampeano Alimentos S.A. (Brasil)). A Pampeano é produtora de carnes enlatadas e outros produtos industrializados no Estado do Rio Grande do Sul - a participação da Marfrig é de 100%.
- Marfrig Overseas Ltd (Ilhas Cayman), empresa constituída para fins de captação de recursos no exterior pela emissão de "Notes" - a participação da Marfrig é de 100%.
- Marfood USA Inc. (EUA), produtora e distribuidora de *beef jerky* para o mercado norte-americano, detentora da marca Pemmican - a participação da Marfrig é de 100%.
- MFG Agropecuária Ltda. - explora a atividade agropecuária envolvendo a criação, trato, manejo, engorda, compra e venda e transporte de bovinos, equinos, suínos, caprinos, ovinos, aves e bufalinos em pé e embriões, possui 9 plantas de confinamento. - a participação da Marfrig é de 99,99%;
- MFG Comercializadora de Energia Ltda. - explora as atividades de comercialização de energia; a prestação dos serviços associados, vinculados ou necessários para a comercialização de energia e, a pesquisa de soluções voltadas à qualidade e eficiência de energia elétrica. - a participação da Marfrig é de 99,99%;

- Bovinos Internacional (Argentina, Uruguai, Chile e Europa):
  - Quickfood S.A. (Argentina) é uma companhia de capital aberto, registrada na comissão de valores da Argentina, detentora da marca PATY, produtora e distribuidora de *beef jerky* para o mercado norte-americano e diversos outros destinos de exportação, líder nos mercados argentino, uruguaio e chileno de hambúrgueres, com 5 plantas de abate, 3 unidades de produtos processados e industrializados de carne bovina e 1 fábrica de legumes e vegetais congelados, a participação da Marfrig é de 90,05%. Em 1º de maio de 2011 as empresas Argentine Breeders & Packers S.A, Best Beef S.A e Mirab S.A. foram incorporadas pela Quickfood S.A. Com esta operação a Estância Del Sur S.A, passou a ser controlada diretamente pela Quickfood S.A., que agora detém 99,96% de participação.
  - Frigorífico Tacuarembó S.A. (Uruguai), que opera uma unidade de abate e industrialização de carne bovina - a participação da Marfrig é de 93,68%;
  - Inaler S.A. (Uruguai), unidade de abate de bovinos e ovinos - a participação da Marfrig é de 100%;
  - Marfrig Chile S.A. (Chile) que opera uma unidade de desossa de carne e uma *trading*, ambas no mercado chileno - a participação da Marfrig é de 99,47%. A Marfrig Chile incorporou em 21 de dezembro de 2009 as empresas Quinto Cuarto S.A. e PBP Chile Limitada, as quais eram suas subsidiárias. Ainda, a Marfrig Chile S.A detém 100% do Frigorífico Patagonia S.A. (Chile), que opera um frigorífico de cordeiros na Patagônia;
  - Prestcott International S.A. (Uruguai), que detém 100% da empresa Cledinor S.A. (Uruguai), que opera um frigorífico de bovinos e ovinos na cidade de Salto - a participação da Marfrig é de 100%;
  - Establecimientos Colonia S.A. (Uruguai), frigorífico de bovinos na cidade de Colonia - a participação da Marfrig é de 100%;
  - Columbus Netherlands B.V. (Holanda) - participação da Marfrig é de 100%, a qual detém 59,17% da empresa Gideny S.A., que é a holding que controla 100% do Grupo Zenda, que opera no Uruguai na industrialização e comercialização de couros acabados e cortados, além de suas afiliadas na Argentina, México, Estados Unidos, Alemanha, África do Sul, Chile, Hong Kong e China.
  - Weston Importers Ltd. (Reino Unido), trading que atua no mercado europeu e que detém 100% da empresa CDB Meats Ltd. (Reino Unido), produtora de carnes industrializadas. - a participação da Marfrig é de 100%

## SEGMENTO DE NEGÓCIOS DE AVES, SUÍNOS E PRODUTOS ELABORADOS E PROCESSADOS

- Aves, Suínos e Produtos Elaborados e Processados - Nacional (SEARA)
  - Seara Holdings (Europe) B.V., que detém 99,9% da Babicora Holding Participações Ltda., a qual detém 99,9% da Seara Alimentos S.A (Brasil) além de suas afiliadas na Europa e na Ásia - a participação da Marfrig é de 100%.
  - Secculum Participações Ltda. (Brasil) - a participação da Marfrig é de 99% e União Frederiquense Participações Ltda. (Brasil) - a participação da Marfrig é de 99,99%, empresas que em conjunto detém 100% da empresa Frigorífico Mabella Ltda. A Mabella opera uma unidade de abate de suínos no Estado de Santa Catarina e uma unidade de abate e industrialização de carne suína no Estado do Rio Grande do Sul. Também concentra as operações de frangos e suínos da Marfrig, contemplando as empresas e seus respectivos percentuais de participação, abaixo:
    - DaGranja Agroindustrial Ltda. - a participação indireta da Mabella é de 94%;
    - Braslo Produtos de Carnes Ltda. - a participação da Mabella é de 99,99%;
    - MAS Frangos Participações Ltda. - a participação da Mabella é de 100%, a qual detém 100% da Agrofrango Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.;
    - Penasul Alimentos Ltda. - a participação da Mabella é de 100%.

A operação de frango é formada por 7 plantas de abate de aves e 7 unidades de processamento e industrialização de carne de aves nos Estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Minas Gerais e Distrito Federal.

- MBL Alimentos S.A., empresa que opera na criação de suínos - a participação da Mabella é de 100%.

As operações de aves e suínos - Brasil - produzem e comercializam produtos com as marcas Seara, Mabella, Pena Branca e DaGranja, sendo as duas últimas de titularidade da Marfrig Alimentos S.A.

- Aves, Suínos e Produtos Elaborados e Processados - Internacional (Moy Park, Kitchen Range e Keystone)
  - Marfrig Holdings (Europe) - B.V. (Holanda),
    - Detém 100% da Moy Park Holdings (Europe) Limited -Empresa com sede na Irlanda do Norte, que detém 100% das empresas Moy Park Group (Irlanda do Norte) e Kitchen Range Foods Ltd. (Inglaterra), que opera 3 plantas de abate de aves e 8 plantas de produtos processados e industrializados na Inglaterra, Irlanda do Norte, França e Holanda.

- Detém 100% da MFG (USA) Holdings Inc., que detém os ativos da Keystone nos Estados Unidos, que em conjunto com as demais unidades da Keystone, atuam globalmente na área de desenvolvimento, produção, comercialização e distribuição de alimentos a base de carnes de aves, peixes, suínas e bovinas, especializada no canal “Food Services”.

- McKey Luxembourg Holdings S.a.r.l.:

A Marfrig Alimentos S/A detém os ativos da Keystone na Europa e na Ásia através da subsidiária McKey Luxembourg Holdings S.a.r.l.. Ambas as operações atuam nas áreas de desenvolvimento, produção, comercialização e distribuição de alimentos a base de carnes de aves, peixes, suínas e bovinas, especializada no canal “Food Services”.

As divisões da Keystone dos Estados Unidos, Europa e Ásia em conjunto atendem mais de 28.000 restaurantes em 14 países, incluindo: EUA, Europa (França e Reino Unido), Ásia (China, Tailândia, Malásia e Coreia do Sul), Austrália, Nova Zelândia e Oriente Médio (Emirados Árabes, Kuwait, Bahrain, Qatar e Oman).

A estratégia do Grupo Marfrig baseia-se na busca pela sustentabilidade dos negócios no longo prazo e retorno para seus acionistas. Para isso, a Companhia tem como objetivos estratégicos os seguintes pilares para os próximos anos:

Disciplina Financeira	Plataforma Global	Foco em Clientes	Aumento da Rentabilidade	Management Experiente
- Desalavancagem	- Minimização de riscos	- Expertise no segmento de <i>Food Service</i>	- Ajuste do Mix de produtos	- Especialização em mercados e segmentos-chave
- Geração de fluxo caixa livre	- Redução de custos e maximização da utilização de capacidade instalada	- Portfólio completo com produtos de alta qualidade e com marcas fortes	- Integração e consolidação de todas as divisões, com captura de sinergias em toda a cadeia	- Manutenção do <i>management</i> nas aquisições realizadas
- Nível de caixa conservador	- Relacionamento Globais com redes de restaurantes e varejistas	- Melhoria contínua no atendimento às necessidades dos clientes	- Aumento da Participação de produtos de maior valor agregado	

O endividamento bruto consolidado da companhia aumentou em R\$ 2.034,3 milhões de 31 de dezembro de 2010 para 31 de dezembro de 2011, enquanto as disponibilidades reduziram-se em R\$399,4 milhões no mesmo período, evidenciando o investimento de R\$946,6 milhões realizados no exercício, conforme demonstração do fluxo de caixa, o qual se concentrou em capital de giro empregado nas plantas de produção de carne bovina e no crescimento das vendas da Seara, além das atividades de financiamento e das despesas financeiras atreladas ao endividamento, no valor de R\$1.528,2 milhões.



O índice de alavancagem (considerando uma dívida líquida de R\$ 7.785,1 milhões) ficou em 4,39 vezes, inferior ao *covenant* de 4,75 vezes que pauta na sua forma mais restritiva, o especificado nos contratos de financiamento como o quociente máximo da divisão entre a Dívida Líquida e EBITDA.

No encerramento de 2011, 20,8% da dívida estava no curto prazo, contra 30,9% em 2010. Em 2011 a Companhia manterá sua estratégia de gestão de sua estrutura de capital, com foco em operações de longo prazo. A disponibilidade financeira em 31 de dezembro de 2011 era de R\$3.477,0 milhões, 10,3% inferior ao montante de R\$3.876,4 milhões registrado no ano anterior, porém suficiente para cobrir em 1,48 vezes o endividamento circulante de R\$ 2.342,1 milhões (em comparação a um índice de cobertura de 1,36 vezes em 2010).

As iniciativas e prioridades para 2012 são a busca de:

- Foco no *core business* da companhia, de produção de produtos alimentícios à base de proteínas, com ênfase em produtos elaborados e processados, de maior valor agregado, incluindo as seguintes medidas:

Troca de Ativos	Assinatura de acordo vinculante com a BRF S.A. para troca dos ativos oriundos do TCD (“Termo de Compromisso de Desempenho”), visando a aumentar a participação em produtos de maior valor agregado e fortalecer a marca SEARA no mercado interno brasileiro.
Venda do negócio de logística da Keystone	Celebração de acordo para venda do negócio de serviços de logística especializada da Keystone Foods nos EUA, Europa, Oriente Médio, Oceania e Ásia para The Martin-Brower Company, pelo valor de USD400 milhões, a serem pagos quando concluída a transação.

As duas operações descritas acima estão divulgadas na nota explicativa nº 34 de eventos subsequentes.

- Foco na consolidação de todas as divisões e implementação de medidas operacionais para otimizar a estrutura organizacional, a gestão e a plataforma de produção, visando a melhorar margens e rentabilidade, com destaque para as seguintes ações:

Criação da Keystone Foods América Latina	Criação de uma empresa dedicada exclusivamente à produção, comercialização e distribuição de produtos para o canal de <i>food service</i> na região.
Criação do Segmento de Negócio MARFRIG BEEF	Unificação das estruturas organizacionais do segmento de bovinos sob a divisão “MARFRIG BEEF”, com foco em ganhos de eficiência e redução de custos globais nas áreas comercial, industrial, logística e administrativa.
Criação do CSC Marfrig	Início de operações do Centro de Serviços Compartilhados Marfrig, em Itajaí, com intuito de unificar e compartilhar os diversos serviços administrativos em cada divisão buscando otimização de custos.
Criação do Segmento de Negócio SEARA FOODS (anunciada em 2012)	Unificação das estruturas organizacionais do segmento de aves, suínos, elaborados e processados sob a divisão “SEARA FOODS”, com foco em ganhos de eficiência e redução de custos globais, bem como na captura de sinergias, com valor estimado entre R\$230-R\$330 milhões anuais, a se materializarem em até 5 anos.

**Reestruturação  
Organizacional  
(anunciada em 2012)**

Otimização da estrutura de gestão da companhia, com foco em maior agilidade na tomada de decisões, apoio estratégico e melhor aproveitamento do capital humano da companhia. A criação do segmento de negócio Seara Foods propicia maior flexibilidade para potenciais captações de recursos através de operações financeiras.

A conclusão com sucesso das iniciativas e prioridades estabelecidas acima permitirá à Companhia alcançar seu objetivo estratégico de desalavancagem financeira e aumento da geração de fluxo de caixa livre.

## **2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

### **2.1. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE**

#### **Demonstrações financeiras consolidadas**

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (*International Financial Reporting Standards (IFRS)*) emitidos pelo IASB.

#### **Demonstrações financeiras individuais**

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo CPC e estão sendo publicadas juntamente com as demonstrações financeiras consolidadas. As práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS apenas pela avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria custo ou valor.

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado pelo Grupo e o patrimônio líquido e resultado da Companhia controladora em suas demonstrações financeiras individuais. Assim sendo, as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo e as demonstrações financeiras individuais da controladora estão sendo apresentadas lado a lado em um único conjunto de demonstrações financeiras.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela administração da Companhia em 23 de outubro de 2012.

### **2.2. BASE DE APRESENTAÇÃO**

As demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas são apresentadas em Reais que é a moeda de apresentação, e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, tais como certos ativos não-circulantes e instrumentos financeiros, que são apresentados pelo valor justo.

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com o IFRS e Pronunciamentos Técnicos - CPC requerem o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As áreas que envolvem julgamento ou o uso de estimativas, relevantes para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão demonstradas na nota explicativa nº 3.1.3.

#### 2.2.1. Conversão de saldos em moeda estrangeira

##### *Moeda funcional e de apresentação*

As demonstrações financeiras de cada controlada constante da consolidação da Companhia e aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas usando-se a moeda funcional de cada entidade.

Conforme dispõe o Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2), a moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional de cada uma de suas controladas, a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços, assim como a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido. As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Marfrig Alimentos S.A.

##### *Transações e saldos*

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data da transação. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos ativos e passivos, em moeda estrangeira, no encerramento do exercício, e a conversão dos valores das transações, são reconhecidos na demonstração do resultado.

##### *Empresas do grupo*

Os resultados e a posição financeira de todas as controladas incluídas no consolidado e investimentos avaliados por equivalência patrimonial, que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação, são convertidos pela moeda de apresentação, conforme abaixo:

- i. os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento das demonstrações financeiras consolidadas;
- ii. as contas de resultado são convertidas pela cotação média mensal da taxa de câmbio;  
e

- iii. todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas no Patrimônio Líquido, na Demonstração dos Resultados Abrangentes Consolidados, na rubrica de “Ajustes acumulados de conversão”.

### **2.3 Refazimento das Demonstrações Financeiras**

As Demonstrações Financeiras Intermediárias referentes à data-base 31.12.2011 comparativas às de 31.12.2010, estão sendo reapresentadas em função do atendimento ao Ofício CVM/SEP/GEA-5/nº 329/2012, datado de 10 de outubro de 2012, o qual determinou (i) a reclassificação da contabilização do Instrumento Mandatário, e (ii) que sejam reapresentadas as demonstrações financeiras de 2011, comparadas as demonstrações de 2010 e 1º e 2º ITR's/2012.

Por determinação da CVM, a Companhia procedeu a reclassificação, em 31 de dezembro de 2011 e 2010, do registro do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações, nos montantes de R\$2.479.307 e R\$2.487.672, respectivamente (líquido dos gastos de emissão), anteriormente classificado no Patrimônio líquido, para a rubrica de Instrumento mandatário conversível em ações, registrada no passivo não circulante. A forma de registro anteriormente adotada pela Companhia estava amparada por pareceres contábeis e jurídicos emitidos especificamente o assunto em questão.

A referida reclassificação não altera qualquer dos termos e condições do Instrumento Mandatário e, conforme conclusão da Companhia, em consonância com pareceres jurídicos e contábeis, não tem efeito sobre o atual endividamento financeiro da Companhia, seu serviço de dívida, e seus covenants financeiros, uma vez que, diferentemente de outros itens do passivo da Companhia, o Instrumento Mandatário não é passível de liquidação em caixa ou equivalentes, mas apenas em ações ordinárias de emissão da própria Companhia.

A citada reclassificação não afetou as demonstrações do resultado, dos fluxos de caixa e do valor adicionado referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

## **3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

### **3.1. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras são as seguintes:

#### **3.1.1. Apuração do resultado**

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

- Receita

A receita proveniente das vendas de produtos é reconhecida quando o Grupo transfere os riscos e benefícios da propriedade para o comprador e é provável que o Grupo receba o pagamento anteriormente acordado. A transferência dos riscos e benefícios da propriedade ocorre quando do embarque dos produtos acompanhado da respectiva nota fiscal de venda levando-se em consideração os *incoterms*. Esses critérios são considerados atendidos quando os bens são entregues ao comprador, respeitadas as principais modalidades de fretes praticadas pela Companhia.

A receita é apresentada líquida dos impostos incidentes, das devoluções, dos abatimentos e descontos, e no caso das demonstrações financeiras consolidadas também estão líquidas das eliminações de vendas entre controladora e suas controladas incluindo os lucros não realizados nos estoques.

- Receita e Despesa Financeira

A receita está representada pelos ganhos nas variações do valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de resultado, bem como as receitas de juros obtidas através do método de juros efetivos.

Abrangem receitas de juros sobre montantes investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, e variações no valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

### 3.1.2. Relatórios por Segmento

Segmentos operacionais são reportados de maneira consistente com os relatórios internos entregues ao principal tomador de decisões operacionais, conforme CPC 22. O principal tomador de decisões operacionais foi identificado como a equipe da administração, incluindo o Diretor Executivo, o Diretor de Operações e o Diretor Financeiro.

A Administração da Companhia identificou dois principais segmentos divulgáveis estrategicamente organizados de acordo com a proteína animal, sendo (i) bovinos, ovinos e couros e, (ii) aves, suínos e produtos elaborados e processados, que atendem os parâmetros quantitativos e qualitativos de divulgação, conforme nota explicativa nº 30.

Dentro do segmento de aves, suínos e produtos elaborados e processados existe a atividade de serviços de distribuição nos mercados internacionais, o qual não está sendo divulgada em segmento separado devido não atender os critérios quantitativos para apresentação como tal.

### 3.1.3. Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, quando aplicáveis, o valor residual do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, estoques, imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e as provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

Segue abaixo os assuntos objeto de estimativa pela Companhia:

- vida útil dos bens do ativo imobilizado e intangíveis com vida útil definida;
- determinação do valor justo de ativos biológicos;
- perda por redução ao valor recuperável de tributos;
- perda por redução ao valor recuperável de intangível com vida útil indefinida, incluindo ágio;
- mensuração ao valor justo de itens relacionados à combinação de negócios;
- valor justo de instrumentos financeiros e derivativos;
- perdas com créditos de liquidação duvidosa;
- provisão para obsolescência dos estoques;
- imposto de renda e contribuição social diferido ativo;
- provisão para contingências (processos judiciais, fiscais, trabalhistas e cíveis);
- plano de opção de compra de ações - *stock option plan* ; e
- ajuste a valor presente.

#### 3.1.4. Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas.

Instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo pelo resultado, de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Com relação às aplicações financeiras e instrumentos classificados como caixa e equivalente de caixa, posteriormente ao reconhecimento inicial, esses instrumentos financeiros não derivativos são mensurados de acordo com sua respectiva classificação conforme segue:

- Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo pelo resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado. Os instrumentos da Companhia registrados nesta categoria estão descritos nas notas explicativas nº 4 e 5.

- Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transações atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

- Passivos Financeiros

Passivos financeiros não derivativos são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva, ajustados por eventuais reduções no valor de liquidação.

- Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados a valor justo e são instrumentos derivativos financeiros ativamente negociados em mercados organizados, sendo o seu valor

justo determinado com base nos valores cotados no mercado na data de encerramento das demonstrações financeiras. No reconhecimento inicial, são classificados como outros ativos e/ou passivos financeiros com contrapartida no resultado nas rubricas de receitas ou despesas financeiras.

#### 3.1.5. Moeda estrangeira

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional, bem como das empresas controladas no Brasil, é o Real de acordo com as normas descritas no Pronunciamento Técnico CPC nº 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras, aprovado pela Deliberação CVM nº 640/10. A moeda funcional das empresas localizadas no exterior é a do respectivo país onde operam, exceto as empresas localizadas no Uruguai, cuja moeda funcional é o dólar norte-americano. As conversões para a moeda de reporte são feitas em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC nº 02 (R2).

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários e não monetários são reconhecidos na demonstração do resultado.

#### 3.1.6. Ativos circulante e não circulante

- Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de alta liquidez, cujos vencimentos, quando de sua aquisição, sejam iguais ou inferiores a 90 dias, ou seja, de alta liquidez, as quais são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

- Aplicação financeira

As aplicações financeiras representam os investimentos cujo vencimento supera o prazo de três meses a contar da data de sua respectiva contratação.

- Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor justo e, quando aplicável, ajustado ao seu valor presente, em conformidade com o CPC 12.



A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização desses valores, sendo apurada em bases individuais.

- Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou produção, sendo ajustados pelo valor realizável líquido, quando inferior ao custo médio.

- Investimentos

Os investimentos da controladora em empresas controladas e coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais.

- Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na nota explicativa nº 13 e levam em consideração o tempo de vida útil estimada dos bens e com base nos prazos contratuais dos imóveis alugados quanto às benfeitorias efetuadas.

Os encargos financeiros dos financiamentos incorridos na fase de construção de bens integrantes do ativo imobilizado são capitalizados até o ativo entrar em operação.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa, quando incorrido.

De acordo com o CPC 01(R1), anualmente é avaliado se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Somente se houver alguma indicação, deve ser estimado o valor recuperável do ativo.

- Arrendamentos

- Arrendamento financeiro

Determinados contratos de arrendamento transferem substancialmente à Companhia os riscos e benefícios inerentes a propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro, sendo registrados no momento inicial como ativo imobilizado em contrapartida do passivo pelo menor valor entre o valor presente e valor justo, conforme CPC 06.

- Arrendamento operacional

Determinados contratos são classificados como arrendamento operacional quando sua substância não atende os requerimentos de arrendamento financeiro. Os pagamentos desses contratos são registrados como despesa no resultado linearmente pela vigência dos contratos e uso do bem correspondente.

Os arrendamentos da Companhia estão descritos na nota explicativa nº 18.

- Intangível

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, inclusive por meio de combinação de negócios, e os gerados internamente pela Companhia. São registrados pelo custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização calculada pelo método linear, com base nos prazos dos contratos de arrendamento e com base nos prazos estimados de recuperação.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida e o ágio por expectativa de rentabilidade futura não são amortizados e têm o seu valor recuperável testado anualmente.

O ágio representa o excesso do total da contraprestação paga sobre a diferença entre o valor justo dos ativos, adquiridos e passivos assumidos na data de obtenção do controle da empresa adquirida.

O ágio é capitalizado como um ativo intangível, sendo que qualquer *impairment* do seu valor contábil é reconhecido na demonstração de resultado. Sempre que o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos exceder o total da contraprestação paga, a diferença será reconhecida integralmente na demonstração dos resultados abrangentes consolidada na data de aquisição.

### 3.1.7. Ativo biológico

Conforme CPC 29, atividade agrícola é o gerenciamento da transformação biológica e da colheita de ativos biológicos animais e/ou plantas vivos para venda ou para conversão em produtos agrícolas ou em ativos biológicos adicionais. A Companhia classifica bovinos, aves e suínos vivos como ativos biológicos.

A Companhia reconhece os ativos biológicos quando ela controla esses ativos como consequência de um evento passado e é provável que benefícios econômicos futuros associados a esses ativos fluirão para a Companhia e o valor justo pode ser mensurado de forma confiável.

De acordo com o CPC 29, os ativos biológicos devem ser mensurados ao valor justo menos as despesas de venda no momento do reconhecimento inicial e no final de cada período de competência, exceto para os casos em que o valor justo não possa ser mensurado de forma confiável.

A Companhia valoriza os bovinos pelo seu valor justo com base em preços de mercado, enquanto aves e suínos são valorizados pelo custo de aquisição, uma vez que não há mercado ativo para aves e suínos.

#### 3.1.8. Redução do valor recuperável

Os testes de *impairment* sobre o ágio e outros ativos intangíveis com vida útil econômica indefinida são anualmente testados no encerramento do exercício. Outros ativos não financeiros são submetidos a testes de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que seu valor contábil pode não ser recuperável. Quando o valor contábil de um ativo excede a sua quantia recuperável (isto é, o maior entre o valor de uso e o valor justo menos os custos da venda), uma provisão é reconhecida para trazer o valor contábil ao seu valor recuperável.

Quando não é possível estimar o valor recuperável de um ativo individual, o teste de *impairment* é realizado em sua unidade geradora de caixa (CGUs): o menor grupo de ativos ao qual o ativo pertence e para o qual existem fluxos de caixa separadamente identificáveis. O ágio é alocado no reconhecimento inicial a cada uma das CGUs do Grupo que se espera serem beneficiadas das sinergias da combinação que ocasionou o ágio.

As perdas por *impairment* são incluídas no resultado. Uma perda por *impairment* reconhecida para o ágio não é revertida.

#### 3.1.9. Passivos circulantes e não circulantes

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

#### 3.1.10. Provisões

As provisões são reconhecidas em decorrência de eventos passados que originaram um passivo, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas quando as perdas são julgadas como mais prováveis de que não haverá desembolso, tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

#### 3.1.11. Plano de remuneração baseado em ações

Os efeitos do plano de remuneração baseado em ações são calculados com base no valor justo e reconhecidos no balanço patrimonial e na demonstração do resultado conforme as condições contratuais sejam atendidas e de acordo com o comentado na nota explicativa nº 28.5.

### 3.1.12. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é apurado com base no lucro real. O imposto de renda e a contribuição social são recolhidos mensalmente sobre bases de cálculo estimadas, nas formas e alíquotas previstas na legislação vigente.

Os ativos diferidos decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias são registrados em conformidade com a legislação tributária e Deliberação CVM nº 599/09 - Tributos sobre Lucro ("CPC 32"), e levam em consideração o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade revisado anualmente.

A Companhia e suas controladas optaram pelo Regime Tributário de Transição (RTT), conforme Medida Provisória nº 449/08, convertida na Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009, manifestando sua opção, de forma irretratável, na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica de 2009.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos quando o valor contábil de um ativo ou passivo difere de sua base fiscal, exceto para as diferenças decorrentes de :

- reconhecimento inicial do ágio;
- reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e no momento em que a transação não afete nem o lucro contábil nem o lucro tributável; e
- investimentos em subsidiárias e entidades controladas em conjunto, em que o Grupo seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença e seja provável que a diferença não reverterá no futuro previsível.

O reconhecimento dos ativos fiscais diferidos está restrito às ocasiões em que seja provável que o lucro tributável estará disponível contra os quais a diferença possa ser utilizada.

O valor de ativos e passivos é determinado utilizando-se as alíquotas tributárias vigentes ou substancialmente vigentes na data das demonstrações financeiras e que se espera que sejam aplicáveis quando os (ativos) e passivos diferidos forem (recuperados) e liquidados.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados quando o Grupo possui um direito legalmente exequível de compensar ativos e passivos fiscais circulantes e os ativos e passivos fiscais diferidos se relacionam a esses impostos cobrados pela mesma autoridade fiscal nos seguintes casos:

- Para a mesma empresa do grupo tributável; ou
- Para as diferentes entidades do grupo que pretendem liquidar os ativos e passivos fiscais circulantes pelo valor líquido ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada exercício futuro em que valores significativos de ativos e passivos fiscais diferidos devam ser liquidados ou recuperados.

### 3.1.13. Dividendos e Juros sobre capital próprio.

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante, por ser considerada uma obrigação legal prevista no estatuto social. Entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração antes do encerramento do exercício contábil a que se referem às demonstrações financeiras, ainda não aprovadas pelos acionistas, é registrada como dividendo adicional proposto, no patrimônio líquido.

Para fins de apresentação das demonstrações financeiras, os juros sobre capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido, contudo o efeito tributário é apresentado no resultado.

### 3.1.14. Lucro por ação

#### Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o período, conforme preconizado pela deliberação CVM 636/10 (CPC 41 - Resultado por ação), excluindo as ações classificadas como ações em tesouraria.

#### Diluído

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da Controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias, que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias. O efeito de diluição do lucro (prejuízo) por ação não gera diferença material entre o lucro (prejuízo) básico e diluído. O percentual de diluição está demonstrado na nota explicativa 29.

### 3.1.15. Ajuste a Valor Presente

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC nº 12, aprovado pela Deliberação CVM nº 564/2008, os ativos e passivos não circulantes, bem como os ativos e passivos circulantes relevantes, são registrados a valor presente na data da respectiva transação com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada nas contas que deram origem ao referido ativo ou passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do ativo ou passivo é apropriada ao resultado ao longo da vida do ativo ou passivo com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

Os ajustes a valor presente foram apurados com base na média entre a taxa Selic - Sistema Especial de Liquidação e Custódia utilizada pela Companhia para remuneração dos acionistas (taxa estabelecida como a de retorno do capital próprio) e a taxa média de captação de recursos no mercado financeiro (taxa estabelecida como a de retorno do capital de terceiros), atingindo, assim, o índice médio de 10,32% a.a. em 31 de dezembro de 2011 (10,16% a.a. para 31 de dezembro de 2010).

Os prazos utilizados na apuração do ajuste a valor presente variam de acordo com atividade operacional envolvida, correspondendo à expectativa média do prazo para liquidação, por exemplo: prazo médio de recebimento de vendas, prazo médio de pagamento, prazo da liquidação dos parcelamentos tributários e outros que sejam necessários.

As taxas praticadas e os prazos estabelecidos, atrelados aos fatores de risco envolvidos nas operações da Companhia, estão perfeitamente refletidos na apuração do valor presente.

#### 3.1.16. Gastos com emissão de ações

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC nº 8 (R1), aprovado pela Deliberação CVM nº 649/2010, os custos de transação incorridos na captação de recursos por intermédio da emissão de títulos patrimoniais devem ser contabilizados, de forma destacada, em conta redutora de patrimônio líquido, deduzidos os eventuais efeitos fiscais.

#### 3.1.17. Ações em tesouraria

Tratam-se das ações da Companhia que foram adquiridas por ela própria, mantidas em Tesouraria com finalidade específica de atendimento ao exercício do plano de opções de ações da Companhia, conforme nota explicativa nº 24.2.2. O montante de ações em tesouraria é registrado em conta própria e, para fins de apresentação de balanço, é deduzido da Reserva de Lucros, cujo saldo foi utilizado para tal operação.

### 3.1.18. Combinação de negócios

As combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação no valor justo aos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Na aquisição de um negócio, a Administração da Companhia avalia os ativos e passivos assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis e passivos assumidos, líquidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 não houve operações de combinação de negócios.

### 3.1.19. Consolidação

As práticas contábeis são aplicadas de forma uniforme em todas as empresas consolidadas e consistentes com aquelas utilizadas em períodos anteriores.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas do grupo;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados decorrentes de negócios entre as empresas do grupo.

### 3.1.20. Demonstrações de valor adicionado

A companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.



### 3.1.21. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

As interpretações e alterações das normas existentes apresentadas a seguir, aplicáveis aos períodos contábeis seguintes, foram publicados pelo IASB e sua aplicação nas demonstrações financeiras da Companhia a serem arquivadas junto a CVM ocorrerão somente se houver deliberações por parte desse órgão, portanto, não houve adoção antecipada dessas normas.

#### IAS 19 - Benefícios a Empregados

Em junho de 2011, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 19. A alteração da norma IAS 19 aborda aspectos relacionados à contabilização e divulgação de benefícios a empregados. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/13. A Companhia está avaliando os impactos da adoção desta norma em suas demonstrações financeiras.

#### IAS 1 - Apresentação de Itens de Outros Resultados Abrangentes

Em junho de 2011, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 1. A alteração da norma IAS 1 aborda aspectos relacionados à divulgação de itens de outros resultados abrangentes e cria a necessidade de se separar os itens que não serão reclassificados futuramente para o resultado e itens que podem ser reclassificados futuramente para o resultado. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/07/12. A Companhia está avaliando os impactos da adoção desta norma em suas demonstrações financeiras.

#### IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas

Em maio de 2011, o IASB emitiu a norma IFRS 10. Esta norma estabelece os princípios para a apresentação e preparação de demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou mais empresas. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/13. A Companhia está avaliando os impactos da adoção desta norma em suas demonstrações financeiras.

#### IFRS 11 - Joint Ventures

Em maio de 2011, o IASB emitiu a norma IFRS 11. Esta norma aborda aspectos relacionados a definição do tratamento contábil de entidades com controle compartilhado e operações compartilhadas. Esta norma também limita o uso da consolidação proporcional apenas para empresas com operações compartilhadas passando a aceitar apenas o método de equivalência patrimonial para empresas com controle compartilhado. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/13. A Companhia está avaliando os impactos da adoção desta norma em suas demonstrações financeiras.

#### IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades

Em maio de 2011, o IASB emitiu a norma IFRS 12. Esta norma aborda aspectos relacionados a divulgação da natureza e riscos associados a participações detidas em controladas, controladas em conjunto e associadas. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/13. A Companhia está avaliando os impactos da adoção desta norma em suas demonstrações financeiras.

#### IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo

Em maio de 2011, o IASB emitiu a norma IFRS 13. Esta norma define valor justo, contempla em uma única norma os aspectos de mensuração do valor justo e estabelece os requerimentos de divulgação relacionados ao valor justo. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/13. A Companhia está avaliando os impactos da adoção desta norma em suas demonstrações financeiras.

#### IAS 27 - Demonstrações Financeiras Separadas

Em maio de 2011, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 27. A alteração da norma IAS 27 aborda aspectos relacionados a investimentos em controladas, empresas com controle compartilhado ou associadas quando uma entidade prepara demonstrações financeiras separadas. Esta revisão de norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/13. A Companhia avalia que as alterações desta norma não impactarão suas demonstrações financeiras consolidadas em virtude da mesma não apresentar demonstrações financeiras separadas.

#### IAS 28 - Investimentos em associadas e empresas com controle compartilhado

Em maio de 2011, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 28. A alteração da norma IAS 28 aborda aspectos relacionados à contabilização de investimentos em associadas e estabelece os requerimentos para aplicação do método de equivalência patrimonial para a contabilização de investimentos em associadas e empresas com controle compartilhado. Esta alteração de norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/13. A Companhia está avaliando os impactos da adoção desta norma em suas demonstrações financeiras.

#### IAS 12 - Tributos sobre o Lucro

Em dezembro de 2010, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 12. A alteração aborda aspectos relacionados a determinação da maneira esperada de recuperação de imposto de renda diferido ativo e passivo quando a propriedade de investimento é mensurada através do modelo de valor justo do IAS 40. Esta norma é efetiva para exercícios anuais iniciando em ou após 01/01/12. A Administração da Companhia não prevê impactos decorrentes da adoção desta alteração em suas demonstrações financeiras.

#### IFRS 9 - Instrumentos financeiros

Em outubro de 2010, o IASB emitiu uma revisão da norma IFRS 9. A alteração da norma IFRS 9, introduz novas exigências para classificar e mensurar os ativos financeiros. A norma será aplicável a partir de 01/01/13. A Companhia está avaliando os impactos da adoção desta norma e eventuais diferenças em relação ao IAS 39 em suas demonstrações financeiras.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes aos IFRSs acima citados, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada dos pronunciamentos do IFRS está condicionada a aprovação prévia em ato normativo da Comissão de Valores Mobiliários.

### 3.2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as informações da Companhia e das suas controladas:

CONTROLADAS	Porcentagem de Participação	
	31/12/11	31/12/10
MFB Marfrig Frigoríficos Brasil S.A	100,00%	100,00%
Marfrig Chile S.A	99,47%	99,47%
Inaler S.A	100,00%	100,00%
Frigorífico Tacuarembó S.A	93,68%	93,53%
Weston Importers Ltd	100,00%	100,00%
Masplen Limited	100,00%	100,00%
Prestcott International S.A	100,00%	100,00%
Secculum Participações Ltda	99,00%	99,00%
União Frederiquense Partic. Ltda	99,99%	99,99%
QuickFood S.A	90,05%	90,05%
Establecimientos Colonia S.A	100,00%	100,00%
Marfrig Holdings (Europe) BV	100,00%	100,00%
Seara Holding (Europe) BV	100,00%	100,00%
Columbus Netherlands BV	100,00%	100,00%
Marfrig Overseas Ltd	100,00%	100,00%
Marfood USA Inc.	100,00%	100,00%
Keystone Foods International Holdings, LLC <sup>(1)</sup>	-	100,00%
Mckey Luxembourg Holdings S.a.r.l <sup>(1)</sup>	100,00%	-
MFG Agropecuária Ltda. <sup>(2)</sup>	99,99%	-
MFG Comercializadora de Energia Ltda <sup>(3)</sup>	99,99%	-

(1) Foi aprovada e concluída em 01 de março de 2011, em Assembléia Geral Extraordinária realizada nesta data, a incorporação, pela Marfrig Alimentos S.A., de sua subsidiária integral, a Keystone Foods International Holdings LLC, sociedade devidamente constituída e validamente existente segundo as leis do Estado de Delaware, Estados Unidos da América, nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação apresentado aos acionistas na oportunidade. Como resultado da Incorporação, a Marfrig substituiu os investimentos que detinha na Keystone Foods International pelo acervo líquido da mesma, sendo esta extinta. A Incorporação não acarretou modificação do patrimônio líquido da Marfrig e, conseqüentemente, não houve emissão de novas ações, motivo pelo qual não se fez necessário estabelecer qualquer relação de substituição de ações. A incorporação propiciou a unificação da administração, estrutura física e operação de suas atividades, gerando maior eficiência, otimização de recursos e melhoria da rentabilidade dos negócios a que se dedicam, atendendo, assim, aos interesses dos respectivos acionistas. A incorporação resultou na consolidação das partes envolvidas em uma única sociedade, tendo promovido a sinergia entre suas atividades e a racionalização de custos administrativo-financeiros do grupo a que pertencem. Em 1º de julho de 2011 a empresa Mckey Luxembourg Holdings APMEA S.a.r.l, através de transferência de ações, passou a ser controlada pela Mckey Luxembourg Holdings S.a.r.l.

(2) Essa empresa iniciou suas atividades operacionais no 2º trimestre de 2011, tendo por finalidade explorar a atividade agropecuária envolvendo a criação, trato, manejo, engorda, compra e venda e transporte de bovinos, equinos, suínos, caprinos, ovinos, aves e bufalinos em pé e embriões, possui 8 plantas de confinamento.

(3) Essa empresa encontra-se em fase pré-operacional, explora as atividades de comercialização de energia; a prestação dos serviços associados, vinculados ou necessários para a comercialização de energia e, a pesquisa de soluções voltadas à qualidade e eficiência de energia elétrica.

As demonstrações financeiras das companhias controladas sediadas no exterior foram elaboradas, originalmente em sua moeda local, em conformidade com a legislação vigente em cada país onde estão localizadas, e foram convertidas, às práticas contábeis emanadas pelo *International Financial Reporting Standards* - IFRS, utilizando as suas respectivas moedas funcionais, sendo posteriormente, convertidas para Reais, pela taxa cambial correspondente na data do balanço.

### 3.3. RECLASSIFICAÇÕES NO BALANÇO PATRIMONIAL DE 2010

A Companhia e suas controladas alteraram no ano de 2011 a forma de apresentação do saldo de caixa e equivalente de caixa. Nesta linha, foram considerados somente os valores de caixa e equivalentes de caixa (aplicação financeira com vencimento inferior ou igual a 90 dias). As aplicações financeiras da Companhia e de suas controladas que superam os 90 dias estão apresentadas na linha de aplicação financeira, nota explicativa nº 5. Para fins de comparação esta mesma reclassificação foi refletida no Balanço Patrimonial de 2010.

Adicionalmente, a Companhia melhorou a apresentação dos saldos das contas de reservas e outros resultados abrangentes do Patrimônio Líquido, tendo sido refletido nos saldos de 31 de dezembro de 2010 e 2009, não havendo modificação no total do Patrimônio Líquido das referidas datas.

## 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Referem-se aos valores mantidos em caixa, bancos e equivalentes de caixa, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Caixa e bancos	399.326	91.899	1.042.671	682.365
Equivalentes de caixa	23.041	55.683	34.149	55.683
	<u>422.367</u>	<u>147.582</u>	<u>1.076.820</u>	<u>738.048</u>

O caixa e equivalentes de caixa das empresas controladas são demonstradas de forma consolidada abaixo:

	Brasil		Exterior	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Caixa e bancos	128.056	112.753	515.289	477.713
Equivalentes de caixa	11.108	-	-	-
	<u>139.164</u>	<u>112.753</u>	<u>515.289</u>	<u>477.713</u>

A Companhia tem como política apresentar os seguintes itens na composição do caixa e equivalentes de caixa:

- Saldos em espécie disponível no caixa;
- Depósitos bancários à vista;
- Numerário em trânsito;

#### 4.1. CAIXA POR MOEDA

Segue abaixo o demonstrativo de caixa e bancos por moeda:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Caixa e Bancos:				
Reais	243.506	9.298	292.537	36.747
Dólar Norte-americano	153.463	78.097	247.755	240.278
Euro	2.357	-	105.960	124.833
Libra esterlina	-	4.504	207.482	131.529
Dólar Canadense	-	-	1.204	740
Dólar Cingapura	-	-	81.128	-
Ringgit Malasia	-	-	9.645	13.656
Yuan Chinês	-	-	24.890	75.592
Outros	-	-	72.070	58.990
	<u>399.326</u>	<u>91.899</u>	<u>1.042.671</u>	<u>682.365</u>

## 4.2. EQUIVALENTES DE CAIXA

Segue abaixo o demonstrativo dos equivalentes de caixa por modalidade:

					Controladora	
	Vencimentos	PMPV <sup>(1)</sup>	Moeda	Taxa de juros média a.a%	31/12/11	31/12/10
Poupança Aplicação Automática (2)	Imediato	-	Real	6,42	1	31
Conta Remunerada (2)	31/03/2014	2,28	Dolar	0,35	17.753	54.685
Outros (2)	Imediato	-	Real	-	5.287	967
Total					23.041	55.683

					Consolidado	
	Vencimentos	PMPV <sup>(1)</sup>	Moeda	Taxa de juros média a.a%	31/12/11	31/12/10
Poupança Aplicação Automática (2)	Imediato	-	Real	6,42	9.380	31
Conta Remunerada (2)	31/03/2014	2,28	Dolar	0,35	17.753	54.685
Outros (2)	Imediato	-	Real	-	7.016	967
Total					34.149	55.683

(1) Prazo médio ponderado de vencimento em anos.

(2) As operações foram contratadas com liquidez diária, podendo assim serem resgatadas a qualquer momento, o vencimento mencionado é o vencimento do respectivo instrumento.

### 4.2.1 Poupança Aplicação Automática

Os saldos em conta-corrente remanescentes diariamente, em reais, são transferidos automaticamente para esta modalidade de aplicação, sendo remunerados por taxas praticadas no mercado financeiro.

#### 4.2.2 Conta Remunerada

Trata-se de valores recebidos em dólares americanos, oriundos de exportações e operações financeiras, mantidos em contas no exterior. A remuneração é efetuada sobre uma taxa pré-fixada.

### 5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Aplicações financeiras	877.165	2.106.627	2.401.037	3.145.998
	<u>877.165</u>	<u>2.106.627</u>	<u>2.401.037</u>	<u>3.145.998</u>

Segue abaixo o demonstrativo das aplicações financeiras por modalidade:

					Controladora	
	Vencimentos	PMPV <sup>(1)</sup>	Moeda	Taxa de juros média a.a%	31/12/11	31/12/10
Mantidos para negociação:						
Certificados de depósito Bancário - CDB (2)	18/09/2015	3,55	Real	10,87	619.302	1.427.786
Operação Compromissada	18/09/2015	2,67	Real	10,89	188.022	616.544
Nota de Crédito Externa	08/01/2013	2,05	Dólar	0,35	-	55.406
Nota de Crédito Externa	04/09/2014	2,75	Euro	0,35	7.346	6.700
Títulos de capitalização	29/04/2014	2,36	Real	2,43	102	191
CLN (2)	08/01/2013	1,04	Dólar	6,89	62.393	-
Total					<u>877.165</u>	<u>2.106.627</u>
Total circulante					877.065	2.106.438
Total não circulante					<u>100</u>	<u>189</u>

(1) Prazo médio ponderado de vencimento em anos.

(2) As operações foram contratadas com liquidez diária, podendo assim serem resgatadas a qualquer momento, o vencimento mencionado é o vencimento do lastro da operação.



					Consolidado	
	Vencimentos	PMPV <sup>(1)</sup>	Moeda	Taxa de juros média a.a%	31/12/11	31/12/10
Mantidos para negociação						
Certificados de depósito Bancário - CDB (2)	18/09/2015	2,32	Real	5,44	1.002.199	1.596.194
Certificados de depósito Bancário - CDB (2)	31/03/2012	0,25	Dolar	0,35	37	23
Operação Compromissada	29/10/2015	2,67	Real	10,89	188.022	616.544
Títulos e Ações	30/09/2012	0,10	Dolar	5,00	-	1.676
Prazo Fixo	30/09/2012	0,10	Dolar	0,11	20.148	-
Nota de Crédito Externa	08/01/2013	2,05	Dolar	0,35	-	55.406
Nota de Crédito Externa	04/09/2014	2,75	Euro	0,35	7.346	6.700
Circular 1456	30/06/2011 A 31/12/2011	0,45	Dolar	5,97	67.350	40.902
Títulos de capitalização	29/04/2014	1,68	Real	1,25	112	191
Títulos de capitalização	-	-	Dolar	-	-	7.822
CLN (2)	31/12/2015	2,75	Dolar	6,89	1.115.823	820.540
					<u>2.401.037</u>	<u>3.145.998</u>
Total circulante					2.400.140	3.138.308
Total não circulante					<u>897</u>	<u>7.690</u>

(1) Prazo médio ponderado de vencimento em anos.

(2) As operações foram contratadas com liquidez diária, podendo assim serem resgatadas a qualquer momento, o vencimento mencionado é o vencimento do lastro da operação.

As modalidades de aplicações financeiras da Companhia podem ser descritas da seguinte forma:

### 5.1 Certificado de Depósito Bancário - CDB

As aplicações desta modalidade são efetuadas em reais e remuneradas a taxas de acordo com a variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário), a qual está situada entre 99% a 107%.

### 5.2 Operações Compromissada

Operações lastreadas em debêntures, que são efetuadas em reais e remuneradas a taxas de acordo com a variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário), a qual está situada entre 100% a 102,4%. Esta operação tem liquidez imediata, pois pode ser resgatada antecipadamente sem prejuízo de redução de rendimentos.

### *5.3 Prazo Fixo*

As aplicações desta modalidade são efetuadas em dólares norte-americanos, não existindo remuneração, sendo esta operação específica do Uruguai.

### *5.4 Nota de Crédito Externa*

As aplicações desta modalidade são efetuadas em Euro e Dólar e são remuneradas a uma taxa pré-fixada.

### *5.5 Circular 1456*

As aplicações desta modalidade referem-se a operações oriundas de exportação, efetuadas em dólares norte-americanos junto ao Banco Central do Uruguai, remuneradas à taxa pré-fixada, sendo realizadas entre 180 e 270 dias antes da exportação.

### *5.6 Títulos de Capitalização*

As aplicações desta modalidade são efetuadas em reais e remuneradas à variação da Taxa Referencial (TR).

### *5.7 Títulos e ações*

Aplicação financeira efetuada em dólar de liquidez imediata junto ao Banco Galicia, remuneradas a 5% a.a.

### *5.8 CLN - Credit linked note*

As *Credit Linked Notes* “CLN” constituem um instrumento financeiro utilizado exclusivamente para gerir recursos entre empresas do Grupo situadas em jurisdições diferentes da brasileira e corresponde a uma nota de crédito que contempla o risco da Companhia.

Os recursos aplicados nestes instrumentos são oriundos de captações efetuadas no mercado de capitais internacionais emitidas por subsidiárias do Grupo Marfrig no exterior e que, por estratégia de gestão de caixa e liquidez são mantidos nas próprias subsidiárias emissoras no exterior. A taxa média de remuneração é de 6,89% a.a.

Uma vez que estas operações estão registradas a valor justo de mercado e refletidas nas Demonstrações Financeiras, todo e qualquer risco embutido já se encontra devidamente reconhecido.

**6. VALORES A RECEBER - CLIENTES NACIONAIS E INTERNACIONAIS**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Valores a receber - clientes nacionais	194.492	245.864	1.034.152	1.117.767
(-) Ajuste a valor presente	(904)	(7.916)	(1.642)	(7.916)
	193.588	237.948	1.032.510	1.109.851
Valores a receber - clientes internacionais	451.855	385.032	924.177	533.385
(-) Adiantamento de cambiais entregues - ACE'S	(262.776)	(230.860)	(651.535)	(281.291)
(-) Ajuste a valor presente	(1.445)	-	(2.246)	-
	187.634	154.172	270.396	252.094
	381.222	392.120	1.302.906	1.361.945
Valores a vencer:	609.328	626.322	1.453.440	1.186.956
Valores vencidos:				
de 1 a 30 dias	32.638	3.681	347.777	318.673
de 31 a 60 dias	1.844	537	58.142	81.533
de 61 a 90 dias	2.537	356	95.996	43.463
Acima de 90 dias	5.986	4.267	77.384	81.954
(-) Adiantamento de cambiais entregues - ACE'S	(262.776)	(230.860)	(651.535)	(281.291)
(-) Ajuste a valor presente	(2.349)	(7.916)	(3.888)	(7.916)
(-) Provisão para Devedores Duvidosos	(5.986)	(4.267)	(74.410)	(61.427)
	381.222	392.120	1.302.906	1.361.945

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

Com o objetivo de chegar à melhor estimativa possível, no que tange à realização dos referidos créditos e, assim, constituir adequadamente a provisão para créditos de liquidação duvidosa em 31 de dezembro de 2011, a Administração da Companhia analisou aspectos peculiares a respeito de seus clientes, tais como: ramo de negócio, situação do crédito em geral, a conjuntura econômica de mercado considerando os títulos vencidos há mais de 90 dias, cuja expectativa de recebimento seja improvável.

A Companhia não tem histórico de problemas relevantes com recebimento de clientes, sendo certo que o Departamento de Contas a Receber analisa cada cliente quando do cadastro e concessão dos créditos.

A movimentação da provisão para riscos de crédito está demonstrada abaixo:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2010	(4.267)	(61.427)
Créditos provisionados no exercício	(3.050)	(89.732)
Créditos recuperados no exercício	1.331	78.201
Créditos baixados definitivamente da posição	-	2.444
Variação cambial	-	(3.896)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(5.986)	(74.410)

Para o financiamento das vendas a prazo, a Companhia utiliza linhas de crédito de financiamento de capital de giro disponíveis no mercado financeiro.

A conjuntura econômica atual já apresenta tendência de melhora no tocante às vendas e volume de crédito no mercado, o que reflete no poder de compra dos clientes e no pagamento dentro do prazo.

Os valores a receber foram atualizados ao valor presente, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC nº 12, aprovado pela Deliberação CVM nº 564/2008, conforme descrito na nota explicativa nº 3.1.6.

## 7. ESTOQUES DE PRODUTOS E MERCADORIAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Produtos acabados	528.015	728.852	2.016.342	1.913.454
Matérias-primas	2.048	-	321.875	314.785
Embalagens e Almoxarifados	21.516	25.220	220.320	236.442
(-) Provisão	(18.066)	(177.948)	(31.710)	(215.367)
	533.513	576.124	2.526.827	2.249.314

Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010, os estoques de produtos acabados foram avaliados pelo custo médio das compras e/ou produção, inferiores aos valores de realização, conforme destacado na nota explicativa nº 3.1.6.

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2010	(177.948)	(215.367)
Utilização de provisão	177.948	225.538
Constituição de provisão	(18.066)	(40.234)
Ganhos/perdas na conversão	-	(1.647)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(18.066)	(31.710)

## 8. ATIVOS BIOLÓGICOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Ativo biológico - gado	25.609	118.058	251.986	293.914
Ativo biológico - aves	-	-	212.061	218.346
Ativo biológico - suínos	-	-	221.317	180.780
Ganho/Perda na conversão	-	-	25.805	-
Ativo biológico - corrente	25.609	118.058	711.169	693.040
Ativo biológico - gado	-	-	21.826	27.858
Ativo biológico - aves	-	-	167.154	220.430
Ativo biológico - suínos	-	-	20.946	29.266
Ganho/Perda na conversão	-	-	9.857	-
Ativo biológico - não corrente	-	-	219.783	277.554
	25.609	118.058	930.952	970.594

Os ativos biológicos correntes da Companhia são compostos por animais vivos segregados entre as categorias: aves, suínos e bovinos. Os animais classificados nesse grupo são os destinados ao abate para produção de carne *in natura* e/ou produtos industrializados.

No tocante a aves e suínos, os mesmos são considerados imaturos até atingirem o peso adequado para abate. O processo de abate ocorre de forma sequencial em um curto período de tempo e, dessa forma, apenas os animais vivos transferidos para abate são classificados como maduros.

Devido ao curto período de tempo de formação de aves, suínos e, pelo fato de não haver cotação de mercado para esses animais, a Companhia avaliou esses ativos biológicos com base num modelo do fluxo de caixa descontado, não identificando variações materiais em relação ao custo de aquisição. Nesse caso a Companhia entende que o valor justo dos ativos biológicos está substancialmente representado pelo custo de formação, haja vista o curto ciclo de vida dos animais.

Com relação a bovinos, trata-se de animais mantidos em confinamento para engorda e abate, cujo ciclo de vida é em média de 3 anos. A Companhia realizou a valorização desses animais a valor justo, baseado no conceito “*Mark to Market - MtM*”, considerando as cotações da arroba do boi / vaca disponíveis no mercado, reconhecendo os efeitos destas valorizações diretamente no resultado.

Os ativos biológicos não correntes da Companhia são compostos por animais vivos segregados entre as categorias: aves, suínos e bovinos. Os animais classificados nesse grupo são matrizes, destinados a reprodução. Os ativos biológicos não correntes não marcados a mercado são amortizados linearmente de acordo com a vida útil dos animais. As matrizes de aves possuem uma vida útil de 36 semanas em média, e as matrizes de suínos são amortizadas a uma taxa média de 33% a.a. Com relação a bovinos, a vida útil de uma matriz de reprodução é de 5 anos.

Segue abaixo demonstrativo de movimentação do ativo biológico:

Ativo biológico corrente:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2010	118.058	693.040
Aumento devido a aquisições	24.286	1.112.367
(-) Baixa para abate	(150.219)	(5.067.964)
Gastos com insumos para engorda	44.191	4.265.629
(-) Diminuição devido a vendas	-	(330.024)
Aumento líquido (redução) devido aos nascimentos (mortes)	(1.859)	(2.367)
Mudança no valor justo menos despesas estimadas de venda *	(8.848)	14.055
Conversão de balanço	-	26.433
Saldo em 31 de dezembro de 2011	25.609	711.169

\* Aplicável somente a bovinos

Ativo biológico não corrente:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2010	-	277.554
Aumento devido a aquisições	-	118.466
(-) Baixa para abate	-	(99.263)
Gastos com insumo para engorda	-	197.715
(-) Diminuição devido a vendas	-	(44.828)
Amortização	-	(239.020)
Outros	-	(699)
Conversão de balanço	-	9.858
Saldo em 31 de dezembro de 2011	-	219.783

## 9. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços-ICMS	377.294	310.396	651.736	474.717
Crédito Presumido do IPI	61.516	61.046	69.301	71.668
Crédito de PIS	175.989	108.394	335.549	227.343
Crédito da Cofins	640.584	483.110	1.316.155	1.008.912
Imposto de Renda	75.456	74.885	125.664	115.015
Contribuição Social	12.716	12.862	22.095	19.630
IRRF	31.594	56.084	47.877	57.105
IVA	-	-	62.800	35.490
Certificados de exportação	-	-	23.314	15.004
Créditos ONCCA	-	-	9.063	8.020
Outros	5.931	102.259	26.439	132.003
(-) Provisão por não realização	(295.347)	(239.486)	(475.945)	(288.034)
	<u>1.085.733</u>	<u>969.550</u>	<u>2.214.048</u>	<u>1.876.873</u>
Ativo Circulante	467.002	439.610	1.025.496	868.638
Ativo não Circulante	<u>618.731</u>	<u>529.940</u>	<u>1.188.552</u>	<u>1.008.235</u>

### 9.1. ICMS

O saldo do ICMS a recuperar é proveniente da obtenção de créditos por compras de matérias-primas, materiais de embalagem e secundários em volume superior aos débitos gerados nas vendas locais, haja vista que as vendas ao mercado externo são isentas. A realização dos créditos se dará através de compensação com débitos gerados nas vendas no mercado interno ou por transferências para terceiros.

### 9.2. CRÉDITO PRESUMIDO DO IPI

Refere-se ao ressarcimento de PIS e COFINS incidentes sobre os insumos adquiridos no mercado interno para consumo no processo de bens efetivamente exportados.

### 9.3. PIS E COFINS

Refere-se ao crédito não cumulativo do PIS e da COFINS, de acordo com as Leis nº 10.637/02 e 10.833/03, incidente sobre as aquisições de matérias-primas, materiais de embalagem e materiais secundários, utilizados nos produtos comercializados no mercado externo.

### 9.4. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Referem-se às antecipações de Impostos de Renda e Contribuição Social realizadas até o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011.

#### 9.5. IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF

Refere-se ao IRRF sobre ganhos nas aplicações financeiras realizadas pela Companhia.

#### 9.6. IVA - IMPOSTO SOBRE VALOR AGREGADO

Referem-se aos saldos de IVA a recuperar existentes em controladas no exterior, provenientes da diferença de imposto entre as compras e vendas, haja vista a diferença da taxa de alimentos ser menor que a maioria das transações.

#### 9.7. CERTIFICADOS DE EXPORTAÇÃO

Referem-se aos certificados emitidos pelo governo do Uruguai a título de devolução de um percentual do imposto pago pelos exportadores.

#### 9.8. CRÉDITOS ONCCA (OFICINA NACIONAL DE CONTROLE COMERCIAL AGROPECUÁRIO)

Trata-se de um benefício concedido, na Argentina, pelo *Ministério de Agricultura Ganadeira y Pesca* às empresas que investem em confinamentos (*Feedlots*).

#### 9.9. PROVISÃO PARA NÃO REALIZAÇÃO

As provisões para não realização foram calculadas com base na melhor expectativa de realização dos saldos de impostos a recuperar da Companhia sendo feita principalmente sobre os créditos de PIS / COFINS.

A movimentação da provisão por não realização dos impostos a recuperar está demonstrada abaixo:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2010	(239.486)	(288.034)
Reversão de Provisão	-	9.733
Constituição de provisão	(55.861)	(197.644)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(295.347)	(475.945)



## 10. TÍTULOS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Partes relacionadas	1.963.350	1.130.316	-	-
Outros títulos a receber	35.918	4.684	66.274	13.955
Total	1.999.268	1.135.000	66.274	13.955
Ativo Circulante	405.193	110.753	28.362	2.877
Ativo não Circulante	1.594.075	1.024.247	37.912	11.078

Os títulos a receber da Companhia, em sua maior parte, são compostos por saldos gerados nas transações com suas empresas controladas (partes relacionadas), conforme descrito na nota explicativa nº 10.1.

## 10.1. PARTES RELACIONADAS

As tabelas abaixo, exceto quando se tratar das operações vinculadas ao Sr. Marcos Antonio Molina dos Santos e a Sra. Márcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos, únicos sócios da MMS Participações S.A., mostram as operações entre a Companhia e suas subsidiárias integrais, em 31 de dezembro de 2011, as quais não devem ser consideradas como partes relacionadas à Companhia, visto que tais operações integram o curso regular dos negócios e são eliminadas no consolidado da Companhia, não tendo qualquer impacto nos seus resultados e, portanto, não causando quaisquer efeitos aos seus acionistas:

31 de Dezembro de 2011	Controladora					
	31/12/11				2011	
	Contas a receber	Contas a pagar	Títulos a receber	Títulos a pagar	Compras	Vendas
Agrofrango Ind. Com. Alim. Ltda.	-	-	3.286	-	-	284
Braslo Produtos de Carne Ltda	8.131	1.896	27.536	-	19.443	87.187
Cledinor S.A.	-	2.674	-	-	8.987	-
Dagranja Agroindustrial Ltda	-	-	225.316	-	122	1
Establecimientos Colonia S.A.	-	1.187	-	-	7.550	-
Frigorífico Tacuarembó S.A.	-	640	29	-	1.884	-
Grupo Mabella	-	190	21.809	-	7.075	737
Inaler S.A.	-	1.882	-	-	3.779	-
Keystone APMEA	-	-	-	-	-	1.055
Keystone MC Lux	482	-	-	-	-	-
Marfood USA	1.502	-	99.131	-	-	1.511
Marfrig Chile Inversiones Ltda	24.656	-	-	-	-	58.434
Marfrig Holdings BV	-	-	59.648	623.107	-	-
Marfrig Overseas	-	-	146.782	-	-	-
MBL Alimentos Ltda	-	-	49	275	-	838
MFB Marfrig Frigoríficos Brasil S.A	21.353	54.232	950.095	-	801.199	235.223
MFG Agropecuária	3	4.346	97.662	-	14.656	11.683
MFG (USA) Holdings.	-	-	4.293	-	-	-
Moy Park Holdings Europe Limited	-	-	44.994	-	-	-
Pampeano Alimentos S.A.	16.430	40	140.348	-	1.543	93.137
Penasul Alimentos Ltda	-	-	5.447	-	2	-
Penasul UK	-	-	27	-	-	-
Quickfood S.A.	-	6.599	10.364	-	19.892	-
Seara Holding BV	355	1.876	96.725	-	6.780	5.153
Weston Importers Ltd.	16.524	-	-	-	-	27.693
Zendaleather S.A. (ZENDA)	897	7	29.809	-	-	5.076
Marcos Antonio Molina dos Santos	-	-	-	-	5.091	-
Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos	-	2.993	-	-	3.188	-
	<u>90.333</u>	<u>78.562</u>	<u>1.963.350</u>	<u>623.382</u>	<u>901.191</u>	<u>528.012</u>

Marfrig Alimentos S.A.

31 de Dezembro de 2010	Controladora					
	31/12/10				2010	
	Contas a receber	Contas a pagar	Títulos a receber	Títulos a pagar	Compras	Vendas
Argentine Breeders & Packers S.A.	-	-	-	-	11.263	-
Frigorífico Tacuarembó S.A.	-	2.480	26	-	7.551	-
Inaler S.A.	-	3.683	-	-	8.101	-
Marfrig Chile S.A	8.770	-	-	-	-	19.340
Weston Importers Ltd.	24.346	3	-	-	-	33.313
Establecimientos Colonia S.A.	-	1.945	-	-	4.664	-
Cledinor S.A.	-	945	-	-	6.782	-
Quickfood S.A.	-	8.973	1.119	-	14.276	-
Moy Park Limited	-	-	1.108	-	-	-
Grupo Mabella	8.827	5.038	63.224	-	21.527	241
MFB Marfrig Frigoríficos Brasil S.A	15.073	49.900	540.452	-	426.950	116.359
Pampeano Alimentos S.A.	12.144	112	173.144	-	103	54.782
Seara Holding (Europe) BV	112	7.789	22.891	1.002	1.005	1.099
Zendaleather S.A. (ZENDA)	20	-	9.469	16.363	-	37
Marfood USA	-	16	62.000	-	-	-
Dagranja Agroindustrial Ltda	-	-	201.767	-	3.930	3.567
Marfrig Holdings ( Europe) BV	-	-	20.020	-	-	-
Braslo Produtos de Carne Ltda	-	-	27.601	939	18.032	84.253
MBL Alimentos Ltda	-	-	4	275	-	776
Mas Frangos Part. Ltda.	-	-	3.194	-	-	-
Penasul Alimentos Ltda	-	-	223	58.795	-	3.311
Agrofrango Ind. Com. Alim. Ltda.	-	-	81	-	-	451
Marfrig Overseas	-	-	3.293	-	-	-
Keystone International	-	-	700	-	-	-
Marcos Antonio Molina dos Santos	-	5.984	-	-	41.057	-
Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos	-	3.888	-	-	17.034	-
	69.292	90.756	1.130.316	77.374	582.275	317.529

	Consolidado			
	Contas a Pagar		Total de Compras no período	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Marcos Antonio Molina dos Santos	-	5.984	55.839	41.057
Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos	2.993	3.888	3.188	17.034
	2.993	9.872	59.027	58.091

O acionista controlador da Companhia, MMS Participações S.A., e seus únicos sócios, avalizaram determinados contratos financeiros da Companhia. Não foram pagos quaisquer valores à acionista controladora e seus sócios pelas garantidas oferecidas. Em caso de inadimplemento desses contratos, os credores poderão exigir o pagamento das dívidas diretamente do acionista controlador e seus sócios e, caso esses realizem tal pagamento, eles terão direito de regresso contra a Companhia.

No 4º trimestre de 2011, no intuito de impulsionar a composição do rebanho de gados matrizes e de corte nos confinamentos de propriedade da Companhia, para garantir o fornecimento de matéria-prima dentro dos padrões de qualidade (para fornecimento a clientes especiais) e minimizar a flutuação do preço da arroba em épocas de sazonalidade o Sr. Marcos Antonio Molina dos Santos e sua esposa transferiram para a MFG Agropecuária Ltda., controlada da Companhia, as atividades operacionais de dois confinamentos e quatro fazendas de cria, recria e engorda de fomento de gado Angus, propriedades estas onde são desenvolvidos estudos genéticos para aprimoramento de raças bovinas de corte e confinamento. Os confinamentos têm capacidade de 13.000 animais e as fazendas de 40.000 animais.

A operação supracitada foi autorizada pelo Comitê Financeiro da Companhia, dentro do limite de sua alçada, bem como revisada e corroborada pelo Comitê de Auditoria.

De acordo com o Estatuto Social, o Conselho de Administração deverá aprovar qualquer transação ou conjunto de transações cujo valor anual seja superior ao valor de alçada definido pelo próprio Conselho de Administração, envolvendo a Companhia e qualquer parte relacionada, direta ou indiretamente, sendo parte relacionada definida como qualquer administrador da Companhia, empregado ou acionista que detenha, direta ou indiretamente, mais de 10% do capital social. Abaixo do limite de alçada, a Diretoria e o Comitê Financeiro, dependendo do valor, aprovam as operações entre Partes Relacionadas.

As referidas compras e vendas foram devidamente precificadas a valor de mercado, sendo integralmente suportadas por laudos de avaliação técnicos elaborados por consultoria independente.

Não há relacionamentos com outros diretores e acionistas do Grupo Marfrig.

A natureza dos relacionamentos entre as empresas do Grupo Marfrig são representados por transações mercantis (compras e vendas) e remessas de numerários para pagamento de tais transações e para capital de giro.

As transações de mútuos (títulos a receber e a pagar) entre as empresas relacionadas são geridas por contratos, estipulando prazos, taxas e condições diversas. O prazo médio dos contratos é de 2 anos. As taxas de mútuos variam de 1% a.a. até 3% a.a. + LIBOR (*London Interbank Offered Rate*), sendo esta última aplicada nas transações com as empresas controladas no exterior.

As transações de compra ou venda de produtos acompanham o valor de mercado, não havendo exigência de garantias e, tampouco, provisão para créditos de liquidação duvidosa. Tais operações envolvem compra e venda de carne *in natura* e produtos industrializados de bovinos, aves, ovinos e suínos.

As operações entre as empresas controladas não impactam as demonstrações financeiras consolidadas, haja vista que são eliminadas no processo de consolidação.

## 11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS - ATIVO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Imposto de renda	529.294	282.505	1.111.104	693.552
Contribuição social	192.254	103.409	332.432	199.548
Ativo não circulante	721.548	385.914	1.443.536	893.100

Os créditos fiscais referem-se ao imposto de renda e a contribuição social diferidos, calculados sobre as adições temporárias que foram adicionadas na apuração do lucro real e na base de cálculo da contribuição social do exercício corrente e anteriores, bem como apurados sobre prejuízos fiscais, adições temporárias e sobre futuro aproveitamento fiscal de ágio pago por rentabilidade futura, os quais serão realizados ao longo dos exercícios de 2012 em diante, conforme demonstrado abaixo.

Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis, com base em estudos técnicos de viabilidade, submetidos anualmente aos órgãos da Administração das Companhias. Estes estudos consideram o histórico de rentabilidade da Companhia e de suas controladas e a perspectiva de manutenção da lucratividade atual no futuro, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos. Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, principalmente contingências fiscais, bem como sobre provisão para perdas, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização.

Segue abaixo a movimentação dos tributos diferidos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011:

Descrição	31 de dezembro de 2011			
	Controladora		Consolidado	
	IRPJ	CSL	IRPJ	CSL
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2010	282.505	103.409	693.552	199.548
(-) Realização por aproveitamento fiscal do ágio	(21.435)	(7.716)	(21.435)	(7.716)
(-) Realização de tributos sobre prejuízo fiscal	-	-	(133.658)	-
Tributos diferidos sobre prejuízo fiscal	271.819	-	448.455	-
Tributos diferidos sobre base de cálculo negativa de CSL	-	97.856	-	156.607
(-) Realização de tributos diferidos sobre base negativa de CSL	-	-	-	(47.351)
Tributos diferidos sobre adições/exclusões temporárias	18.905	6.805	133.237	40.881
(-) Realização de tributos diferidos sobre adições/exclusões temporárias	(22.500)	(8.100)	(43.378)	(16.459)
Reversão de provisão para não realização de diferidos	-	-	(4.582)	(1.652)
Outros	-	-	38.913	8.574
Saldo final em 31 de dezembro de 2011	<u>529.294</u>	<u>192.254</u>	<u>1.111.104</u>	<u>332.432</u>

A expectativa de recuperabilidade dos saldos de ativos diferidos da Companhia e suas controladas estão baseadas em laudos de avaliação e análises internas, elaborados por profissionais especializados. O valor de uso dos créditos é estimado com base na projeção de lucros tributáveis futuros, resultado das melhores expectativas da Companhia para futuras gerações de lucros tributáveis. As projeções levaram em consideração as mudanças observadas no panorama econômico dos mercados de atuação da Companhia, bem como premissas de expectativa de resultado e histórico de rentabilidade de cada segmento. As taxas de desconto variaram entre 8,4% a 10,5% a.a. dependendo de características específicas do negócio dos países em que atua.

A expectativa de realização do “Ativo Fiscal Diferido” está definida da seguinte forma:

Exercício	Controladora	Consolidado
2012	-	122.770
2013	51.943	117.915
2014	60.873	141.151
2015	70.079	132.174
2016 a 2020	538.653	929.526
	<u>721.548</u>	<u>1.443.536</u>

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, a Companhia realizou R\$ 276.231 do “Ativo Fiscal Diferido”, tendo em vista o aproveitamento fiscal do ágio e a compensação com prejuízo fiscal e base negativa de CSLL.

## 12. INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Participação em sociedades controladas	4.728.809	4.796.090	-	-
Outros Investimentos	135	135	13.195	10.040
	<u>4.728.944</u>	<u>4.796.225</u>	<u>13.195</u>	<u>10.040</u>

## 12.1. INVESTIMENTOS (CONTROLADORA)

Valor dos investimentos em controladas em 31/12/2011:

	Nº de quotas/ações	Porcentual de partic. no capital votante(1)	Negociação em bolsa	Capital Social	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido (prejuízo) do Exercício	Valor do PL conforme % participação
MFB Marfrig Frigoríficos Brasil S.A.	78.573.743	100,00	Não	78.574	(32.823)	(46.666)	(32.861)
Marfrig Chile S.A.	13.358.426.280	99,47	Não	46.664	42.370	1.321	42.146
Inaler S.A	66.247.320	100,00	Não	2.752	39.819	702	39.590
Frigorífico Tacuarembó S.A	166.925.258	93,68	Não	12.255	110.994	5.386	103.362
Weston Importers Ltd	1.338.278	100,00	Não	23.614	23.498	4.874	23.142
Masplen Limited	100	100,00	Não	6.924	37.971	1.903	35.258
Prestcott International S.A	79.638.916	100,00	Não	5.481	47.737	6.538	47.554
Secculum Participações Ltda	9.200.000	99,00	Não	9.200	9.163	(443)	9.069
União Frederiquense Partic. Ltda	552.031.080	99,99	Não	552.031	855.296	(41.284)	855.062
QuickFood S.A	32.840.880	90,05	Sim	29.309	193.523	(54.211)	173.943
Establecimientos Colonia S.A	80.647.477	100,00	Não	49.242	73.347	3.187	72.861
Marfrig Holdings(Europe) BV	3.509.714	100,00	Não	769.296	1.203.184	246.649	1.203.005
Seara Holding (Europe) BV	490.285.420	100,00	Não	1.261.248	1.551.994	(378.856)	1.551.463
Columbus Netherlands BV	27.087.661	100,00	Não	52.589	103.491	(10.016)	103.491
Marfood USA, Inc	50.000	100,00	Não	6.937	(21.397)	(25.926)	(21.397)
Marfrig Overseas Ltd	1	100,00	Não	-	(78.271)	(34.190)	(78.271)
McKey Luxembourg Holdings S.a.r.l	500	100,00	Não	279.345	592.706	38.213	592.705
MFG Agropecuária Ltda.	10.000	99,99	Não	-	8.684	8.684	8.687
MFG Comercializadora de Energia Ltda	150.000	99,99	Não	-	-	-	-
Total				<u>3.185.461</u>	<u>4.761.286</u>	<u>(274.135)</u>	<u>4.728.809</u>

(1) O capital total das empresas controladas é igual ao capital votante.

## 12.2. MOVIMENTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS (CONTROLADORA)

	Saldo Contábil em 31/12/2010	Ajuste de Avaliação Patrimonial (1)	Aquisição/ Baixa	Redução / Aumento de capital	Total Investimento no período	Resultado da Eq. Patrimonial	Efeito de conversão de balanço	Saldo Contábil em 31/12/2011
MFB Marfrig Frigoríficos Brasil S.A	13.842	1	-	-	-	(46.704)	-	(32.861)
Marfrig Chile S.A.	36.696	-	-	-	-	1.314	4.136	42.146
Inaler S.A.	34.593	-	-	-	-	551	4.446	39.590
Frigorífico Tacuarembó S.A.	87.064	117	42	-	42	4.547	11.592	103.362
Weston Importers Ltd.	15.159	(44)	-	-	-	5.564	2.463	23.142
Masplen Limited	32.003	2.374	-	5.763	5.763	(809)	(4.073)	35.258
Prestcott International S.A.	35.899	-	-	-	-	6.356	5.299	47.554
Secculum Participações Ltda.	39.222	(29.711)	-	-	-	(440)	(2)	9.069
União Frederiquense Partic. Ltda.	838.586	57.995	-	-	-	(41.300)	(219)	855.062
QuickFood S.A	215.085	(186)	-	-	-	(49.042)	8.086	173.943
Establecimientos Colonia S.A	61.980	-	-	-	-	2.700	8.181	72.861
Marfrig Holdings(Europe) BV	801.351	20.991	-	-	-	246.470	134.193	1.203.005
Seara Holding Europe BV	2.004.866	(85.009)	-	-	-	(379.374)	10.980	1.551.463
Columbus Notherlands (2)	117.396	-	-	(18.959)	(18.959)	(10.015)	15.069	103.491
Marfood USA, Inc.	6.706	-	-	-	-	(25.925)	(2.178)	(21.397)
Marfrig Overseas Ltd.	(35.515)	-	-	-	-	(34.190)	(8.566)	(78.271)
Keystone International (3)	491.157	-	(491.157)	-	(491.157)	-	-	-
Mckey Luxembourg Holdings S.a.r.l. (3)	-	15.092	171.468	-	171.468	28.678	130.046	345.284
Mckey APMEA (3)	-	(14.987)	319.690	-	319.690	9.534	(66.816)	247.421
MFG Agropecuária Ltda.	-	-	-	-	-	8.687	-	8.687
Total	4.796.090	(33.367)	43	(13.196)	(13.153)	(273.398)	252.637	4.728.809

(1) - Efeito de equivalência reflexa das contas de patrimônio líquido das controladas.

(2) - Ajuste de investimento feito na aquisição da empresa Zenda Leather.

(3) - Foi aprovada e concluída em 01 de março de 2011, em Assembléia Geral Extraordinária realizada nesta data, a incorporação, pela Marfrig Alimentos S.A., de sua subsidiária integral, a Keystone Foods International Holdings LLC, sociedade devidamente constituída e validamente existente segundo as leis do Estado de Delaware, Estados Unidos da América, nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação apresentado aos acionistas na oportunidade. Como resultado da Incorporação, a Marfrig substituiu os investimentos que detinha na Keystone Foods International pelo acervo líquido da mesma, sendo esta extinta. A Incorporação não acarretou modificação do patrimônio líquido da Marfrig e, conseqüentemente, não houve emissão de novas ações, motivo pelo qual não se fez necessário estabelecer qualquer relação de substituição de ações. A incorporação propiciou a unificação da administração, estrutura física e operação de suas atividades, gerando maior eficiência, otimização de recursos e melhoria da rentabilidade dos negócios a que se dedicam, atendendo, assim, aos interesses dos respectivos acionistas. A incorporação resultou na consolidação das partes envolvidas em uma única sociedade, tendo promovido a sinergia entre suas atividades e a racionalização de custos administrativo-financeiros do grupo a que pertencem. Em 1º de julho de 2011 a empresa Mckey Luxembourg Holdings APMEA S.a.r.l, através de transferência de ações, passou a ser controlada pela Mckey Luxembourg Holdings S.a.r.l.

## 13. IMOBILIZADO

O quadro abaixo demonstra as taxas anuais de depreciação pelo método linear, definida com base na vida útil econômica dos ativos:



Classe de Imobilizado	Metodologia adotada	Controladora e Consolidado
		Taxas Médias de depreciação anuais
Terrenos	Comparativo de dados de mercado	0%
Edificações e prédios	Método Evolutivo	1,6% a 10,0%
Máquinas e equipamentos	Método Evolutivo	3,6% a 25,0%
Móveis	Método Evolutivo	5,6% a 25,0%
Instalações industriais	Método Evolutivo	3,7% a 14,3%
Equipamentos informática	Método Evolutivo	4,3% a 20,0%
Veículos	Método Evolutivo	8,3% a 25,0%

• Método Comparativo de dados de mercado - de acordo com a NBR 14.653 da ABNT

• Método Evolutivo - item 8.2.4 da NBR 14.653-2 da ABNT

A seguir, apresentam-se os saldos de ativo imobilizado para dezembro de 2011:

Descrição	Taxas anuais médias de depreciação	Controladora						
		31/12/10	31/12/11					
		Líquido	Adições	Baixas	Transferências	Conversões	Depreciação	Líquido
Terrenos	-	40.171	-	(125)	-	-	-	40.046
Edificações e prédios	1,6% - 10%	425.495	-	(45.972)	125.993	-	(14.307)	491.209
Máquinas e equipamentos	3,6%-25%	183.761	40.834	(7.460)	(76)	-	(19.690)	197.369
Móveis e utensílios	5,6%-25%	5.915	3.373	(532)	(23)	-	(871)	7.862
Instalações	3,7%-14,3%	327.569	121	(56.513)	175.826	-	(22.509)	424.494
Veículos	8,3%-25%	2.727	67	(44)	(24)	-	(668)	2.058
Equipamentos de informática	4,3%-20%	2.992	467	(958)	1.557	-	(1.315)	2.743
Aeronaves	20%	153	-	-	-	-	(76)	77
Adiantamento aquisição de imobilizado	-	11.681	1.612	-	102	-	-	13.395
Benfeitorias em propriedades arrendadas	1,6% - 10%	2.978	-	-	-	-	(105)	2.873
Arrendamento - veículos	8,3%-25%	23.248	1.241	(1.992)	7.539	-	(4.535)	25.501
Arrendamento - informática	4,3%-20%	8.232	-	-	-	-	(1.845)	6.387
Arrendamento - máquinas	3,6%-25%	32.115	490	(4.121)	-	-	(1.983)	26.501
Arrendamento - instalações	3,7%-14,3%	107.521	-	-	(30.947)	-	(2.817)	73.757
Arrendamento - edificações	1,6% - 10%	90.193	-	-	(51.938)	-	(706)	37.549
Obras em andamento	-	195.555	130.268	(1.538)	(227.993)	-	-	96.292
Outras imobilizações	5%-10%	168	54	(39)	(16)	-	(42)	125
		<u>1.460.474</u>	<u>178.527</u>	<u>(119.294)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(71.469)</u>	<u>1.448.238</u>

Do montante de baixas apresentado pela controladora, qual seja, R\$ 119.294, 97% se refere a operações com empresas do Grupo Marfrig (*intercompany*), as quais não geram impacto no Consolidado.

		Consolidado						
		31/12/10	31/12/11					
Descrição	Taxas anuais médias de depreciação	Líquido	Adições	Baixas	Transferências	Conversões	Depreciação	Líquido
Terrenos	-	369.059	11.065	(7.339)	(2.804)	3.744	-	373.725
Edificações e prédios	1,6%-10%	2.582.874	114.040	(16.510)	329.215	(9.706)	(118.622)	2.881.291
Máquinas e equipamentos	3,6%-25%	1.595.000	252.660	(25.354)	75.918	10.269	(225.424)	1.683.069
Móveis e utensílios	5,6%-25%	72.463	29.895	(2.012)	311	18.075	(24.325)	94.407
Instalações	3,7%-14,3%	639.103	63.670	(41.745)	361.570	(16.136)	(47.618)	958.844
Veículos	8,3%-25%	25.603	7.614	(1.179)	1.240	2.715	(9.110)	26.883
Equipamentos de informática	4,3%-20%	16.442	2.410	(1.180)	2.436	3.841	(8.092)	15.857
Aeronaves	20%	153	-	-	-	(4)	(72)	77
Adiantamento aquisição de imobilizado	-	20.940	32.433	(29.617)	(3.638)	-	-	20.118
Beneitorias em propriedades arrendadas	1,6%-10%	49.929	21.374	(29)	6	(1.060)	(5.493)	64.727
Arrendamento - veículos	8,3%-25%	23.484	3.233	(1.992)	7.520	(226)	(4.375)	27.644
Arrendamento - informática	4,3%-20%	8.232	-	-	-	(93)	(1.752)	6.387
Arrendamento - máquinas	3,6%-25%	116.040	19.432	(15.039)	2.950	7.629	(24.726)	106.286
Arrendamento - instalações	3,7%-14,3%	110.336	219	-	(30.947)	71	(2.839)	76.840
Arrendamento - edificações	1,6%-10%	230.827	-	(38)	(53.912)	19.613	(8.540)	187.950
Obras em andamento	-	783.404	234.298	(3.436)	(688.994)	30.681	-	355.953
Outras imobilizações	1,7%-10%	41.699	2.011	(893)	(871)	181.488	(8.190)	215.244
		<u>6.685.588</u>	<u>794.354</u>	<u>(146.363)</u>	<u>-</u>	<u>250.901</u>	<u>(489.178)</u>	<u>7.095.302</u>

Conforme CPC 6(R1) - operações de arrendamento mercantil, os bens adquiridos pela Companhia através de Arrendamento Mercantil Financeiro (“*Leasing*” Financeiro) passaram a ser registrados no Ativo Imobilizado, com suas respectivas depreciações, conforme supramencionado, tendo como contrapartida o registro do arrendamento a pagar, demonstrado na nota explicativa nº 18.

De acordo com o CPC 01(R1), anualmente é avaliado se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Somente se houver alguma indicação, deve ser estimado o valor recuperável do ativo.

No caso de haver alguma indicação, as análises de recuperabilidade compreendem a projeção de lucratividade e de caixa futuro das plantas da Companhia, a qual é apresentada a valor presente, de forma a identificarmos o grau de recuperabilidade do ativo a que se refere.

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, não identificamos indícios de ativos registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

## 14. INTANGÍVEL

De acordo com o CPC 4 (R1) e CPC 13, a Companhia constituiu o subgrupo Ativo Intangível, o qual compõe o Ativo Não Circulante, conforme apresentado abaixo:

	31/12/11	31/12/10
Intangível - Controladora	968.775	959.449
Intangível - Controladas	3.386.181	3.227.247
	<u>4.354.956</u>	<u>4.186.696</u>

A movimentação do intangível na controladora e controladas no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 é a seguinte:

### 14.1. MOVIMENTAÇÃO DO INTANGÍVEL (CONTROLADORA)

	Saldo em 31 de dezembro de 2010	Aquisição/ Baixa	Reclassificação / Amortização	Saldo em 31 de dezembro de 2011
Argentine Breeders & Packers S.A. - Ágio	24.213	-	-	24.213
Inaler S.A. - Ágio	38.379	-	-	38.379
Frigorífico Tacuarembó S.A. - Ágio	57.824	-	-	57.824
Masplen Limited - Ágio	17.258	-	-	17.258
Prestcott International S.A. - Ágio	22.922	-	-	22.922
Secculum Participações Ltda. - Ágio	16.188	-	-	16.188
União Frederiquense Partic. Ltda. - Ágio	11.683	-	-	11.683
QuickFood S.A - Ágio	223.872	-	-	223.872
Establecimientos Colonia S.A - Ágio	114.479	-	-	114.479
Seara Holding ( Europe) BV	21	-	-	21
Columbus Netherlands BV	22	-	-	22
Marfood USA Inc.	308	-	-	308
Keystone International	388.244	-	-	388.244
Software e sistemas	21.152	11.472	(2.146)	30.478
Marcas e patentes	22.884	-	-	22.884
Total	<u>959.449</u>	<u>11.472</u>	<u>(2.146)</u>	<u>968.775</u>

Os ágios gerados em aquisições de negócios ocorridas antes da adoção de todos os CPCs estão expressos na moeda funcional da Controladora.

## 14.2. MOVIMENTAÇÃO DO INTANGÍVEL (CONTROLADAS)

	Saldo Contábil em 31 de dezembro de 2010	Reclassificação	Ágio	Marcas/Outros	Variação Cambial na conversão	Amortização	Baixa	Saldo Contábil em 31 de dezembro de 2011
<b>Marfrig Chile S.A.</b>	<b>13.274</b>	-	-	<b>212</b>	<b>1.681</b>	-	-	<b>15.167</b>
Ágio	13.328	(84)	-	-	1.666	-	-	14.910
Marcas e patentes/software/outros	(54)	84	-	212	15	-	-	257
<b>Weston Importers Ltd.</b>	<b>8.849</b>	-	-	-	<b>1.119</b>	-	-	<b>9.968</b>
Ágio	8.849	-	-	-	1.119	-	-	9.968
<b>Marfrig Holding (Europe)BV</b>	<b>1.488.676</b>	-	-	<b>1.620</b>	<b>75.437</b>	<b>(8.478)</b>	<b>(32)</b>	<b>1.557.223</b>
Ágio	370.751	(137.732)	-	-	30.732	-	-	263.751
Relacionamento com clientes	688.876	315.173	-	-	14.355	(8.260)	-	1.010.144
Marcas e patentes/software/outros	429.049	(177.441)	-	1.620	30.350	(218)	(32)	283.328
<b>Masplen Limited</b>	<b>398</b>	-	-	<b>117</b>	-	<b>(40)</b>	-	<b>475</b>
Marcas e patentes/software/outros	398	-	-	117	-	(40)	-	475
<b>Quickfood S.A</b>	<b>86.544</b>	-	-	-	<b>3.291</b>	<b>(59)</b>	-	<b>89.776</b>
Ágio	85.924	-	-	-	3.317	-	-	89.241
Marcas e patentes/software/outros	620	-	-	-	(26)	(59)	-	535
<b>Prestcott International S.A</b>	<b>7.687</b>	-	-	-	<b>962</b>	<b>(38)</b>	-	<b>8.611</b>
Ágio	7.327	-	-	-	42	-	-	7.369
Marcas e patentes/software/outros	360	-	-	-	920	(38)	-	1.242
<b>Seara Holding (Europe) BV</b>	<b>601.911</b>	-	<b>11.111</b>	<b>5.839</b>	<b>(382)</b>	<b>(2.761)</b>	<b>(751)</b>	<b>614.967</b>
Ágio	-	-	11.111	-	-	-	-	11.111
Marcas e patentes/software/outros	601.459	-	-	5.839	(382)	(2.591)	(751)	603.574
Licença Porto	452	-	-	-	-	(170)	-	282
<b>Columbus Netherlands BV</b>	<b>46.430</b>	-	-	<b>1.672</b>	<b>1.411</b>	<b>(424)</b>	<b>10</b>	<b>49.099</b>
Ágio	46.053	-	-	-	2.555	-	-	48.608
Marcas e patentes/software/outros	377	-	-	1.672	(1.144)	(424)	10	491
<b>União Frederiquense Partic. Ltda.</b>	<b>523.802</b>	-	-	<b>600</b>	<b>6.841</b>	<b>(912)</b>	<b>(121)</b>	<b>530.210</b>
Ágio	492.101	16.911	-	-	6.858	-	-	515.870
Marcas e patentes/software/outros	31.701	(16.911)	-	600	(17)	(912)	(121)	14.340
<b>Secculum Participações Ltda.</b>	<b>6.525</b>	-	-	<b>6</b>	<b>(839)</b>	<b>(10)</b>	<b>(1)</b>	<b>5.681</b>
Ágio	5.274	246	-	-	7	-	-	5.527
Marcas e patentes/software/outros	1.251	(246)	-	6	(846)	(10)	(1)	154
<b>Marfood USA</b>	<b>48.237</b>	-	-	-	<b>6.001</b>	<b>(566)</b>	-	<b>53.672</b>
Ágio	33.774	-	-	-	4.249	-	-	38.023
Relacionamento com clientes	4.432	-	-	-	490	(566)	-	4.356
Marcas e patentes/software/outros	10.031	-	-	-	1.262	-	-	11.293
<b>Frigoríficos Tacuarembó S.A</b>	<b>490</b>	-	-	-	<b>51</b>	<b>(93)</b>	-	<b>448</b>
Marcas e patentes/software/outros	490	-	-	-	51	(93)	-	448
<b>Inaler S.A</b>	<b>293</b>	-	-	-	<b>33</b>	<b>(31)</b>	-	<b>295</b>
Marcas e patentes/software/outros	293	-	-	-	33	(31)	-	295
<b>Establecimientos Colonia S.A</b>	<b>433</b>	-	-	<b>132</b>	<b>56</b>	<b>(40)</b>	-	<b>581</b>
Marcas e patentes/software/outros	433	-	-	132	56	(40)	-	581
<b>MFB - Marfrig Frig. BR S.A.</b>	<b>150</b>	-	-	<b>537</b>	-	<b>(42)</b>	-	<b>645</b>
Marcas e patentes/software/outros	150	-	-	537	-	(42)	-	645
<b>Mckey Lux Holdings S.a.r.l.</b>	<b>393.548</b>	-	-	<b>583</b>	<b>53.729</b>	<b>2.311</b>	<b>(826)</b>	<b>449.345</b>
Marcas e patentes/software/outros	393.548	(174.758)	-	583	50.401	2.570	(826)	271.518
Relacionamento com clientes	-	174.758	-	-	3.328	(259)	-	177.827
<b>MFG Agropecuária Ltda</b>	-	-	-	<b>19</b>	-	<b>(1)</b>	-	<b>18</b>
Marcas e patentes/software/outros	-	-	-	19	-	(1)	-	18
<b>Total</b>	<b>3.227.247</b>	-	<b>11.111</b>	<b>11.337</b>	<b>149.391</b>	<b>(11.184)</b>	<b>(1.721)</b>	<b>3.386.181</b>

\* a reclassificação refere-se a revisão de alocação de ágio e marcas decorrente da aquisição da Keystone Foods.

## 14.3. RESUMO DO ATIVO INTANGÍVEL

	Controladora		Controladas	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Ágio	915.612	915.413	1.004.376	1.063.381
Marcas e patentes	22.884	22.884	1.154.805	1.464.012
Softwares	30.279	21.152	6.532	6.094
Relacionamento com Clientes	-	-	1.192.289	693.308
Outros Intangíveis	-	-	28.179	452
	<u>968.775</u>	<u>959.449</u>	<u>3.386.181</u>	<u>3.227.247</u>

## Movimentação consolidada do ativo intangível

	Controladora	Controladas
Saldo em 31 de dezembro de 2010	<u>959.449</u>	<u>3.227.247</u>
(+) Adição	11.472	22.448
(-) Baixa	-	(1.721)
(-) Amortização	(2.146)	(11.184)
(+/-) Variação Cambial	-	149.391
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>968.775</u>	<u>3.386.181</u>

Os ágios apurados em aquisições de negócios ocorridas até 30 de setembro de 2008 (última aquisição anterior à data de transição de 1º de janeiro de 2009 referente à adoção completa dos CPCs) foram apurados com base nas regras contábeis anteriores ao conceito de combinação de negócios conforme CPC 15. Conforme “Opções de Isenções às IFRS”, a Companhia optou por adotar o IFRS em todas as aquisições de negócios ocorridas a partir de 30 de setembro de 2008. Os ágios apresentados acima foram fundamentados com base na expectativa de rentabilidade futura, suportados por laudos de avaliações de especialistas. As marcas adquiridas de terceiros, anteriores a 31 de dezembro de 2009, foram apuradas pelo seu valor pago, enquanto as marcas e lista de clientes adquiridos como parte de combinação de negócios, após 30 de setembro de 2008, foram apuradas pelo seu valor justo em consonância com o CPC 15.

Conforme CPC 1 (R1) o teste de *impairment* dos ágios e dos ativos intangíveis com vida útil indefinida é realizado anualmente e os demais intangíveis com vida útil definida é realizado sempre que houver evidências de não realização dos mesmos. Os intangíveis representados por patentes e lista de clientes são amortizados pela respectiva vida útil, quando aplicável. Determinados intangíveis da Companhia têm vida útil indefinida conforme avaliação de especialistas, sendo testado por *impairment* anualmente.

As análises de recuperabilidade compreendem a projeção de lucratividade e de caixa futuro das plantas da Companhia, os quais são apresentados a valor presente, de forma a identificarmos o grau de recuperabilidade do ativo.

Os fluxos de caixa descontados foram elaborados com base no orçamento plurianual dos anos de 2012 a 2016 da Companhia e nas projeções de crescimento embasados em series históricas e projeções de mercados de associações e órgãos governamentais, tais como ABIEC, ABIPECS, USDA, entre outras.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, não identificamos indícios de ativos registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

## 15. PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
INSS a recolher	6.164	115.841	55.419	190.250
Salários e provisões trabalhistas	39.994	39.063	299.423	243.441
Outros encargos e benefícios sociais a recolher	4.349	1.988	128.843	103.388
	<u>50.507</u>	<u>156.892</u>	<u>483.685</u>	<u>537.079</u>

Em 21 de novembro de 2005, foi publicada a Lei nº 11.196 que permite a compensação de débitos do INSS com créditos fiscais federais. Tal processo foi regulamentado pela Portaria Interministerial nº 23, de 2 de fevereiro de 2006.

Adicionalmente, o art. 2º da Lei 11.457/07 estabelece a responsabilidade para a Receita Federal do Brasil relativa às contribuições dos trabalhadores, incidentes sobre o seu salário de contribuição, conforme item c, parágrafo único, do art. 11, da lei 8.212/91 e art. 104, da lei n. 11.196/05.

A Companhia obteve decisão judicial favorável que determina a suspensão da exigibilidade dos débitos previdenciários em aberto desde a data em que foram formalmente protocolados os pedidos de ressarcimento / compensação dos créditos de PIS / COFINS com tais débitos previdenciários.

Dessa forma, com base em opinião de seus assessores legais externos, o Grupo Marfrig, vem efetuando contabilmente as compensações de débitos previdenciários com créditos de PIS/COFINS.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Companhia não possui benefício pós-emprego que caracterize passivo atuarial.

**16. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
ICMS a recolher	-	819	15.564	32.925
Parcelamento Especial - Lei nº 11.941/2009	55.894	107.028	232.239	312.290
Imposto de renda a pagar	-	7.227	19.442	36.864
Contribuição Social a Pagar	-	-	8.580	3.565
Pis e Cofins a recolher	-	-	2.396	1.527
Parcelamento de impostos federais	-	-	-	416
Contribuição Social a Pagar - PGFN <sup>(1)</sup>	7.897	-	7.897	-
Imposto de Renda a pagar - PGFN <sup>(1)</sup>	21.393	-	21.393	-
IRRF a Pagar - PGFN <sup>(1)</sup>	6.058	-	6.058	-
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	11.077	7.583	101.725	75.726
	<u>102.319</u>	<u>122.657</u>	<u>415.294</u>	<u>463.313</u>
Passivo circulante	23.398	28.609	171.246	171.627
Passivo não circulante	<u>78.921</u>	<u>94.048</u>	<u>244.048</u>	<u>291.686</u>

(1) Procuradoria Geral da Fazenda Nacional

**Parcelamento Especial - Lei nº 11.941/09**

Em 30 de setembro de 2009, a Companhia aderiu ao Parcelamento Especial (Novo Refis), instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, que dispõe sobre o parcelamento de débitos junto à Secretaria da Receita Federal (SRF), à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e ao Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), declarando seus débitos em aberto junto aos respectivos órgãos, bem como migrando os parcelamentos PAES Parcelamento Especial Lei nº 10.684/03 e PAEX Parcelamento Excepcional MP nº 303/06, a serem liquidados em até 180 meses, conforme demonstrado a seguir.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Saldo inicial	107.028	92.993	312.290	268.526
(+) Adesão ao parcelamento	-	11.048	8.127	37.116
(-) Compensação de multa e juros com prejuízo fiscal e base negativa	-	-	(3.511)	(10.350)
(+) Juros de atualização	15.277	14.721	37.002	32.071
(-) Desistência do parcelamento	(29.844)	-	(29.844)	-
(-) Ajuste a valor presente	(23.397)	(3.682)	(68.390)	(3.682)
(-) Pagamentos efetuados	(13.170)	(8.052)	(23.435)	(11.391)
Saldo devedor	55.894	107.028	232.239	312.290
Passivo circulante	12.322	13.303	28.302	34.236
Passivo não circulante	43.572	93.725	203.937	278.054

Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia e suas controladas consolidaram a adesão ao parcelamento especial, previsto na Lei 11.941/09, de acordo com os atos normativos da Receita Federal do Brasil.

Durante o processo de consolidação do parcelamento supracitado, a controladora optou por não incluir o processo de número 10880.720.016/2008-93, no montante de R\$ 29.844, que foi reclassificado para o grupo de impostos a recolher no passivo não circulante.

Tendo em vista a desistência do parcelamento, os débitos foram reajustados em conformidade com a legislação vigente na data do fato gerador, gerando um complemento de multa e juros de R\$ 5.504 e um débito total de R\$ 35.348, conforme demonstrado abaixo:

	Débitos - REFIS	Multa e Juros (desistência do parcelamento)	Débitos reclassificados para Impostos a recolher
Contribuição Social a Pagar - PGFN	6.667	1.230	7.897
Imposto de Renda a pagar - PGFN	18.062	3.331	21.393
IRRF a Pagar - PGFN	5.115	943	6.058
	29.844	5.504	35.348



## 17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

				Controladora	
Linha de Crédito	Encargos (% a.a.)	Taxa média ponderada de juros (a.a.)	Prazo médio ponderado de venc. (anos)	Saldo 31/12/11	Saldo 31/12/10
Moeda nacional:					
FINAME	TJLP + Taxa Fixa	4,5	3,51	1.193	719
BNDES Finem	TJLP + 1,80%	8,05	1,11	4.517	7.688
FINEP	TJLP + 1%	7,25	1,78	31.859	39.725
NCE	Taxa fixa+%CDI	13,52	1,84	726.527	801.480
Capital de Giro	CDI + Taxa Fixa	14,37	3,1	386.675	266.646
Pré-pagamento (juros)	%CDI	-	-	-	2.010
Procer	Taxa Fixa	11,25	0,80	117.280	204.812
BNDES Exim	Taxa Fixa	7,00	-	-	30.492
Total moeda nacional		13,38		<u>1.268.051</u>	<u>1.353.572</u>
Moeda estrangeira:					
Financiamento Parque Industrial (US\$)	Libor+Taxa Fixa+V.C	3,98	0,51	1.661	4.426
Pré-pagamento (US\$)	Libor+Taxa Fixa+V.C	7,02	3,64	2.551.897	2.565.075
BNDES Finem	Cesta de Moedas + 1,30%	1,30	1,11	878	1.535
NCE (US\$) / ACC	Taxa Fixa+ V.C (US\$)+Libor	8,11	4,28	1.283.840	1.380.980
Total moeda estrangeira		7,18		<u>3.838.276</u>	<u>3.952.016</u>
Total do endividamento		8,67		<u>5.106.327</u>	<u>5.305.588</u>
Passivo circulante				900.473	1.459.146
Passivo não circulante				<u>4.205.854</u>	<u>3.846.442</u>

Consolidado

Linha de Crédito	Encargos (% a.a.)	Taxa média ponderada de juros (a.a.)	Prazo médio ponderado de venc. (anos)	Saldo 31/12/11	Saldo 31/12/10
Moeda nacional:					
FINAME	TJLP + Taxa Fixa	6,57	2,87	5.961	9.940
BNDES Finem	TJLP + 1,80	7,61	2,08	9.331	14.789
FINEP	TJLP + 1%	5,47	4,53	45.755	39.725
NCE	Taxa fixa+%CDI	12,54	2,77	1.028.946	1.109.086
Capital de Giro (R\$)	Taxa fixa+%CDI	14,37	3,10	386.675	475.547
Nota de Crédito Rural (R\$)	Taxa Fixa	6,79	0,75	274.868	276.962
Pré-Pagamento (juros)	%CDI	-	-	-	2.010
FCO Fundo Constitucional do Centro-Oeste	Taxa Fixa	10,00	3,00	5.755	8.633
Procer	Taxa Fixa	11,27	0,90	234.501	204.812
BNDES Exim	Taxa Fixa	-	-	-	149.483
Total moeda nacional		11,74		1.991.792	2.290.987
Moeda estrangeira:					
Financiamento Parque Industrial (US\$)	Libor+Taxa Fixa + V.C	2,44	0,61	5.994	28.443
Pré-pagamento (US\$)	Libor+Taxa Fixa + V.C	7,05	3,63	2.595.233	2.629.232
Bonds (US\$)	Taxa Fixa + V.C	9,04	6,74	2.976.158	1.423.948
BNDES Finem	Cesta de Moedas + 1,30	1,30	1,11	878	1.535
	%CDI+Taxa Fixa+V.C				
NCE (US\$) / ACC	(US\$)+Libor	8,11	4,28	1.644.355	1.805.134
Capital de Giro (US\$)	Taxa Fixa + Libor	5,08	1,38	205.561	186.758
Capital de Giro (Pesos)	Unidade Fomento	6,90	0,20	1.837	1.858
Empréstimo Bancário (US\$)	Taxa Fixa + V.C.	3,78	0,73	1.107.969	773.870
PAE (US\$)	Taxa Fixa + V.C.	-	-	-	7.453
Financiamentos (US\$)	Taxa Fixa + V.C.	1,94	0,25	15.976	18
Conta Garantida (US\$)	Libor + Taxa Fixa + V.C.	-	-	-	2.052
Obrigações Negociáveis	Taxa Fixa	6,70	3,34	57.325	76.517
Total moeda estrangeira		7,17		8.611.286	6.936.818
Total do endividamento		8,01		10.603.078	9.227.805
Passivo Circulante				2.277.035	2.852.561
Passivo Não Circulante				8.326.043	6.375.244

As modalidades de empréstimos e financiamentos da Companhia podem ser descritas da seguinte forma:

#### *17.1 FINAME - Financiamento de Máquinas e Equipamentos*

Linha de crédito do BNDES para aquisição de bens de capital. A moeda utilizada pelo BNDES para a correção dos valores é a URTJLP (Unidade de referência de taxa de juros de longo prazo), baseada na variação da TJLP (Taxa de juros de longo prazo). As garantias das operações são os próprios bens adquiridos. O cronograma de pagamento ocorrerá até janeiro de 2021.

#### *17.2 BNDES FINEM - Financiamento de Empreendimentos*

Linha de crédito do BNDES destinada a financiamento de empreendimentos. Os empréstimos foram celebrados para aquisição de maquinários, equipamentos e expansão das instalações produtivas. Essa operação é atualizada em parte pela TJLP (Taxa de juros de longo prazo) e o restante pela UMBNDES (Unidade Monetária do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), que é composta por uma cesta de moedas, a qual reflete a flutuação diária das moedas em que o BNDES capta empréstimos. Tal modalidade é garantida por uma fiança bancária emitida pelo Banco Bradesco. O cronograma de pagamento dessa operação é mensal com parcelas acrescidas de juros, com vencimento até fevereiro de 2013.

#### *17.3 FINEP - Financiamento de Estudos e Projetos*

Linha de crédito da FINEP voltada para Financiamento de Estudos e Projetos. A FINEP é uma instituição pública, vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia. A moeda utilizada para correção é a URTJ01 (Unidade monetária utilizada pela FINEP), que é baseada na variação da TJLP (Taxa de juros de longo prazo). A garantia da operação é um contrato junto ao Banco Bradesco. O cronograma de pagamento dessa operação é mensal, até março de 2016.

#### *17.4 NCE - Nota de Crédito de Exportação*

Linha de crédito destinada a empresas exportadoras, com benefícios fiscais. É necessária a comprovação das exportações efetuadas. As operações captadas nessa modalidade são utilizadas para capital de giro. Há operações em reais e em dólares norte-americanos, e são garantidas por duplicatas, avais e contratos de fornecimento, bem como, em alguns casos, não há garantias. Os índices utilizados para correção das operações em dólares americanos são: Libor (*London Interbank Offered Rate*) e/ ou taxa pré-fixada, e para as operações em reais a do CDI e/ou taxa pré-fixada. O cronograma de vencimento dessas operações se dará até abril de 2018.

#### *17.5 Capital de Giro*

As operações captadas nessa modalidade são para financiamento de capital de giro. Há operações em reais, dólares e em pesos. Essas operações são garantidas por avais e hipotecas. Os índices de correção utilizados para essa operação é CDI e/ou taxa pré-fixada. O cronograma de vencimento dessas operações se dará até maio de 2015.

#### *17.6 Nota de Crédito Rural*

Linha de crédito destinada a financiar o sistema de integração entre o produtor rural (parceiro) e os frigoríficos. Essas operações são captadas em reais e vinculadas ao processo produtivo. Essa modalidade é garantida por aval e utilizado taxa fixa na sua atualização. O vencimento dessa operação se dará em novembro de 2012.

#### *17.7 ACC - Adiantamento de Contrato de Câmbio*

Linha de crédito externa destinada às empresas exportadoras. As operações captadas nessa modalidade são utilizadas para financiamento das exportações.

As operações de ACC são captadas em dólares norte-americanos, pagas com a vinculação das exportações e garantidas por notas promissórias. O índice de correção utilizado para essas operações é uma taxa pré-fixada. O cronograma de pagamento dessas operações se dará até novembro de 2012.

#### *17.8 Financiamento Parque Industrial*

Linha de crédito externa, destinada à aquisição de equipamentos. Essa operação é captada em dólares norte-americanos, tendo como garantia os próprios equipamentos financiados. Os índices de correção utilizados para essas operações são Libor (*London Interbank Offered Rate*) mais taxa pré-fixada mais variação cambial. O cronograma de vencimento dessa operação se dará até julho de 2012, com parcelas trimestrais de principal e juros.

#### *17.9 Pré-Pagamento*

Linha de crédito externa destinada às empresas exportadoras. As operações captadas nessa modalidade são utilizadas para financiamento das exportações. Essa operação é captada em dólares norte-americanos e garantida por notas promissórias, avais, contratos de fornecimento e documentos de exportação, bem como, em alguns casos, não possui garantias. Os índices de correção utilizados para essas operações são Libor (*London Interbank Offered Rate*) mais taxa pré-fixada. O cronograma de vencimento de pagamento ocorrerá até dezembro de 2016.

#### 17.10 FCO - Fundo Constitucional Centro-Oeste

Linha de crédito destinada ao apoio financeiro para empreendimentos localizados, exclusivamente, nos Estados de Goiás, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal. Os prazos de financiamentos são fixados de acordo com o item a ser financiado. Essa modalidade é garantida por hipoteca e utilizada taxa fixa na sua atualização. O cronograma de vencimento é mensal com parcelas acrescidas de juros, e se dará até dezembro de 2013.

#### 17.11 Senior Notes - Bonds

São captações de dívida de longo prazo, em dólares norte-americanos, por meio da emissão de notas no exterior (*Bonds*) destinadas exclusivamente a investidores institucionais qualificados (Rule 144A/Reg S), não registradas na CVM - Comissão de Valores Mobiliários, sob o *U.S. Securities Act of 1933*, conforme alterado.

A Companhia realizou três captações desta natureza desde 2006, às quais foram atribuídas classificação de risco em moeda estrangeira B1 pela Moody's e B+ pela Standard&Poors e Fitch, conforme detalhado a seguir:

- A primeira operação de *Bonds* foi concluída em novembro de 2006, mediante emissão pela Marfrig Overseas Ltd., subsidiária integral da Companhia, de US\$375 milhões de notas de dívida (*Senior Notes*), com cupom de 9,625% a.a., pagamento semestral de juros iniciando-se em maio de 2007 e vencimento de principal em 10 anos (novembro/2016). Os recursos captados nesta emissão destinaram-se à aquisição de unidades de negócio pela Companhia na Argentina e Uruguai.

Em março de 2010 os detentores destas *Senior Notes* manifestaram sua anuência ao aditamento de determinadas cláusulas constantes da escritura (*Indenture*) que rege esta emissão, incluindo a alteração e/ou supressão de restrições aplicáveis à prestação de garantias pela Companhia e suas subsidiárias, bem como a inclusão de aval da Marfrig Alimentos S.A. e de suas subsidiárias União Frederiquense Participações Ltda., Marfrig Holdings (Europe) B.V. e Seara Alimentos S.A. em garantia às obrigações da emissora perante os detentores dos Bonds em circulação. Tal aditivo não contemplou qualquer alteração às condições financeiras desta dívida, que manteve o mesmo prazo de vencimento e taxa de juros previstos originalmente.

- A segunda captação foi realizada em abril de 2010, mediante emissão pela Marfrig Overseas Ltd. de US\$500 milhões de *Senior Notes*, com cupom de 9,50% a.a., pagamento semestral de juros iniciando-se em novembro de 2010 e vencimento de principal em 10 anos (mai/2020). Esta operação também contou com a garantia da Marfrig Alimentos S.A., União Frederiquense Participações Ltda., Marfrig Holdings (Europe) BV e Seara Alimentos S.A. e seus recursos destinaram-se ao alongamento do perfil do endividamento da Companhia.

- A terceira operação foi concluída em maio de 2011 e compreendeu a emissão pela Marfrig Holdings (Europe) B.V. de US\$750 milhões de *Senior Notes*, com cupom de 8,375% a.a., pagamento semestral de juros iniciando-se em novembro de 2011 e vencimento de principal em 7 anos (mai/2018). Esta operação contou com a prestação de garantia da Marfrig Alimentos S.A., União Frederiquense Participações Ltda., Marfrig Overseas Limited e Seara Alimentos S.A. e seus recursos destinaram-se ao alongamento do perfil do endividamento e reforço do capital de giro da Companhia.

Segue demonstrativo do valor captado em abril 2010:

Demonstração de Captação - Bonds 2010

	<u>US\$ mil</u>
Valor Principal	500.000
(-) Deságio (Valor de face igual a 98,426%)	(7.870)
(-) Comissão dos bancos	(4.500)
(-) Serviços Advogados	(331)
Valor Líquido	<u>487.299</u>

Segue demonstrativo do valor captado em maio de 2011:

Demonstração de Captação - Bonds 2011

	<u>US\$ mil</u>
Valor Principal	750.000
(-) Deságio (Valor de face igual a 98,835%)	(8.738)
(-) Comissão dos bancos	(9.375)
Valor Líquido	<u>731.887</u>

Tendo em vista que as *Senior Notes* emitidas em 2006, 2010 e 2011 representam 28,07% do endividamento consolidado da Companhia em 31 de dezembro de 2011 (e representavam 15,43% de tal endividamento em 31 de dezembro de 2010), a obrigação de manutenção de um quociente de dívida líquida ajustada para o EBITDA (ou LAJIDA) nos últimos 12 meses, não superior a 4,75x, prevista nas escrituras de emissão das *Senior Notes*, baliza os demais empréstimos e financiamentos da Companhia em aberto no encerramento do período, bem como as debêntures descritas na Nota Explicativa nº 21.

#### *17.12 PAE - Antecipação de Empréstimo para Exportação*

Linha de crédito do Chile destinada às empresas exportadoras. As operações captadas nessa modalidade, que podem ser usadas para qualquer produto de exportação, são utilizadas para financiamento das exportações de cordeiro, pescado e outros produtos importados pelo Brasil. A diferença com uma linha normal está em que ela é isenta do ITE - *Impuesto de Timbre y Estampilla* (equivalente ao IOF no Brasil). As linhas são captadas em dólares norte-americanos, sendo garantidas por fianças bancárias. O cronograma de pagamento dessas operações se deu até 31 de dezembro de 2011.

#### *17.13 BNDES PROCER - Financiamento para Capital de Giro*

Linha de crédito do BNDES destinada a financiamento de capital de giro com o objetivo de promover a competitividade das empresas dos setores agroindustrial e agropecuária. O custo desta operação é de 11,25% ao ano. O cronograma de pagamento dessa operação é mensal com parcelas acrescidas de juros, com vencimento até outubro de 2012.

#### *17.14 BNDES Exim*

Linha de crédito destinada às empresas exportadoras, disponibilizada pelo BNDES através do Programa BNDES de Sustentação do Investimento - Subprograma Exportação Pré-embarque. As operações captadas nessa modalidade são utilizadas para financiamento das exportações. Essa operação é captada em reais e garantida por aval da Marfrig Alimentos S.A. O índice de correção utilizado para essa operação é pré-fixada em 7% ao ano. O cronograma de vencimento de pagamento ocorreu até dezembro de 2011.

#### *17.15 Empréstimos Bancários*

As operações captadas nesta modalidade são para financiamento de capital de giro. Há operações em dólares e pesos, que em alguns casos somente poderão ser aplicados para pagamentos de estoques e ativos fixos. Essas operações são garantidas por avais e hipotecas, entretanto em alguns casos não possuem garantias. As operações captadas em pesos são atualizadas pela BADLAR (*Buenos Aires Deposits of Large Amount Rate*), e as linhas captadas em dólares possuem taxas pré-fixadas. O cronograma de vencimento dessas operações se dará até outubro de 2016.

### 17.16 Obrigações Negociáveis

Captação de recursos em dólares americanos, realizadas por nossas subsidiárias na Argentina e no Uruguai. Estas operações destinam-se à obtenção de capital de giro, sem garantias e com vencimento até setembro de 2016.

### 17.17 Cronogramas de vencimento:

Segue abaixo o cronograma de vencimentos do endividamento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Moeda nacional				
1T11	-	31.601	-	218.792
2T11	-	258.011	-	345.163
3T11	-	241.502	-	366.502
4T11	-	129.680	-	323.843
1T12	101.861	-	405.614	-
2T12	133.260	-	192.199	-
3T12	35.354	-	130.109	-
4T12	38.694	-	48.234	-
2012	-	390.219	-	568.524
2013	543.740	220.063	769.159	279.323
2014	214.798	74.805	239.440	128.149
2015	100.843	5.789	102.139	58.789
2016	34.479	1.902	35.775	1.902
2017	32.498	-	33.794	-
2018	32.498	-	33.793	-
2019	13	-	1.308	-
2020	12	-	227	-
2021	1	-	1	-
	<u>1.268.051</u>	<u>1.353.572</u>	<u>1.991.792</u>	<u>2.290.987</u>



Marfrig Alimentos S.A.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Moeda estrangeira				
1T11	-	342.110	-	811.531
2T11	-	109.098	-	272.533
3T11	-	239.442	-	325.055
4T11	-	107.702	-	189.142
1T12	174.743	-	728.270	-
2T12	114.857	-	282.159	-
3T12	223.579	-	291.804	-
4T12	78.125	-	198.646	-
2012	-	583.541	-	765.206
2013	1.055.441	909.261	1.233.542	975.625
2014	1.025.021	812.672	1.699.960	1.317.616
2015	958.765	689.345	994.396	702.887
2016	207.745	158.845	915.067	763.481
2017	-	-	9.636	12
2018	-	-	1.352.636	-
2020	-	-	905.170	813.730
	<u>3.838.276</u>	<u>3.952.016</u>	<u>8.611.286</u>	<u>6.936.818</u>
Total do endividamento	<u>5.106.327</u>	<u>5.305.588</u>	<u>10.603.078</u>	<u>9.227.805</u>

**17.18 Garantias dos empréstimos e financiamentos:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Saldo de financiamentos	5.106.327	5.305.588	10.603.078	9.227.805
Garantias:				
Nota Promissória	2.155.087	1.860.041	2.301.707	2.250.357
Duplicatas	42.532	240.046	101.591	267.272
Fiança Bancária	5.394	9.270	43.520	43.135
Contrato de Fornecimento	-	33.584	1.833	35.383
Aval	1.673.858	982.401	2.746.919	2.281.649
Bem Financiado	1.233	720	10.815	17.042
Documentos de exportação	-	-	26.489	9.935
Instalações	33.520	44.152	33.520	44.152
Hipoteca	-	-	47.074	46.363
Aplicação Financeira	237.099	150.103	259.956	150.103
Crédito de Exportação	-	-	45.421	67.861
Sem Garantias	957.604	1.985.271	4.984.233	4.014.553

**17.19 Covenants**

Todos os contratos de empréstimos e financeiros são pautados, na sua forma mais restritiva, em relação ao nível de endividamento, pelo *covenant* de 4,75, como quociente máximo da divisão entre a Dívida Líquida e o EBITDA.

**18. ARRENDAMENTOS A PAGAR**

A Companhia é arrendatária em vários contratos, os quais são classificados como arrendamento operacional ou financeiro.

**18.1 ARRENDAMENTO FINANCEIRO**

Tendo em vista a Deliberação CVM nº 645/10 (CPC 06 (R1)), as operações de arrendamento financeiro (*leasing* financeiro) passaram a ser reconhecidas no passivo circulante e no passivo não circulante da Companhia, tendo como contrapartida o registro do bem adquirido no ativo imobilizado, de acordo com o exposto na nota explicativa nº 13.

As operações contraídas anteriormente à data de promulgação da referida deliberação não são consideradas para efeito do cálculo dos *covenants*.

Marfrig Alimentos S.A.

Controladora						
Linha de Crédito	Encargos (% a.a.)	Taxa média ponderada de juros (a.a.)	Prazo médio ponderado de venc. (anos)	Saldo 31/12/11 (a valor presente)	Futuros Pagamentos 31/12/11	Saldo 31/12/10 (a valor presente)
Moeda nacional						
Arrend. Financeiro Leasing Veículos	CDI + Taxa	12,0%	1,9	4.279	2.668	21.200
Arrend. Financeiro Leasing Equip. Informática	CDI + Taxa	9,1%	1,1	4.377	5.443	18.307
Arrend. Financeiro Leasing Máquinas e Equip.	CDI + Taxa	12,8%	1,8	14.319	11.833	20.931
Arrend. Financeiro Leasing Instalações Industriais	CDI + Taxa	14,3%	1,0	10.907	11.005	33.639
Arrend. Financeiro Leasing Edificações	CDI + Taxa	-	-	-	-	27.401
Juros Financeiro a vencer				(18.473)		(55.772)
AVP Arrend. Financ.Leasing				(6.683)	-	8.538
Total moeda nacional				8.726	30.949	74.244
Total Controladora				8.726	30.949	74.244
Passivo Circulante				3.970		49.826
Passivo Não Circulante				4.756		24.418

Consolidado

Linha de Crédito	Encargos (% a.a.)	Taxa média ponderada de juros (a.a.)	Prazo médio ponderado de venc. (anos)	Saldo	Futuros	Saldo
				31/12/11 (a valor presente)	Pagamentos 31/12/11	31/12/10 (a valor presente)
Moeda nacional						
Arrend. Financeiro Leasing Veículos	CDI + Taxa	5,4%	0,1	11.898	8.863	21.229
Arrend. Financeiro Leasing Equip. Informática	CDI + Taxa	9,0%	1,1	4.377	5.443	18.307
Arrend. Financeiro Leasing Máquinas e Equip.	CDI + Taxa	13,0%	2,2	16.895	14.566	21.686
Arrend. Financeiro Leasing Instalações Industriais	CDI + Taxa	14,1%	1,0	11.330	11.624	34.307
Arrend. Financeiro Leasing Edificações	CDI + Taxa	0,0%	0,0	-	-	27.400
Juros Financeiro a vencer				(20.668)	-	(55.772)
AVP Arrend.Financ.Leasing				(6.683)	-	8.538
Total moeda nacional				17.149	40.496	75.695
Moeda estrangeira						
Arrend. Financeiro Leasing Veículos	Taxa	5,7%	4,9	2.114	2.148	996
Arrend. Financeiro Leasing Equip. Informática	Taxa	0,0%	0,0	-	-	16
Arrend. Financeiro Leasing Máquinas e Equip.	Taxa	4,2%	4,8	181.340	184.333	117.550
Arrend. Financeiro Leasing Instalações Industriais	Taxa	11,4%	1,4	1.535	1.555	2.674
Arrend. Financeiro Leasing Edificações	Taxa	6,2%	17,0	100.596	109.470	122.280
Total moeda estrangeira				285.585	297.506	243.516
Total Consolidado				302.734	338.002	319.211
Passivo Circulante				59.911		89.018
Passivo Não Circulante				242.823		230.193

Os arrendamentos financeiros a pagar foram atualizados ao valor presente, na data de registro inicial, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC nº 12, aprovado pela Deliberação CVM nº 564/08, conforme descrito na nota explicativa nº 3.1.6.

Segue abaixo o cronograma de vencimentos dos contratos de arrendamento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
<b>Moeda nacional</b>				
1T11	-	13.664	-	13.789
2T11	-	13.688	-	13.813
3T11	-	11.808	-	11.918
4T11	-	10.666	-	10.777
1T12	1.143	-	2.896	-
2T12	1.143	-	2.942	-
3T12	1.134	-	2.957	-
4T12	550	-	1.637	-
2012	-	21.491	-	21.933
2013	3.281	2.785	4.389	3.133
2014	669	93	1.133	237
2015	605	49	900	95
2016	201	-	295	-
<b>Total moeda nacional</b>	<b>8.726</b>	<b>74.244</b>	<b>17.149</b>	<b>75.695</b>
<b>Moeda estrangeira</b>				
1T11	-	-	-	9.809
2T11	-	-	-	9.868
3T11	-	-	-	9.478
4T11	-	-	-	9.566
1T12	-	-	15.851	-
2T12	-	-	11.625	-
3T12	-	-	10.948	-
4T12	-	-	11.055	-
2012	-	-	-	42.585
2013	-	-	38.237	34.018
2014	-	-	36.494	32.426
2015	-	-	43.787	30.850
2016	-	-	26.486	20.820
2017	-	-	7.226	44.096
2018	-	-	83.876	-
<b>Total moeda estrangeira</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>285.585</b>	<b>243.516</b>
<b>Total arrendamento</b>	<b>8.726</b>	<b>74.244</b>	<b>302.734</b>	<b>319.211</b>

O cronograma do valor presente do total dos pagamentos futuros mínimos do arrendamento mercantil financeiro é o seguinte:

		Controladora	
		31/12/11	31/12/10
Moeda nacional			
Até 1 ano		3.970	49.826
De 1 ano até 5 anos		4.756	24.418
		<u>8.726</u>	<u>74.244</u>
		Consolidado	
		31/12/11	31/12/10
Moeda nacional			
Até 1 ano		10.432	50.297
De 1 ano até 5 anos		6.717	25.398
		<u>17.149</u>	<u>75.695</u>
Moeda estrangeira			
Até 1 ano		49.479	38.721
De 1 ano até 5 anos		152.230	160.699
Mais de 5 anos		83.876	44.096
		<u>285.585</u>	<u>243.516</u>
		<u>302.734</u>	<u>319.211</u>

Seguem abaixo as garantias dos arrendamentos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Moeda nacional				
Garantias:				
Bem financiado	8.726	74.244	17.149	75.695
Total moeda nacional	8.726	74.244	17.149	75.695
Moeda estrangeira				
Garantias:				
Bem financiado	-	-	285.585	243.516
Total moeda estrangeira	-	-	285.585	243.516
Total	8.726	74.244	302.734	319.211

## 18.2 ARRENDAMENTO OPERACIONAL

A seguir é apresentado o demonstrativo de arrendamento mercantil operacional em 31 de dezembro de 2011:



Marfrig Alimentos S.A.

ARRENDAMENTO OPERACIONAL

Controladora

Instituição financeira	Bem arrendado	Data início	Taxa média ponderada de juros (a.a.)	Prazo médio ponderado de venc. (anos)	Valor total financiado	Montante despesa em 31/12/11
	Moeda nacional					
CSI LATINA A. M. S.A	Equip. Informática	16/02/11	13,14%	0,0	1.634	255
CSI LATINA A. M. S.A	Equip. Informática	21/02/11	11,49%	0,0	1.392	245
CSI LATINA A. M. S.A	Equip. Informática	02/08/08	15,89%	1,0	1.640	354
CSI LATINA A. M. S.A	Equip. Informática	21/11/09	13,39%	0,8	1.206	402
CSI LATINA A. M. S.A	Equip. Informática	21/02/10	17,41%	1,1	4.790	1.597
CSI LATINA A. M. S.A	Equip. Informática	19/05/10	17,41%	1,3	5.429	1.810
CSI LATINA A. M. S.A	Equip. Informática	19/05/10	10,37%	1,3	1.718	573
CSI LATINA A. M. S.A	Equip. Informática	09/05/10	9,77%	1,3	1.572	1.013
CSI LATINA A. M. S.A	Equip. Informática	23/05/10	14,93%	1,3	1.064	596
CSI LATINA A. M. S.A	Equip. Informática	09/05/10	8,09%	1,3	1.571	523
CSI LATINA A. M. S.A	Equip. Informática	21/05/10	14,93%	1,3	260	146
CSI LATINA A. M. S.A	Equip. Informática	18/01/11	13,03%	2,0	7.247	2.307
CSI LATINA A. M. S.A	Equip. Informática	21/01/11	10,50%	2,0	1.216	338
CSI LATINA A. M. S.A	Equip. Informática	21/01/11	10,50%	2,5	2.699	502
CSI LATINA A. M. S.A	Equip. Informática	12/10/11	10,50%	2,7	28	3
CSI LATINA A. M. S.A	Máquinas e equip.	10/07/08	15,89%	1,0	5.691	1.297
Frigorífico Extremo Sul	Planta Frigorífica	01/10/09	0,00%	0,7	2.740	1.818
	Total moeda nacional				41.897	13.779
	Moeda estrangeira					
AVN AIR LLC	Aeronave	01/12/07	libor + 3%	4,7	3.450	288
AVN AIR LLC	Aeronave	01/12/07	libor + 3%	4,7	8.625	720
AVN AIR LLC	Aeronave	01/12/08	libor + 3%	6,7	5.620	490
	Total moeda estrangeira				17.695	1.498
	Total moeda nacional e estrangeira				59.592	15.277

Consolidado

Instituição financeira	Bem arrendado	Data início	Taxa média ponderada de juros (a.a.)	Prazo médio ponderado de venc. (anos)	Valor total financiado	Montante despesa em 31/12/11
	Moeda nacional					
CSI LATINA A. M. S.A	Equip. Informática	16/02/11	13,14%	0,0	1.634	255
CSI LATINA A. M. S.A	Equip. Informática	21/02/11	11,49%	0,0	1.392	245
CSI LATINA A. M. S.A	Equip. Informática	02/08/08	15,89%	1,0	1.640	354
CSI LATINA A. M. S.A	Equip. Informática	21/11/09	13,39%	0,8	1.206	402
CSI LATINA A. M. S.A	Equip. Informática	21/02/10	17,41%	1,1	4.790	1.597
CSI LATINA A. M. S.A	Equip. Informática	19/05/10	17,41%	1,3	5.429	1.810
CSI LATINA A. M. S.A	Equip. Informática	19/05/10	10,37%	1,3	1.718	573
CSI LATINA A. M. S.A	Equip. Informática	09/05/10	9,77%	1,3	1.572	1.013
CSI LATINA A. M. S.A	Equip. Informática	23/05/10	14,93%	1,3	1.064	596
CSI LATINA A. M. S.A	Equip. Informática	09/05/10	8,09%	1,3	1.571	523
CSI LATINA A. M. S.A	Equip. Informática	21/05/10	14,93%	1,3	260	146
CSI LATINA A. M. S.A	Equip. Informática	18/01/11	13,03%	2,0	7.247	2.307
CSI LATINA A. M. S.A	Equip. Informática	21/01/11	10,50%	2,0	1.216	338
CSI LATINA A. M. S.A	Equip. Informática	21/01/11	10,50%	2,5	2.699	502
CSI LATINA A. M. S.A	Equip. Informática	12/10/11	10,50%	2,7	28	3
CSI LATINA A. M. S.A	Máquinas e equip.	10/07/08	15,89%	1,0	5.691	1.297
Frigorífico Extremo Sul	Planta Frigorífica	01/10/09	0,00%	0,7	2.740	1.818
Frigorífico Mercosul	Planta frigorífica	21/09/09	IGP-M ano	3,4	100.000	10.627
Frigorífico Margem	Planta frigorífica	09/10/09	IGP-M ano	3,4	164.500	22.417
Frigorífico 4 Rios	Planta frigorífica	01/12/09	IGP-M ano	3,4	9.600	4.124
Frigorífico Boiwi	Planta frigorífica	29/12/09	IGP-M ano	4,6	6.000	2.012
	Total moeda nacional				321.997	52.959
	Moeda estrangeira					
AVN AIR LLC	Aeronave	01/12/07	libor + 3%	4,7	3.450	288
AVN AIR LLC	Aeronave	01/12/07	libor + 3%	4,7	8.625	720
AVN AIR LLC	Aeronave	01/12/08	libor + 3%	6,7	5.620	490
	Total moeda estrangeira				17.695	1.498
	Total moeda nacional e estrangeira				339.692	54.457

O cronograma de vencimentos do saldo financiado do arrendamento operacional a pagar é o seguinte:

	Controladora
	31/12/11 (a valor presente)
Moeda nacional	
Até 1 ano	13.938
De 1 ano até 5 anos	6.598
	<u>20.536</u>
Moeda estrangeira	
Até 1 ano	5.000
De 1 ano até 5 anos	843
	<u>5.843</u>
	<u>26.379</u>
	<u><u>26.379</u></u>
	Consolidado
	31/12/11 (a valor presente)
Moeda nacional	
Até 1 ano	79.789
De 1 ano até 5 anos	181.667
	<u>261.456</u>
Moeda estrangeira	
Até 1 ano	5.000
De 1 ano até 5 anos	843
	<u>5.843</u>
	<u>267.299</u>
	<u><u>267.299</u></u>

Os arrendamentos mercantis operacionais contratados pela Companhia não apresentam quaisquer restrições ou contingências, tendo sido celebrados de acordo com as práticas convencionais de mercado, havendo, em alguns casos, cláusulas de reajuste durante a vigência do contrato.

Os valores dos bens arrendados são calculados a um custo definitivo total, que inclui custos de transporte, tributos e documentação. Sobre o valor do custo definitivo total calcula-se o valor das contraprestações, aplicando-se um percentual pré-definido para cada contrato.

Em caso de rescisão, a arrendadora terá a opção de cumulativamente: (i) rescindir unilateralmente de pleno direito o contrato de arrendamento; (ii) pleitear pela devolução dos bens arrendados; e (iii) declarar o vencimento antecipado do contrato de arrendamento mercantil. Nesse caso a arrendatária obriga-se a pagar o valor do saldo devedor das parcelas não quitadas, incluindo vencidas e vincendas, além de eventuais despesas, tributos e encargos em aberto, acrescidos de multa de 10% sobre o saldo devedor. A arrendatária, sem prejuízo da arrendadora, poderá pleitear perdas e danos.

Em relação à opção de renovação, a arrendatária deve manifestar previamente sua intenção, no silêncio prorroga-se automaticamente a renovação cujas condições devem ser ajustadas entre as partes. Caso não haja um ajuste entre as partes, a arrendatária deverá optar pela compra a valor de mercado ou devolver os bens.

## 19. DEBÊNTURES A PAGAR E JUROS SOBRE DEBÊNTURES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Debêntures a pagar	598.200	-	598.200	-
(-) Custo emissão de debêntures	(4.249)	-	(4.249)	-
Juros debêntures mandatoriamente conversíveis em ações	225.874	132.000	225.874	132.000
(-) IRRF sobre juros debêntures	(45.575)	-	(45.575)	-
	<u>774.250</u>	<u>132.000</u>	<u>774.250</u>	<u>132.000</u>
Passivo Circulante	180.299	132.000	180.299	132.000
Passivo Não Circulante	593.951	-	593.951	-

A Companhia, após aprovação em Reunião do Conselho de Administração de 14 de janeiro de 2011, realizou a 3ª emissão de debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantias adicionais reais e fidejussória da Companhia, com esforços restritos, nos moldes da Instrução CVM nº. 476/2009, captando com as seguintes características: valor nominal de R\$ 598.200.000, dividido em 598.200 debêntures, no valor unitário nominal de R\$1.000, data de emissão de 18 de janeiro de 2011, vencimento em 18 de janeiro de 2018, dividida em duas séries, sendo (i) Primeira Série, com a emissão de 360.000 debêntures, com remuneração sobre o valor nominal desde a data da emissão de 127,6% da taxa DI a.a., base 252 dias, sem correção monetária, e (ii) a Segunda Série, com a emissão de 238.200 debêntures, com remuneração do valor nominal desde a data da emissão corrigido pelo IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, apurado pela Fundação Getúlio Vargas, acrescido de 9,5% a.a. base 252 dias; com garantia de cessão fiduciária de fluxo de recebíveis de titularidade da Companhia, no valor de 20% do saldo das debêntures emitidas e garantia fidejussória (fiança) das seguintes subsidiárias: (i) União Frederiquense Participações Ltda. (ii) Seara Alimentos S.A; e (iii) Marfrig Holdings (Europe ) B.V.

As operações acima descritas tiveram seus fluxos convertidos a uma variação cambial em USD acrescidos da taxa de 6,75% ao ano pelo período completo da operação.

Também estão provisionados juros de debêntures conversíveis em ações conforme nota explicativa nº 21.

Segue abaixo o cronograma de vencimentos das debêntures:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Moeda nacional				
3T11	-	132.000	-	132.000
1T12	65.041	-	65.041	-
3T12	115.258	-	115.258	-
2013	199.400	-	199.400	-
2014	199.400	-	199.400	-
2015	195.151	-	195.151	-
	<u>774.250</u>	<u>132.000</u>	<u>774.250</u>	<u>132.000</u>

## 20. TÍTULOS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Títulos a pagar investimentos Europa (a)	-	-	164.695	367.479
Títulos a pagar investimentos Brasil	56.835	108.250	56.835	108.250
Títulos a pagar - Patrocínios (b)	-	-	263	33.338
Derivativos a pagar (c)	209.185	138.914	243.888	148.875
Partes relacionadas (d)	623.382	-	-	-
Outros (e)	1.745	14.955	833	38.209
AVP	<u>(1.819)</u>	<u>(2.058)</u>	<u>(1.819)</u>	<u>(2.058)</u>
	<u>889.328</u>	<u>260.061</u>	<u>464.695</u>	<u>694.093</u>
Passivo Circulante	237.583	152.857	434.158	313.632
Passivo Não Circulante	<u>651.745</u>	<u>107.204</u>	<u>30.537</u>	<u>380.461</u>

(a) O fato relevante da Companhia divulgado ao mercado em 23 de junho de 2008 informou que a Marfrig adquiriu empresas na Europa e no Brasil. O contrato de aquisição continha previsão de um pagamento contingente potencial de até de US\$220 milhões, baseado no futuro desempenho dos negócios situados na Europa. Tal aquisição foi aprovada em reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 31 de outubro de 2008, bem como em Assembléia Geral Extraordinária de Acionistas, realizada em 1º de dezembro de

2008. Tal obrigação foi registrada em conformidade com o CPC 15 - Combinação de Negócios e divulgado conforme a Deliberação CVM nº 603/2009, com os devidos efeitos nas demonstrações financeiras de 1º de janeiro 2009, data de transição dos CPCs / IFRS. Em setembro de 2011 a Companhia e os antigos acionistas das empresas adquiridas chegaram a um acordo a respeito do montante que seria desembolsado referente ao pagamento contingente acima mencionado. Tal pagamento foi reduzido para USD 96 milhões. Desta forma, o excedente do saldo foi revertido pela Companhia em contrapartida da rubrica de outras receitas (despesas) operacionais na demonstração do resultado.

(b) Em 8 de março de 2010 a Companhia firmou contrato com a Confederação Brasileira de Futebol (CBF), para patrocínio das Seleções Brasileiras de Futebol, envolvendo todas as equipes de futebol masculina e feminina, das diferentes categorias coordenadas por ela (“SELEÇÕES”).

O contrato permite divulgar o patrocínio das “SELEÇÕES” por meio de exposição e associações à marca e produtos SEARA, bem como MONTANA, BASSI, DAGRANJA, PALATARE e outras marcas de titularidade da MARFRIG. Possibilita ainda o direito de imagens individuais de atletas e membros das Comissões Técnicas das Seleções e de terceiros, a utilizar o logotipo da CBF em campanhas publicitárias dos produtos de linha, incluindo ações em loja (*In-Store*), bem como brindes e embalagens de produtos em território nacional e estrangeiro. A CBF fica obrigada a divulgar as marcas fornecidas pela MARFRIG em *back-drop* em todas as entrevistas coletivas tanto no Brasil como no exterior, divulgar o logotipo da marca nas costas dos uniformes de treino e lazer, utilizados pelos integrantes da seleção. A vigência deste contrato é da data de assinatura até 31 de dezembro de 2026.

Em 29 de março de 2010 a Companhia assinou contrato com a FIFA (*Federation Internationale de Football Association*), para patrocínio dos campeonatos - *2010 FIFA World Cup™*, *FIFA Confederations Cup 2013* e *2014 FIFA World Cup™*. O contrato permite a utilização das marcas do Grupo Marfrig, tais como: SEARA, PATY, PEMMICAN e MOY PARK, e também a utilização do logotipo dos campeonatos em propagandas, produtos e sua distribuição.

Em 10 de fevereiro de 2011 a Companhia firmou contrato com o Santos Futebol Clube para patrocínio das equipes profissionais de futebol masculino de campo do clube. Referido contrato vigorou até 31 de dezembro de 2011. O contrato permitiu o patrocínio nos ombros das camisas de jogo e de treino da equipe nos campeonatos Paulista, Libertadores e Campeonato Brasileiro do ano de 2011.

Em 14 de fevereiro de 2011, a Companhia firmou contrato com a MMC Automotores do Brasil S.A., referente ao patrocínio da Mitsubishi Motorsports Sudeste, com divulgação nos veículos, rampa de largada e chegada e uniformes. Referido contrato vigorou até 31 de dezembro de 2011.

(c) Na nota explicativa nº 32 apresentamos detalhadamente as operações com instrumentos financeiros praticados pela Companhia. A Companhia e suas controladas estão sujeitas a riscos de mercado relacionados a variações cambiais, flutuação de taxas de juros e variação dos preços de commodities. Esses valores representam o montante de derivativos a pagar.

(d) Na nota explicativa nº 10.1 apresentamos a composição detalhada do saldo.

(e) Na rubrica "Outros", na coluna consolidado em 31 de dezembro de 2010, encontra-se a segunda parcela a pagar da compra da O'Kane Poultry.

## 21. INSTRUMENTO MANDATÓRIO CONVERSÍVEL EM AÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Instrumento mandatário conversível em ações	2.500.000	2.500.000	2.500.000	2.500.000
Gastos com emissão	(20.693)	(12.328)	(20.693)	(12.328)
	<u>2.479.307</u>	<u>2.487.672</u>	<u>2.479.307</u>	<u>2.487.672</u>

A Companhia, conforme “Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações (Instrumento Mandatário) da Marfrig Alimentos S/A.”, emitiu 250.000 (duzentas e cinquenta mil) debêntures mandatoriamente conversíveis em ações, com o valor nominal unitário de R\$10, no valor total de R\$2.500.000. O Instrumento Mandatário foi emitido em 15/07/2010 por intermédio de subscrição privada, com prazo de 60 meses, anualmente corrigidos por uma taxa de juros à razão de 100% da variação acumulada das taxas médias dos Depósitos Interfinanceiros de um dia, acrescido de um spread de 1% (um por cento). A remuneração do Instrumento Mandatário está classificada no passivo circulante e tem seu pagamento garantido por fiança bancária prestada pelo Banco Itaú BBA S/A. A totalidade das 250.000 (duzentas e cinquenta mil) debêntures foi subscrita em diversas datas durante o mês de setembro, sendo o principal debenturista o BNDES Participações S/A.

Conforme definido na referida escritura de emissão e ressalvadas as hipóteses de conversão voluntária, o preço de conversão será o menor valor dentre os seguintes itens: (i) R\$21,50, acrescido do percentual de juros efetivamente pagos aos debenturistas sobre o valor nominal da emissão e subtraído dos proventos distribuídos a cada ação, ambos corrigidos pelo CDI desde a data do seu efetivo pagamento, no caso dos juros das debêntures, ou da data ex-proventos, no caso dos proventos, até a data da conversão; e (ii) o maior valor entre o preço de mercado e R\$24,50, este último sem ajuste por proventos em dinheiro ou atualização monetária.

A Companhia, com base na essência da operação (equity) e nas características da mesma, registrou, inicialmente, o Instrumento Mandatário (principal) como Reserva de Capital, classificado no Patrimônio Líquido. Todavia, a Comissão de Valores Mobiliários - CVM, através do Ofício/CVM/SEP/GEA-5/nº 329/2012, datado de 10 de outubro de 2012, se manifestou a respeito desse instrumento, determinando: (i) a reclassificação da contabilização do Instrumento Mandatário, e (ii) que sejam reapresentadas as demonstrações financeiras de 2011, comparadas as demonstrações de 2010.

A Companhia acatou a determinação da CVM, procedendo à reclassificação integral do Instrumento Mandatário para rubrica contábil específica no Passivo Não-Circulante. A contabilização anterior estava amparada por pareceres contábeis e jurídicos emitidos especificamente para a matéria.

A referida reclassificação não altera qualquer dos termos e condições do Instrumento Mandatário e não tem efeito sobre o atual endividamento financeiro da Companhia, seu serviço de dívida, e seus covenants financeiros, uma vez que, diferentemente de outros itens do passivo da Companhia, o Instrumento Mandatário não é passível de liquidação em caixa ou equivalentes, mas apenas em ações ordinárias de emissão da própria Companhia.

A Companhia incorreu em R\$12.328 de gastos com emissão do Instrumento Mandatário, registrados inicialmente como redutora de Reserva de Capital conforme determinam as regras contábeis para instrumento de capital. Em agosto de 2011 houve a renovação da fiança no montante de R\$ 8.365, desta forma, o saldo de gasto com emissão de Instrumento Mandatário passou a ser de R\$ 20.693. Esses gastos também foram reclassificados para o passivo não circulante, como redutor da rubrica de “Instrumento Mandatário Conversível em Ações”, permanecendo nesta conta até a efetiva conversão do Instrumento Mandatário em ações.

Em virtude da integralização das referidas debêntures realizada pelo BNDES Participações S/A, a MMS Participações S/A e a BNDES Participações S/A firmaram Acordo de Acionistas com o objetivo de regular o relacionamento das partes na qualidade de acionistas da Marfrig Alimentos S.A.

## 22. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

22.1 A Companhia e suas controladas são partes em diversos processos, em curso normal de seus negócios, nas esferas cível, administrativa, tributária, previdenciária e trabalhista, para os quais foram constituídas provisões com base na estimativa de seus consultores legais. As principais informações dos processos estão assim apresentadas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Trabalhistas e previdenciárias	5.775	10.484	38.537	46.436
Fiscais	1.446	2.555	111.735	138.037
Cíveis	4.834	2.211	38.453	38.900
Outras	-	-	-	313
	<u>12.055</u>	<u>15.250</u>	<u>188.725</u>	<u>223.686</u>

### 22.1.1 TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia e suas controladas eram rés em diversas reclamações trabalhistas. Baseado no histórico passado de pagamentos da Companhia e de suas controladas foram constituídas provisões no valor de R\$38.537. Na opinião da Administração e dos assessores legais este valor é considerado suficiente para fazer frente a eventuais perdas. A maior parte das reclamações trabalhistas ajuizadas contra a Companhia e suas controladas referem-se a temas comumente alegados no segmento, tais como justa causa, minutos de preparo, intervalo para pessoal que trabalha em ambiente refrigerado, horas *in itinere*, risco ergonômico entre outros.

### 22.1.2 FISCAIS

As contingências fiscais referem-se substancialmente aos seguintes tributos:

Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias.

A totalidade de provisão de contingências fiscais da Companhia, que na opinião da Administração e de seus assessores legais são de risco provável, totalizando o valor de R\$1.446. Referidas contingências referem-se a discussões de ICMS no Estado do Mato Grosso, e decorrem da emissão de documento fiscal eletrônico e emissão de documento fiscal.

### IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES FEDERAIS

A controlada Seara possui provisão de contingências fiscais no valor total de R\$85.070, a qual se compõe da seguinte forma:

- A controlada Seara possui processos administrativos que discutem a glosa de pedidos de ressarcimento de créditos de PIS/COFINS totalizando o valor de R\$8.002, relativos a créditos sobre despesas com depreciação, créditos sobre bens adquiridos para revenda, sobre despesas com fretes, sobre atividades de transporte de cargas, presumido do PIS e da COFINS de atividades agroindustriais, sobre despesas de aluguéis, e sobre despesa com comissão.
- A Seara ainda possui processos administrativos que discutem a glosa de créditos presumidos de IPI como forma de ressarcimento do PIS/COFINS incidente sobre as exportações no valor de R\$3.793 e possui provisões tributárias no valor de R\$19.501 das quais, R\$16.344 correspondem aos processos administrativos relativos a i) IRPJ/CSLL referente à dedutibilidade de despesas com PCLD e depósitos judiciais (CPMF) no valor de R\$8.185; ii) glosas de créditos de PIS/COFINS sobre insumos tributados a alíquota zero, produtos monofásicos, despesas com fretes e créditos presumidos das atividades agroindustriais no valor de R\$7.686; iii) ICMS sobre margem nas transferências no valor de R\$249; iv) ITR sobre valor da Terra Nua no valor de R\$224; e R\$3.157 a riscos fiscais não materializados até o momento.
- A Seara possui também provisão de R\$7.801 referente a honorários advocatícios sobre Processos Tributários, R\$36.557 referentes a Provisão de IRPJ/CSLL sobre



Créditos Tributários e R\$9.416 referentes a Juros sobre Compensação de Débito de Tributos Previdenciários com Créditos de Tributos Federais.

Ainda, as subsidiárias Zenda, DaGranja, Mabella, Penasul, Agrofrango e Braslo possuem em conjunto provisão para contingência tributária no valor de R\$ 25.219, que individualmente não são relevantes.

### 22.1.3 CÍVEIS

Em 31 de dezembro de 2011 a Administração, com base na opinião de seus assessores legais, constituiu provisão no montante das ações classificadas como de risco provável, totalizando R\$38.453.

As ações cíveis da Companhia e de suas controladas envolvem tipicamente controvérsias relativas a acordos comerciais e indenizatórias. Nenhum destes processos individualmente é relevante.

22.2 Os passivos contingentes, que não são sujeitos ao registro contábil, conforme as normas vigentes são demonstradas abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Trabalhistas e previdenciárias	79.684	41.042	187.037	125.446
Fiscais	336.942	143.726	614.554	261.578
Cíveis	11.845	1.589	78.346	72.235
	<u>428.471</u>	<u>186.357</u>	<u>879.937</u>	<u>459.259</u>

#### 22.2.1. Trabalhistas e previdenciárias

Entre as ações civis públicas de natureza trabalhista, destacamos as ações civis públicas da controlada Seara, que na opinião dos assessores legais, estão classificadas como de perda possível no valor estimado de R\$ 23.123, as quais discutem basicamente horas extras na troca de uniforme (minutos de preparo), Art. 253, da CLT (intervalo de 20 minutos a cada uma hora e 40 minutos para pessoal que trabalha em ambiente refrigerado), horas *in itinere*, terceirização de atividade fim, adicional de insalubridade, risco ergonômico entre outras.

Ainda, a maior parte das reclamações trabalhistas ajuizadas contra a Companhia e suas controladas, que na opinião de nossos assessores legais estão classificadas como perda possível, referem-se a temas comumente alegados no segmento, tais como justa causa, horas extras, minutos de preparo, intervalo para pessoal que trabalha em ambiente refrigerado, horas *in itinere*, entre outros. Todavia, a Administração esclarece que individualmente nenhuma reclamatória trabalhista é relevante.

## 22.2.2. Fiscais

Apresentamos abaixo as principais matérias em discussão judicial de natureza fiscal que na opinião da Administração e dos nossos assessores legais estão classificadas como perda possível para a Companhia e suas controladas.

### Impostos e Contribuições Federais

Em 31 de dezembro de 2011 constam processos administrativos movidos pelos órgãos da União pelo valor total histórico de R\$ 189.518, exigindo:

(i) diferenças de recolhimento de débitos de PIS e COFINS e obrigações acessórias e (ii) multa para liberação de mercadoria por erro formal em documentação; o valor histórico total envolvido nas autuações desses itens i) e ii) totalizam R\$1.172, para os quais não foi constituída provisão uma vez que, com base na opinião dos assessores jurídicos, as chances de perda nestes processos são possíveis; (iii) crédito presumido de IPI, no valor histórico de R\$293, com julgamento administrativo que já reconheceu a procedência do crédito da empresa; iv) exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, esse processo refere-se a pedido de restituição, pelo valor total histórico de R\$68.552, para os quais não foi constituída provisão, uma vez que, com base na opinião dos assessores jurídicos, a chance de perda nestes processos são classificadas como possível. Foram apresentadas defesas administrativas, pendentes de julgamento definitivo, alegando a inexigibilidade por incorreção em suas bases de cálculos e presunção dos valores pela fiscalização; v) contribuições destinadas a Seguridade Social (FUNRURAL e GILLRAT) e outras entidades e fundos (SENAR) no valor histórico de R\$ 82.223, já objeto de defesa administrativa alegando a inconstitucionalidade de referida contribuição com base em decisão do STF cuja aplicação na instância administrativa encontra-se respaldada no artigo 26 - A do Decreto 70.235/72 e vi) CSLL e IRPJ auferidos em decorrência apuração de lucros de empresas controladas no exterior no valor histórico de R\$ 37.278, objeto de defesa administrativa sob alegação de desrespeito ao princípio da competência, inconstitucionalidade de dispositivo de lei (art. 74 da MP 2158-35/2011) e afronta a acordos de bitributação firmados pelo Brasil, onde também não foi constituída provisão, face a chance de êxito possível.

A empresa controladora e suas controladas possuem processos administrativos decorrentes de compensações de créditos de tributos federais com débitos previdenciários, sendo Marfrig R\$ 19.517, Penasul R\$3.026, Dagranja R\$20.059, Mabella R\$18.064, Seara R\$ 68.175, Pampeano R\$5.243 e Agrofrango R\$5.910. Estas empresas possuem medida judicial que discute o seu direito à compensação nos termos realizados.

### PIS e COFINS sobre importação

Em novembro de 2004 a Companhia propôs medida judicial questionando a exigência do PIS e COFINS sobre importação e requerendo o afastamento da exigência destas contribuições. A medida liminar foi concedida e confirmada em sentença que atualmente encontra-se em vigor, sendo objeto de recurso de apelação da União em trâmite no Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Referida ação gera efeitos favoráveis ao fluxo de caixa, vez que permite o recolhimento desses tributos por ocasião da venda das mercadorias e não de forma antecipada, no momento da Importação.

### Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços - ICMS

As discussões de ICMS envolvendo a Companhia nos processos administrativos movidos pelas Fazendas dos Estados de São Paulo, Goiás, Minas Gerais, Paraná, Bahia, Rio Grande do Sul e Ceará são relativas ao aproveitamento de créditos advindos da transferência de mercadorias, questionamento da apropriação de crédito presumido proveniente de atividades de abate, descumprimento de obrigação acessória e emissão errônea de notas fiscais e crédito outorgado, os quais montam o valor histórico de R\$ 45.487. Deste montante o valor de R\$13.226 foi objeto de medida judicial relativa a crédito outorgado pelo Estado de SP, com antecipação de tutela favorável suspendendo sua exigibilidade. A Companhia questiona a cobrança de recolhimento pela não comprovação de ingresso de mercadorias na Zona Franca de Manaus, pelo valor histórico de R\$685. No Estado de Mato Grosso as autuações referem-se à desconsideração de regime de estimativa firmado com o Estado, ausência de emissão de documento fiscal eletrônico, emissão irregular de documento fiscal e comprovação de exportação, no valor de R\$10.928.

Os processos de maior relevância referentes ao ICMS são movidos pela Fazenda do Estado de São Paulo exigindo valores relativos ao crédito presumido de ICMS sobre notas-fiscais de transferências de mercadorias remetidas pela filial localizada no Estado do Mato Grosso do Sul às filiais localizadas no Estado de São Paulo - “Guerra Fiscal”. Os valores dos lançamentos correspondem à diferença entre o imposto destacado nos documentos de entrada de mercadorias no centro de distribuição e o cobrado no Estado de origem. O valor histórico total exigido nestes processos administrativos lavrados é R\$ 209.098. Encontra-se em discussão em fase administrativa o valor total de R\$ 91.020. A Companhia possui ação judicial que questiona a exigibilidade do crédito, equivalente a R\$ 98.635. Dentre esses, três são execuções fiscais no valor histórico de R\$73.847. A empresa controlada Dagranya possui processos administrativos movidos também pela Fazenda do Estado de São Paulo, relativos à exigência de ICMS decorrentes de benefício fiscal concedido pelos Estados de Minas Gerais e Paraná, no valor histórico de R\$ 27.821, objeto de discussão administrativa e medida judicial quanto aos processos com fase administrativa encerrada.

### IPI CRÉDITO - Prêmio

A Companhia possui Pedidos de Restituição administrativo pleiteando IPI Crédito -Prêmio que totalizam R\$ 671.899 já julgados em 1ª Instância Administrativa mas pendente de julgamento em esfera recursal. Referidos pedidos referem-se a créditos não utilizados pela empresa.

#### 22.2.3. Cíveis

As ações cíveis da Companhia e de suas controladas envolvem tipicamente controvérsias relativas a acordos comerciais e indenizatórias, que individualmente não são relevantes.

## 22.3 Movimentação das provisões

	Controladora				Consolidado				
	Trabalhista e previdenciárias	Fiscais	Cíveis	TOTAL	Trabalhista e previdenciárias	Fiscais	Cíveis	Outras	TOTAL
Saldo em 31 de dezembro de 2010	10.484	2.555	2.211	15.250	46.436	138.037	38.900	313	223.686
Adição	-	-	-	-	19.063	44.568	6.423	-	70.054
Reversão	(1.398)	(1.095)	(702)	(3.195)	(10.422)	(33.881)	(7.053)	-	(51.356)
Reclassificação	(3.311)	(14)	3.325	-	(17.357)	(37.454)	183	(313)	(54.941)
Ganho/Perda na conversão	-	-	-	-	817	465	-	-	1.282
Saldo em 31 de dezembro de 2011	5.775	1.446	4.834	12.055	38.537	111.735	38.453	-	188.725

## 23. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS - PASSIVO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Imposto de renda	94.660	99.500	1.106.219	1.138.812
Contribuição social	34.077	35.821	309.457	324.624
	128.737	135.321	1.415.676	1.463.436

Referem-se: (i) aos tributos diferidos contabilizados no momento da adoção do custo atribuído aos dos bens do ativo imobilizado em 1º de janeiro de 2009 em conformidade com o CPC 27 e ICPC 10, que serão liquidados à medida que ocorram alienação, baixa ou depreciação/amortização dos bens reavaliados, conforme respectiva vida útil determinada no laudo de avaliação; (ii) pelo efeito dos tributos federais diferidos apurados sobre os efeitos da adoção do CPC 15 de combinação de negócios.

Segue abaixo a movimentação dos tributos diferidos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	IRPJ	CSL	IRPJ	CSL
Saldo em 31 de dezembro de 2010	99.500	35.821	1.138.812	324.624
Realização do deemed cost	(1.754)	(632)	(14.346)	(5.164)
Reavaliação de mais valia Imobilizado	(3.086)	(1.112)	(346)	(1.458)
Tributos diferidos sobre diferenças temporárias	-	-	1.555	5.019
Reversão de tributos diferidos sobre diferenças temporárias	-	-	(52.157)	(328)
Outros	-	-	(36.789)	(13.236)
Ganho/perda na conversão	-	-	69.490	-
Saldo em 31 de dezembro de 2011	94.660	34.077	1.106.219	309.457

## 24. PATRIMONIO LÍQUIDO

### 24.1. CAPITAL SOCIAL

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2011 é de R\$4.061.478 representado por 346.983.954 ações ordinárias, sem valor nominal (em 31 de dezembro de 2010 era de R\$4.061.478). Deduzido dos gastos com emissão pública e privada de ações, este capital é de R\$ 3.986.518 (em 31 de dezembro de 2010 era de 3.986.518).

Com base na Deliberação CVM nº 649/10, a Companhia registrou no patrimônio líquido os custos incorridos nos processos de captação de recursos através de emissão pública de ações e emissão privada de ações.

De acordo com o Estatuto Social, por deliberação do Conselho de Administração, o capital social poderá ser aumentado, independentemente de reforma estatutária, no limite de até 500.000.000 (quinhentos milhões) de ações ordinárias, incluindo o atual Capital Social, e nas condições que este vier a definir.

A critério do Conselho de Administração poderá ser realizada emissão de ações e debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, sem direito de preferência ou com redução do prazo de que trata o § 4º, do artigo 171, da Lei nº 6.404/76, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei, dentro do limite do capital autorizado.

As condições das emissões (preço e prazo) são definidas pelo Conselho de Administração.

A opção de compra de ações, os casos ou as condições em que os acionistas terão direito de preferência para subscrição, ou de inexistência desse direito, aos administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou sociedade sob seu controle está apresentada na nota explicativa nº 28.5.

## 24.2 RESERVAS DE LUCROS

### 24.2.1 Reserva legal

Constituída, tendo como base o percentual de 5% (cinco por cento) sobre o lucro líquido da Companhia, conforme definido em seu estatuto e na legislação vigente.

No exercício de 2011 não houve constituição de reserva legal, devido a Companhia ter apurado prejuízo no exercício. Dessa forma, o saldo em 31 de dezembro de 2011 permaneceu em R\$44.476.

### 24.2.2 Ações em tesouraria

#### Programa de Recompra de Ações

Em reunião realizada no dia 07 de fevereiro de 2011, o Conselho de Administração aprovou um Programa de Recompra de Ações de emissão da própria Companhia, com o objetivo de maximizar a geração de valor para os acionistas por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital da Companhia, bem como de subsidiar o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia.

O programa tinha vigência até 07 de fevereiro de 2012 e prevê a utilização de até R\$ 100.000 (cem milhões de reais) para a aquisição de até 5.800.000 (cinco milhões e oitocentas mil) ações ordinárias de emissão da Companhia, representando 2,97% do total de ações em circulação.

As ações adquiridas no âmbito do Programa de Recompra de Ações são mantidas em tesouraria para utilização no atendimento ao exercício das opções de compra de ações pelos beneficiários do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia e/ou posterior cancelamento ou alienação.

As operações de aquisição são realizadas a preço de mercado, no pregão da BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros S.A., respeitando os períodos de vedação legais e regulamentares, principalmente a restrição à negociação de valores mobiliários prevista no artigo 12 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários - ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009 e no artigo 48 da Instrução CVM nº 400 de 29 de dezembro de 2003.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, a Marfrig adquiriu 1.100.000 (um milhão e cem mil) ações, pelo montante de R\$9.366 (nove milhões trezentos e sessenta e seis mil reais), registrado como aquisição de ações em tesouraria no patrimônio líquido.

O quadro a seguir apresenta informações referentes às aquisições de ações de emissão própria realizadas em 2011:

Espécie	Quantidade de ações da recompra	Preços de negociação das recompras (R\$)			Cotação de fechamento de mercado <sup>1</sup> (R\$)	Valor de Mercado (R\$)
		<u>Mínimo</u>	<u>Médio</u>	<u>Máximo</u>		
Ordinárias	1.100.000	8,42	8,51	8,66	8,54	9.394.000,00

<sup>1</sup> Cotação de fechamento de pregão, divulgada pela BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros S.A., referente às ações ordinárias da Marfrig, sob o código MRFG3, tendo como base o último pregão de dezembro de 2011.

### Ações em Tesouraria

Em 31 de dezembro de 2010, a Marfrig mantinha 394.198 (trezentas e noventa e quatro mil, cento e noventa e oito) ações ordinárias em tesouraria, representando 0,11% do total de ações da Companhia. As ações estavam registradas contabilmente pelo montante de R\$7.348 (sete milhões, trezentos e quarenta e oito mil reais), o que corresponde ao custo médio por ação de R\$18,64 (dezoito reais e sessenta e quatro centavos).

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, foram transferidas 161.600 (cento e sessenta e uma mil e seiscentas) ações ordinárias aos administradores da Companhia, tendo em vista o plano de opção de ações descrito na nota explicativa nº 28.5

Em 31 de dezembro de 2011, a Marfrig mantinha 1.332.598 (um milhão, trezentos e trinta e duas mil, quinhentas e noventa e oito) ações ordinárias de sua emissão em tesouraria, representando 0,38% do total de ações da Companhia. As ações estavam registradas contabilmente pelo montante de R\$13.702 (treze milhões, setecentos e dois mil reais), o que corresponde ao custo médio por ação de R\$10,28 (dez reais e vinte e oito centavos).

O valor das ações em tesouraria, valorizadas à cotação de R\$8,54 (oito reais e cinquenta e quatro centavos) por ação no último pregão anterior a 31 de dezembro de 2011 era de R\$11.380 (onze milhões, trezentos e oitenta mil reais).

O quadro a seguir demonstra a movimentação das ações em tesouraria no exercício:

	<u>Quantidade</u>	<u>Valor (R\$ mil)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2010	<b>394.198</b>	<b>7.348</b>
(+) Aquisição de ações - Programa de Recompra	1.100.000	9.366
(-) Alienação de ações - Plano de Opções <sup>2</sup>	161.600	3.012
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<b>1.332.598</b>	<b>13.702</b>

<sup>2</sup> tendo em vista o plano de opção de ações descrito na nota explicativa nº 27.5

## 24.3 OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

### 24.3.1 AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

Tendo em vista a Deliberação CVM nº 640/10, a Companhia criou o subgrupo de contas denominado “Ajustes de Avaliação Patrimonial”, no qual reconhece o efeito das variações cambiais sobre os investimentos em controladas no exterior detidas pela Companhia, direta e indiretamente. Esse efeito acumulado será revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento.

Esta conta também reconhece os efeitos de adoção do “*deemed cost*”, conforme explicado na nota explicativa 13.

### 24.3.2 AJUSTE ACUMULADO DE CONVERSÃO

Conforme previsto no Ofício-Circular CVM/SNC/SEP nº 01, de 30 de janeiro de 2009, bem como na Deliberação CVM nº 640/10, a Companhia criou o subgrupo de contas denominado “Ajustes Acumulados de Conversão”, no qual foram registradas as variações cambiais resultantes da conversão das demonstrações financeiras de subsidiárias no exterior, cuja moeda funcional da investida diverge da controladora.

## 24.4 DIVIDENDOS A PAGAR

O dividendo obrigatório da Companhia é de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social, apurado nas demonstrações financeiras da Companhia controladora. A declaração anual de dividendos, incluindo o pagamento do mesmo, além do dividendo mínimo obrigatório, é aprovada em Assembléia Geral Ordinária por maioria de votos de acionistas titulares das ações da Companhia e irá depender de diversos fatores, tais como: resultados operacionais, condição financeira, necessidades de caixa e perspectivas futuras da Companhia, além de outros fatores que o Conselho de Administração e acionistas da Companhia julgarem relevantes.

Na Assembléia Geral de Acionistas, a ser realizada até 30 de abril de 2012, será submetida para aprovação a Demonstração Financeira do ano de 2011, na qual está demonstrado que a Companhia neste ano apresentou prejuízo e, desta forma não será proposta de distribuição de dividendos relativos ao exercício de 2011.

O saldo de dividendos a pagar remanescente em 31 de dezembro de 2011 refere-se aos dividendos aprovados no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, os quais ainda não foram liquidados.

## 24.5 JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

O artigo 9º da Lei nº 9.249 de 26 de dezembro de 1995, com as alterações do artigo 88, XXVI, da Lei nº 9.430/96, permitiu a dedutibilidade, para fins de imposto de renda e contribuição social, dos juros sobre o capital próprio pagos aos acionistas, calculados com base na variação da taxa de juros de longo prazo - TJLP.



Não foram declarados Juros sobre Capital Próprio no ano de 2011.

O saldo de juros sobre o capital próprio a pagar remanescente em 31 de dezembro de 2011 refere-se aos juros sobre o capital próprio aprovados no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, os quais ainda não foram liquidados.

## 24.6 PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES

Refere-se à participação dos acionistas não controladores no Patrimônio Líquido de subsidiárias da Companhia.

## 25. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Receita da venda de produtos				
Vendas no mercado interno	3.092.836	2.703.046	15.181.944	10.563.388
Vendas no mercado externo	1.624.306	1.470.550	7.847.783	6.462.725
	<u>4.717.142</u>	<u>4.173.596</u>	<u>23.029.727</u>	<u>17.026.113</u>
Deduções da Receita Bruta				
Impostos sobre vendas	(129.967)	(88.470)	(699.046)	(687.505)
Devoluções e abatimentos	(133.201)	(184.868)	(445.772)	(460.139)
	<u>(263.168)</u>	<u>(273.338)</u>	<u>(1.144.818)</u>	<u>(1.147.644)</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	<u>4.453.974</u>	<u>3.900.258</u>	<u>21.884.909</u>	<u>15.878.469</u>

**26. RESULTADO POR NATUREZA**

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função e apresenta a seguir o detalhamento por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
<b>Custos das vendas</b>				
Custos dos estoques	3.106.959	2.755.905	15.493.150	10.907.753
Depreciação	66.077	54.548	452.099	351.961
Amortização	2.146	-	241.525	204.133
Salários e benefícios a empregados	211.546	272.199	2.555.518	1.813.177
	<u>3.386.728</u>	<u>3.082.652</u>	<u>18.742.292</u>	<u>13.277.024</u>
<b>Despesas administrativas</b>				
Depreciação	5.125	4.885	29.509	59.098
Amortização	-	-	10.217	6.029
Salários e benefícios a empregados	74.525	58.793	324.394	242.763
Outros	59.998	71.491	432.677	254.798
	<u>139.648</u>	<u>135.169</u>	<u>796.797</u>	<u>562.688</u>
<b>Despesas comerciais</b>				
Depreciação	267	464	7.570	5.062
Amortização	-	-	608	441
Salários e benefícios a empregados	24.457	22.917	175.438	138.533
Outros	273.733	241.621	1.303.746	1.263.464
	<u>298.457</u>	<u>265.002</u>	<u>1.487.362</u>	<u>1.407.500</u>

## 27. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

A Companhia apresenta a demonstração do resultado financeiro líquido, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Receita Financeira				
Resultado financeiro com derivativos	88.275	50.034	122.218	50.299
Juros recebidos, rendimento de aplicação financeira	148.516	148.961	248.744	190.035
Descontos Obtidos, outros	23.142	18.154	27.875	13.251
Total receita financeira	259.933	217.149	398.837	253.585
Variação cambial ativa	254.399	170.274	564.983	282.714
Despesa Financeira				
Juros Provisionados	(536.758)	(432.149)	(965.263)	(656.402)
Juros sobre debentures	(401.864)	(132.000)	(401.864)	(132.000)
Juros sobre arrendamento	(26.344)	(25.769)	(26.520)	(25.886)
Derivativos	(277.979)	(272.968)	(379.626)	(300.490)
Despesas Bancárias, Comissões, Tarifas	(61.926)	(71.816)	(116.455)	(102.080)
Outros	(15.045)	(28.106)	(37.326)	(78.929)
Total despesa financeira	(1.319.916)	(962.808)	(1.927.054)	(1.295.787)
Variação cambial passiva	(723.163)	(295.189)	(1.345.692)	(387.754)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(1.528.747)	(870.574)	(2.308.926)	(1.147.242)

## 28. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

A política de compensação visa estabelecer os critérios, responsabilidades e as definições da remuneração dos administradores do Grupo Marfrig, seja a de curto prazo como a de longo prazo (Bônus e *Stock Option*).

A mesma visa impulsionar os executivos da Companhia a crescer e se desenvolver para atingir seu potencial máximo, alinhado aos objetivos do negócio e reconhecer esse desempenho através do pagamento de Incentivo (Curto Prazo e Longo Prazo).

O Comitê de Governança Corporativa e Remuneração é o colegiado responsável pela avaliação/análise da remuneração dos administradores. O comitê é formado pelos seguintes cargos: Membro do Conselho de Administração (coordenador), Presidente e Diretor Corporativo de RH. As reuniões têm periodicidade mensal, com foco nas questões estratégicas de recursos humanos.

Os parâmetros utilizados para a definição da remuneração dos administradores são baseados nas práticas de mercado.

## 28.1 CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A remuneração do Conselho de Administração é composta de uma parte fixa e variável.

Remuneração Fixa - É fixado um valor anual para cada um dos membros, que é pago de forma mensal.

Remuneração variável - Remuneração baseada Bônus de curto prazo ou em *Stock Option*. É fixado um valor anual para cada um dos membros converterem em ações - *Stock Option* - somente longo prazo. O preço da ação é baseado na média dos últimos 20 pregões anteriores a 3 de março de cada ano. Não há subsídio por parte da empresa.

O exercício da opção é feito em 4 anos (25% ao ano), tal qual os critérios abaixo dos diretores estatutários.

A composição da remuneração dos conselheiros é feita através de pesquisa de mercado com as principais empresas do segmento, para assim ser definida uma base de remuneração a ser validada pelo Comitê de Governança Corporativa e Remuneração da Marfrig.

## 28.2 DIRETORES ESTATUTÁRIOS

Remuneração Fixa - É fixado um valor anual para cada um dos membros, que é pago de forma mensal.

Remuneração Variável - É composta de remuneração de Curto Prazo (Bônus) e Longo Prazo (*Stock Options*) - As metas estabelecidas pela empresa para avaliação dos administradores, em geral, são compostas de objetivos econômicos (EBITDA da divisão e Lucro Líquido do Grupo Marfrig) e metas individuais.

O ganho no Plano de Opções de Ações está vinculado à valorização do preço da ação de mercado, ou seja, o que sua atuação individual e da Administração como um todo agregarem de valor à Companhia refletirá no seu ganho nesta modalidade de remuneração, mantendo ao mesmo tempo seu interesse alinhado com o da Companhia no longo prazo.

A remuneração por ações tem como o Preço de Exercício a base dos últimos 20 pregões anteriores ao dia 03 de março de cada ano e preço de outorga com desconto de 50% a partir das concessões de 2010.

O exercício de cada concessão anual (“*Vesting*”) obedece aos seguintes critérios:

- 25% após 12 meses da concessão;
- 25% após 24 meses da concessão;
- 25% após 36 meses da concessão;
- 25% após 48 meses da concessão.

A composição da remuneração dos diretores é feita através de pesquisa de mercado com as principais empresas do segmento onde são estabelecidos critérios de medição de acordo com a representatividade do cargo na organização. As macropolíticas são aprovadas pelo Comitê de Governança Corporativa e Remuneração.

### 28.3 CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia foi instalado por ocasião da Assembleia Geral Ordinária, realizada em 30 de abril de 2010. Na reforma do estatuto promovida por intermédio da Assembleia Extraordinária de 11 de março de 2011, o Conselho Fiscal tornou-se órgão de funcionamento permanente.

Remuneração Fixa - É fixado um valor anual, pago de forma mensal e não há remuneração variável.

### 28.4 REMUNERAÇÃO CONSOLIDADA

A remuneração dos administradores e conselheiros compreende os rendimentos de três membros do Conselho de Administração (os outros quatro membros optaram por não receber as remunerações como Conselheiros), seis membros do Conselho Fiscal (os outros três membros são suplentes) e da Diretoria Estatutária.

O valor agregado das remunerações recebidas pelos administradores e conselheiros da Companhia Controladora é definido por meio de práticas de mercado, com a participação do Comitê de Governança Corporativa e Remuneração, formado por um Membro do Conselho de Administração (coordenador), pelo Presidente e pelo Diretor Corporativo de Recursos Humanos.

### 28.5 PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES - STOCK OPTION PLAN

Em 29 de maio de 2009, foi aprovada em Assembleia Geral de Acionistas, a reforma e consolidação do Plano de Opção de Compra de Ações (Plano), tendo como objetivos: (i) promover a geração de valor para os acionistas da Companhia, através do alinhamento dos seus interesses aos dos administradores, empregados e prestadores de serviços da Marfrig ou de suas sociedades controladas e (ii) possibilitar maior nível de atração, retenção e motivação aos colaboradores considerados estratégicos.

O Plano é administrado pelo Conselho de Administração, dentro dos limites estabelecidos nas diretrizes gerais e na legislação aplicável, os quais estão divulgados detalhadamente no Formulário de Referência da Companhia.

O preço de exercício das opções outorgadas nos termos do Plano é fixado pelo Conselho de Administração, respeitado o preço médio ponderado pelo volume das ações da Companhia observado nos últimos 20 (vinte) pregões na Bolsa de Valores de São Paulo imediatamente anteriores à data da outorga da opção e um desconto de até 20% sobre o valor apurado.

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, foram transferidas 161.600 ações aos administradores da Companhia dentro dos planos de opção de ações. A movimentação nas opções exercidas ao longo do exercício é demonstrada nas tabelas a seguir:

	Quantidade de ações exercidas	Preço Médio de Mercado <sup>1</sup> (R\$ por ação)
Janeiro	-	15,19
Fevereiro	-	13,88
Março	73.275	13,99
Abril	26.100	15,99
Maio	8.450	14,34
Junho	16.125	14,14
Julho	13.200	15,3
Agosto	15.225	9,57
Setembro	9.100	7,46
Outubro	125	7,17
Novembro	-	7,74
Dezembro	-	8,53
<b>Opções Exercidas - 2011</b>	<b>161.600</b>	

<sup>1</sup> Cotação de média mensal divulgada pela BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros S.A., referente às ações ordinárias da Marfrig, sob o código MRFG3.

Movimentação Consolidada	2011	2010
(Ações)		
Saldo inicial	899.722	752.630
Opções outorgadas	250	320.700
Opções exercidas	(161.600)	(173.608)
Opções canceladas e vencidas	(120.558)	-
<b>Saldo final</b>	<b>617.814</b>	<b>899.722</b>

A diluição prevista da participação dos atuais acionistas, quando do exercício das opções de ações na data de performance (“vesting”) até o limite das ações mantidas em tesouraria para esse fim é de 0,34%, conforme detalhado na tabela a seguir:

Percentual de Diluição							2011
	Plano Master 07-08	Plano Master 08-09	Plano ESP I 07-08	Plano ESP II 08-09	Plano ESP III 08-09	Plano ESP IV 09-10	Total
Data de concessão	03/03/08	28/07/09	28/07/09	28/07/09	28/07/09	01/07/10	-
Contratos em aberto	27.600	82.950	50.000	-	216.989	240.275	617.814
Ações em Circulação							180.840.606
Percentual de diluição	0,02%	0,05%	0,03%	0,00%	0,12%	0,13%	0,34%

Em 31/12/2011, o valor justo das opções estava registrado no patrimônio líquido da Marfrig ao montante de R\$ 13.702 (R\$ 7.348 em 31/12/2010). A Companhia reconheceu despesas relativas às outorgas dos planos vigentes no montante líquido de R\$ 2.456, conforme detalhado na tabela a seguir:

Efeitos decorrentes do exercício de opções(R\$ mil)	2011
Valor Recebido pela venda das ações	556,2
(-) Custo das ações em tesouraria alienadas	(3.012)
Efeito na alienação das ações	(2.456)

O valor justo das opções foi mensurado de forma indireta, baseando-se no modelo de precificação *Black-Scholes*, com base nas seguintes premissas:

Taxa de juros livre de risco: 6%a.a. A Companhia utiliza como taxa de juros livre de risco a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, anualizada na data do cálculo e disponível no website da receita federal - [www.receita.fazenda.gov.br/pessoajuridica/refis/tjlp.htm](http://www.receita.fazenda.gov.br/pessoajuridica/refis/tjlp.htm).

Volatilidade: 111,3%. A medida utilizada para estimar a volatilidade foi o beta histórico ajustado, levando em conta os preços diários das ações da Companhia negociadas no pregão da BM&FBOVESPA sob o código MRFG3, no período de 03/01/2011 a 29/12/2012, em relação ao Índice IBOVESPA, representativo do mercado brasileiro de ações.

O valor justo das ações em 31/12/2011 nos diferentes programas e vencimentos situou-se entre o máximo de R\$4,5736 e o mínimo de R\$5,0470 negativo por ação para os planos MASTER, destinados aos Conselheiros, e entre o máximo de R\$7,9214 e o mínimo de R\$2,4861 por ação para os planos ESPECIAIS, destinados aos Executivos.

A composição das opções outorgadas é demonstrada a seguir:

## Total de opções outorgadas:

Planos	Data de Concessão	Período de performance (Carência)	Data de Expiração da Opção	Total de Opções Concedidas	Total de Opções Vestidas	Opções Exercidas no Período	Opções Canceladas e/ou Vencidas no Período	Opções Exercidas e/ou Canceladas em Períodos Anteriores	Contratos em Aberto	Preço de Exercício da Opção	Valor da Opção no Período (BlackScholes) em R\$	Valor de Mercado Opções não Vestidas em 31/12/11 (R\$ mil)	Valor de Mercado Opções Vestidas em 31/12/11 (R\$ mil)	Efeitos no Resultado de 31/12/11 em Caso de Contabilização (R\$ mil)
Total em	31/12/09			877.880	144.000	125.000	-	-	752.880					
Total em	31/12/10			1.198.580	343.533	173.608	-	125.000	899.972					
MASTER 07-08	03/03/08	04/03/09	03/03/10	13.800	13.800	-	-	13.800	-	R\$ 13,58700	-R\$ 5,0470	-	-	-
MASTER 07-08	03/03/08	04/03/10	03/03/11	13.800	13.800	9.200	4.600	-	-	R\$ 13,58700	-R\$ 5,0470	-	-	-
MASTER 07-08	03/03/08	04/03/11	03/03/12	13.800	13.800	-	-	-	13.800	R\$ 13,58700	-R\$ 5,0470	-	-69,6	-45,6
MASTER 07-08	03/03/08	04/03/12	03/03/13	13.800	-	-	-	-	13.800	R\$ 13,58700	R\$ 0,4299	5,9	-	-45,6
				55.200	41.400	9.200	4.600	13.800	27.600			5,9	-69,6	91,3
MASTER 08-09	28/07/09	04/03/10	03/03/11	27.900	27.900	27.900	-	-	-	R\$ 6,77830	R\$ 1,7617	-	-	-
MASTER 08-09	28/07/09	04/03/11	03/03/12	27.650	27.650	-	-	-	27.650	R\$ 6,77830	R\$ 1,7617	-	48,7	96,8
MASTER 08-09	28/07/09	04/03/12	03/03/13	27.650	-	-	-	-	27.650	R\$ 6,77830	R\$ 2,5012	69,2	-	96,8
MASTER 08-09	28/07/09	04/03/13	03/03/14	27.650	-	-	-	-	27.650	R\$ 6,77830	R\$ 4,5736	126,5	-	96,8
				110.850	55.550	27.900	-	-	82.950			195,6	48,7	290,5
ESP I LP 07-08	28/07/09	28/07/09	30/11/09	50.000	50.000	-	-	50.000	-	R\$ 0,75485	R\$ 7,7852	-	-	-
ESP I LP 07-08	28/07/09	03/03/10	02/09/10	50.000	50.000	-	-	50.000	-	R\$ 0,75485	R\$ 7,7852	-	-	-
ESP I LP 07-08	28/07/09	03/03/11	02/09/11	50.000	50.000	39.175	10.825	-	-	R\$ 0,75485	R\$ 7,7852	-	-	-
ESP I LP 07-08	28/07/09	03/03/12	02/09/12	50.000	-	-	-	-	50.000	R\$ 0,75485	R\$ 7,7929	389,6	-	476,3
				200.000	150.000	39.175	10.825	100.000	50.000			389,6	0,0	476,3
ESP II CP 08-09	28/07/09	28/07/09	30/11/09	80.200	80.200	-	-	80.200	-	R\$ 1,03823	R\$ 7,5018	-	-	-
				80.200	80.200	-	-	80.200	-			-	0,0	-
ESP III LP 08-09	28/07/09	03/03/10	02/09/10	108.083	108.083	800	2.675	104.608	-	R\$ 0,67783	R\$ 7,8622	-	-	-
ESP III LP 08-09	28/07/09	03/03/11	02/09/11	108.083	108.083	69.575	37.683	-	825	R\$ 0,67783	R\$ 7,8622	-	6,5	7,9
ESP III LP 08-09	28/07/09	03/03/12	02/09/12	108.082	-	-	-	-	108.082	R\$ 0,67783	R\$ 7,8692	850,5	-	1.037,8
ESP III LP 08-09	28/07/09	03/03/13	02/09/13	108.082	-	-	-	-	108.082	R\$ 0,67783	R\$ 7,9214	856,2	-	1.037,8
				432.330	216.166	70.375	40.358	104.608	216.989			1.706,7	6,5	2.083,6
ESP IV LP 09-10	01/07/10	03/03/11	02/09/11	80.000	80.000	14.950	64.775	-	275	R\$ 11,02605	-R\$ 2,4861	-	-0,7	-0,2
ESP IV LP 09-10	01/07/10	03/03/12	02/09/12	80.000	-	-	-	-	80.000	R\$ 11,02605	R\$ 0,8305	66,4	-	-59,7
ESP IV LP 09-10	01/07/10	03/03/13	02/09/13	80.000	-	-	-	-	80.000	R\$ 11,02605	R\$ 3,4400	275,2	-	-59,7
ESP IV LP 09-10	01/07/10	03/03/14	02/09/14	80.000	-	-	-	-	80.000	R\$ 11,02605	R\$ 4,7988	383,9	-	-59,7
				320.000	80.000	14.950	64.775	-	240.275			725,5	-0,7	-179,3
Total em	31/12/11			1.198.580	623.316	161.600	120.558	298.608	617.814			3.023,4	-15,1	2.579,8

## 29. RESULTADO POR AÇÃO

A tabela a seguir demonstra a reconciliação do cálculo de lucros por ação para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (em milhares, exceto quando mencionado):

	31/12/11	31/12/10
Prejuízo atribuível aos acionistas	(746.012)	146.094
Média ponderada da quantidade de ações do período (em unidades)	346.983.954	346.983.954
Média ponderada da quantidade de ações em tesouraria, incluindo o efeito de <i>Stock Option</i> (em unidades)	539.123	472.698
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação (em unidades)	346.444.831	346.511.256
(Prejuízo) Lucro Básico e Diluído (em R\$)	(2,1533)	0,4216



A Companhia possui debêntures conversíveis em ações ordinárias, não computados no cálculo do resultado diluído por ação.

### 30. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A Marfrig Alimentos S.A. é uma multinacional de origem brasileira dedicada à produção, industrialização e comercialização no mercado interno e operações internacionais de produtos alimentícios diversificados, com foco em derivados de proteína animal.

A Companhia construiu um modelo de negócios integrado e geograficamente diversificado, composto por bases de produção localizadas em lugares com vantagens competitivas importantes de custo e uma rede de distribuição com acesso aos principais mercados consumidores do mundo.

A Companhia está organizada estrategicamente em dois principais segmentos apresentáveis, organizada de acordo com a proteína animal que dá origem à receita, com estruturas próprias e profissionalizadas e segmentadas em:

- Bovinos, Ovinos e Couro, com operações de abate de animais localizada na América do Sul (Brasil, Argentina, Uruguai e Chile) e Europa,
- Aves, Suínos e Produtos Elaborados e Processados, com operações no Brasil, Europa, Estados Unidos, Oriente Médio e Ásia.

A plataforma global do grupo está presente nos 5 continentes, com 150 plantas e escritórios na América do Sul, América do Norte, Ásia, África, Europa, Oriente Médio e Oceania, com um sistema de distribuição que nos permite exportar para mais de 140 países.

A Companhia fornece informações ao mercado combinadas por segmento de atividade, de forma equivalente às consideradas para tomada de decisões estratégicas pelos seus administradores.

Abaixo o balanço patrimonial e demonstração de resultado, resumidos por segmento de informação:

	31/12/11			31/12/10		
	Bovinos Ovinos e Couros	Aves, Suínos e produtos elaborados e processados	Total	Bovinos Ovinos e Couros	Aves, Suínos e produtos elaborados e processados	Total
<b>Ativo</b>						
Circulante	5.426.750	3.932.363	9.359.113	5.960.537	3.439.702	9.400.239
Realizável a longo prazo	1.607.389	1.173.703	2.781.092	1.068.638	970.831	2.039.469
Investimentos	213	12.982	13.195	212	9.828	10.040
Imobilizado	2.494.871	4.600.431	7.095.302	2.299.699	4.385.889	6.685.588
Ativos biológicos	24.773	195.010	219.783	27.858	249.696	277.554
Intangível	1.187.559	3.167.397	4.354.956	1.163.385	3.023.311	4.186.696
	<u>10.741.555</u>	<u>13.081.886</u>	<u>23.823.441</u>	<u>10.520.329</u>	<u>12.079.257</u>	<u>22.599.586</u>
<b>Passivo</b>						
Circulante	2.723.165	3.949.934	6.673.099	3.323.134	3.625.425	6.948.559
Não circulante	9.438.816	4.292.312	13.731.128	8.404.169	3.238.117	11.642.286
	<u>12.161.981</u>	<u>8.242.246</u>	<u>20.404.227</u>	<u>11.727.303</u>	<u>6.863.542</u>	<u>18.590.845</u>

	31/12/11			31/12/10		
	Bovinos Ovinos e Couros	Aves, Suínos e produtos Elaborados e Processados	Total	Bovinos Ovinos e Couros	Aves, Suínos e produtos Elaborados e Processados	Total
Receita Líquida	7.647.549	14.237.360	21.884.909	6.864.999	9.013.470	15.878.469
CPV	(6.313.920)	(12.428.372)	(18.742.292)	(5.704.812)	(7.572.212)	(13.277.024)
Resultado financeiro	(1.680.134)	(628.792)	(2.308.926)	(978.705)	(168.537)	(1.147.242)
Lucro(Prejuízo)	(715.820)	(30.192)	(746.012)	(273.367)	419.461	146.094
Depreciação/Amortização	125.198	616.330	741.528	133.577	493.147	626.724

### 31. COBERTURA DE SEGUROS

É política da Companhia, manter cobertura de seguros para os bens do ativo imobilizado e dos estoques sujeitos a risco, por montantes julgados suficientes para cobrir eventuais sinistros, de acordo com a natureza das atividades e a orientação dos consultores de seguros.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria e, conseqüentemente, não foram revisadas pelos auditores da Companhia.

Segue abaixo o resumo dos montantes segurados pela Companhia:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Edificações e instalações frigoríficas	874.105	874.105	5.111.425	5.934.716
Estoques e lucros cessantes	203.973	203.973	2.261.180	2.397.176
Armazem de terceiros	76.712	76.712	152.682	315.800
Veículos	10.630	8.934	20.709	15.585
Transporte de mercadorias	42.088	333.333	1.580.375	971.331
Garantia de diretores	56.274	50.000	104.952	91.631
Responsabilidade civil	10.000	550	377.115	336.493
Outros	1.337.354	912.795	1.395.482	1.062.147
	<u>2.611.136</u>	<u>2.460.402</u>	<u>11.003.920</u>	<u>11.124.879</u>

## 32. INSTRUMENTOS FINANCEIROS - DERIVATIVOS E GERENCIAMENTO DE RISCO - CONSOLIDADO

### 32.1 CONTEXTO GERAL

Em suas atividades, a Companhia e suas controladas estão sujeitas a riscos de mercado relacionados a variações cambiais, flutuação das taxas de juros e a preços das “*commodities*”. Com o objetivo de minimizar esses riscos, a Companhia dispõe de políticas e procedimentos para administrar tais exposições e pode utilizar instrumentos de proteção, desde que previamente aprovados pelo Conselho de Administração.

Dentre as políticas estabelecidas pela Companhia destacam-se: o acompanhamento dos níveis de exposição a cada risco de mercado; a mensuração dos mesmos; e a criação de limites para a tomada de decisão e utilização dos mecanismos de proteção, sempre visando minimizar a exposição cambial de sua dívida, fluxo de caixa e taxas de juros.

A Diretoria está autorizada a praticar todos e quaisquer atos dentre os abaixo indicados até o valor equivalente a 10% (dez por cento) do valor do patrimônio líquido da Companhia, tomando por base sempre as últimas demonstrações financeiras divulgadas ao mercado, com a ressalva de que para os valores acima de 5% (cinco por cento), será necessária, adicionalmente, a autorização do Comitê Financeiro da Companhia.

Os atos da Companhia mencionados no parágrafo anterior são: a) Prestar garantia a obrigações de controladas e/ou subsidiárias integrais; b) aprovar aquisições e/ou alienações de bens do ativo permanente; c) aprovar a obtenção de operações financeiras, incluindo operações de “*leasing*”; e d) aprovar transação ou conjunto de transações envolvendo a Companhia e partes relacionadas, direta ou indiretamente.

A Companhia não pratica operações alavancadas em derivativos ou instrumentos similares que não objetivem proteção mínima de sua exposição a outras moedas, com a política conservadora de não assumir operações que possam comprometer sua posição financeira.

Marfrig Alimentos S.A.

A Companhia também mantém uma sólida política financeira, com manutenção de elevado saldo de caixa e aplicações financeiras de curto prazo, ao mesmo tempo em que concentra seu endividamento no longo prazo em vencimentos distribuídos de forma a não causar concentrações em um único ano.

## 32.2 INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

Os ativos e passivos financeiros da Companhia são classificados conforme as categorias abaixo:

Controladora				
<b>Ativos financeiros</b>				
	Empréstimos e Recebíveis		Mantidos para negociação	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Caixa e equivalentes de caixa	399.326	91.899	23.041	55.683
Aplicações financeiras	-	-	877.165	2.106.627
Valores a receber - clientes	381.222	392.120	-	-
Titulos a receber - derivativos	-	-	2.388	-
Partes relacionadas	1.963.350	1.130.316	-	-
<b>Ativos financeiros totais</b>	<b>2.743.898</b>	<b>1.614.335</b>	<b>902.594</b>	<b>2.162.310</b>
<b>Passivos financeiros</b>				
	Passivos financeiros ao custo amortizado		Mensurados a Valor justo por meio de Resultado	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Fornecedores	344.484	341.911	-	-
Empréstimos e financiamentos	5.106.327	5.305.588	-	-
Derivativos	-	-	209.185	138.914
Juros sobre debêntures	180.299	132.000	-	-
<b>Passivos financeiros totais</b>	<b>5.631.110</b>	<b>5.779.499</b>	<b>209.185</b>	<b>138.914</b>
Consolidado				
<b>Ativos financeiros</b>				
	Empréstimos e Recebíveis		Mantidos para negociação	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Caixa e equivalentes de caixa	975.322	641.462	101.498	96.586
Aplicações financeiras	-	-	2.401.037	3.145.998
Valores a receber - clientes	1.302.906	1.361.945	-	-
Titulos a receber - derivativos	-	-	24.585	-
<b>Ativos financeiros totais</b>	<b>2.278.228</b>	<b>2.003.407</b>	<b>2.527.120</b>	<b>3.242.584</b>
<b>Passivos financeiros</b>				
	Passivos financeiros ao custo amortizado		Mensurados a Valor justo por meio de Resultado	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Fornecedores	2.783.120	2.310.763	-	-
Empréstimos e financiamentos	10.603.078	9.227.805	-	-
Derivativos	-	-	243.888	148.875
Juros sobre debêntures	180.299	132.000	-	-
<b>Passivos financeiros totais</b>	<b>13.566.497</b>	<b>11.670.568</b>	<b>243.888</b>	<b>148.875</b>

Os detalhes das políticas contábeis e dos métodos adotados (incluindo critérios de reconhecimento, bases de mensuração e critérios de reconhecimento de ganhos e perdas), para cada classe de instrumento financeiro e de patrimônio, estão apresentados na nota explicativa nº 03.

### 32.3 COMPARAÇÃO DO VALOR DE MERCADO E DOS RESPECTIVOS VALORES JUSTOS

Segue apresentação do valor de mercado dos instrumentos financeiros:

	Consolidado			
	dez/11		dez/10	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Caixa e equivalentes de caixa	1.076.820	1.076.820	738.048	738.048
Aplicações Financeiras	2.401.037	2.401.037	3.138.308	3.138.308
Valores a receber - clientes	1.302.906	1.302.906	1.361.945	1.361.945
Fornecedores	2.783.120	2.783.120	2.310.763	2.310.763
Empréstimos e financiamentos	10.603.078	10.603.078	9.227.805	9.227.805
Derivativos	243.888	243.888	148.875	148.875
Juros sobre debêntures	180.299	180.299	132.000	132.000
Debêntures	593.951	593.951	-	-

O valor justo dos instrumentos financeiros é similar ao valor contábil e refletem substancialmente os valores que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. No entanto, por não possuírem um mercado ativo, poderiam ocorrer variações caso a Companhia e suas controladas resolvessem liquidá-los antecipadamente.

### 32.4 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez decorre da gestão de capital de giro da Companhia e controladas e da amortização dos encargos financeiros e principal dos instrumentos de dívida. É o risco que a Companhia e suas controladas encontrarão dificuldade em cumprir as suas obrigações financeiras vincendas.

A Companhia e suas controladas administram seu capital tendo como base parâmetros de otimização da estrutura de capital com foco nas métricas de liquidez e alavancagem que possibilitem a um retorno aos acionistas, no médio prazo, condizente com os riscos assumidos na operação.

## 32.4.1 Gestão de capital

	Consolidado	
	31/12/11	31/12/10
Caixa e equivalente de caixa e aplicação financeira no curto prazo	3.476.960	3.876.356
Empréstimos e financiamentos no curto prazo	2.277.035	2.852.561
Indicador de Liquidez modificado	1,53	1,36
Indicador de alavancagem	4,39x	3,07x

A gestão de capital é feita com o objetivo de se definir a melhor estrutura de financiamentos para a Companhia e suas controladas.

Os principais indicadores para monitoramento dessa gestão é o indicador de liquidez imediata modificado, representado pela relação entre o caixa e equivalentes de caixa e o indicador de alavancagem, - endividamento circulante (curto prazo); e o Indicador de alavancagem - acompanhamento da relação da dívida líquida (endividamento total menos o caixa e equivalentes de caixa) sobre “EBITDA” em níveis considerados administráveis para a continuidade das operações.

Com base na análise desses indicadores, é definida a gestão de capital de giro de forma a manter a alavancagem natural da Companhia e suas controladas em níveis iguais ou inferiores ao índice de alavancagem que a Administração considera como adequado.

A tabela a seguir apresenta os prazos contratuais (representando fluxos de caixa contratuais não descontados) de passivos financeiros:

	Consolidado					
31 de dezembro de 2010	2011	2012	2013	2014	Após	Total
Fornecedores	2.310.763	-	-	-	-	2.310.763
Empréstimos e Financiamentos	2.852.561	1.333.730	1.254.948	1.445.765	2.340.801	9.227.805
Passivos financeiros derivativos	134.808	8.236	4.238	-	1.593	148.875
Juros sobre debêntures	132.000	-	-	-	-	132.000
Total	5.430.132	1.341.966	1.259.186	1.445.765	2.342.394	11.819.443

31 de dezembro de 2011	2012	2013	2014	2015	Após	Total
Fornecedores	2.783.120	-	-	-	-	2.783.120
Empréstimos e Financiamentos	2.277.033	2.088.452	1.939.400	1.010.784	3.287.409	10.603.078
Passivos financeiros derivativos	8.171	3.845	14.285	132.484	85.103	243.888
Juros sobre debêntures	180.299	-	-	-	-	180.299
Total	5.248.623	2.092.297	1.953.685	1.143.268	3.372.512	13.810.385

## 32.5 ADMINISTRAÇÃO DE RISCO DE TAXAS DE JUROS

Refere-se ao risco de a Companhia vir a sofrer perdas econômicas devido a alterações adversas nas taxas de juros. Esta exposição se trata, principalmente, da mudança nas taxas de juros de mercado que afetem passivos e ativos da Companhia indexados pela taxa TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), LIBOR (*London Interbank Offered Rate*), ou CDI (Taxa de juros dos Certificados de Depósitos Interbancários).

Visando minimizar os custos de serviço da dívida, a Companhia e suas controladas monitoram continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. Os controles internos utilizados no gerenciamento de risco e cobertura são feitos através de planilhas de cálculos com o devido acompanhamento das operações realizadas e o cálculo de VaR (*Value at Risk*) para um dia, com o intervalo de confiança de 95%.

O risco de exposição à taxa de juros da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010 está a seguir apresentado:

Exposição à taxa CDI:

	Consolidado	
	31/12/11	31/12/10
NCE (R\$ e US\$) / Capital de giro (R\$)	3.059.976	3.389.767
(-) CDB-DI (R\$)	(1.002.199)	(1.596.194)
Subtotal	2.057.777	1.793.573

Exposição à taxa LIBOR

Pré-pagamento (US\$)	2.595.233	2.629.232
Capital de giro (US\$)	205.561	186.758
Financiamento parque industrial (US\$) / Conta garantida (US\$)	5.994	30.495
Subtotal	2.806.788	2.846.485

Exposição à taxa TJLP:

FINAME / FINEM / FINEP	61.047	64.454
Subtotal	61.047	64.454
TOTAL	4.925.612	4.704.512

A Companhia contratou operações de “swap”, não especulativos para minimizar os efeitos das mudanças nas taxas de juros na liquidação de suas operações de empréstimos e financiamentos, conforme abaixo:



Instrumento	Registro	Vencimento	A receber	A pagar	Valor de referência US\$ (nacional) (2)	Valor Justo R\$ (1)	31/12/11	31/12/10
							Valor a receber (-) pagar	Valor a receber (-) pagar
Swap Taxa Juros	CETIP	2012	Libor maior 2,08	Libor menor 2,08	4.720 (2)	102.644 (2)	(1.027)	(2.032)
Swap Taxa Juros	CETIP	2013	Libor maior 2,39	Libor menor 2,39	50.000 (2)	93.790 (2)	(1.958)	(3.197)
Swap Taxa Juros	CETIP	2014	Libor maior 4,86%	Libor menor 4,86%	464.671 (2)	871.630 (2)	(14.285)	(14.902)
Swap Taxa Juros	CETIP	2015	Maior VC USD + 8,31%	Menor VC USD + 8,31%	701.074 (2)	1.315.075 (2)	(109.291)	-
Swap Taxa Juros	CETIP	2015	Menor Libor VC USD + 5,5%	Maior Libor VC USD + 5,5%	22.500 (2)	422.055 (2)	(14.518)	-
Swap Taxa Juros	CETIP	2015	Libor maior 1,5%	Libor menor 1,5%	83.139 (2)	155.952 (2)	(8.675)	(5.387)
Swap Taxa Juros	CETIP	2018	Maior VC USD + 8%	Menor VC USD + 8%	120.000 (2)	225.096 (2)	(58.866)	-
					<u>1.446.104</u>	<u>3.186.242</u>	<u>(208.620)</u>	<u>(25.518)</u>
Swap Taxa Juros	(3)	2012	Menor 2,75%	Maior 2,75%	25.000	46.895	(1.424)	-
Swap Taxa Juros	(3)	2012	Libor menor 2,235%	Libor maior 2,235%	100.000	187.580	(5.720)	(225)
Swap Taxa Juros	(3)	2013	Libor menor 2,235%	Libor maior 2,235%	34.576	53.976	-	(2.098)
Swap Taxa Juros	(3)	2013	Libor menor 3%	Libor maior 3%	25.000	46.895	(1.887)	(5.079)
					<u>184.576</u>	<u>335.346</u>	<u>(9.031)</u>	<u>(7.402)</u>
					<u>1.630.680</u>	<u>3.521.588</u>	<u>(217.651)</u>	<u>(32.920)</u>

(1) O valor informado é apurado através do método "Mark-to-Market" (MtM) mais o prêmio que houver, que consiste em apurar o valor futuro com base nas condições contratadas e determinar o valor presente com base nas curvas de mercado, extraídas da base de dados da Bloomberg e da BM&FBovespa

(2) O valor de referência (nacional) não está condicionado a uma operação de hedge. O mesmo apenas é base para os fluxos de pagamento, os quais estão atrelados a taxa Libor (Libor Interbank Offered Rate), que por sua vez está fixada.

(3) Operação bi-lateral/balcão. Não possui registro em câmara de custódia/liquidação

## 32.6 ADMINISTRAÇÃO DE RISCO DE PREÇOS DE "COMMODITIES"

Em suas atividades a Companhia e suas controladas efetivam a compra de certas "*commodities*" como: gado, grãos e energia, os quais são os maiores componentes individuais do custo de produção e estão sujeitos a determinadas variáveis.

O preço do gado adquirido de terceiros está diretamente relacionado às condições de mercado, sofrendo influência da disponibilidade interna e níveis de demanda no mercado internacional.

No tocante ao milho e farelo de soja ("grãos"), os mesmos estão sujeitos à volatilidade gerada pelas condições climáticas, rendimento de safra, custos com transportes, custos com armazenagem, política agrícola, taxas de câmbio, cotação internacional e outras, o que está fora do controle da Administração.

Há exposições à variação do preço do combustível diesel e gasolina ("energia"), cujas oscilações são decorrentes de fatores externos à Administração.

No intuito de diminuir o impacto das "*commodities*", a Companhia e suas controladas administram os níveis de estoque, mantêm confinamento de gado e negociam instrumentos financeiros derivativos de mercado futuro.

Os controles internos utilizados no gerenciamento de risco e cobertura são feitos através de planilhas de cálculos com o devido acompanhamento das operações realizadas e o cálculo de VaR (*Value at Risk*) para um dia, com o intervalo de confiança de 95%.

A controladora e as suas subsidiárias controladas contratam instrumentos financeiros com o objetivo de reduzir o risco de preço relacionado às necessidades das *commodities* para um período de até 12 meses.

Parte substancial dos referidos instrumentos financeiros de proteção advêm do mercado futuro, tendo como contraparte a bolsa CBOT - *Chicago Board of Trade*, cujas entregas físicas (“*deliverable*”) dos itens não financeiros são efetivadas. Em 31 de dezembro de 2011, instrumentos financeiros cobriam 5% das necessidades previstas de compra de gado no Brasil; na Keystone 74,5% das exposições de energia e 95,3% de cobertura para a exposição de grãos, para uma necessidade prevista em 2011, sendo nesses dois últimos realizados em nome de seus clientes.

### 32.7 ADMINISTRAÇÃO DE RISCO DE CRÉDITO

A Companhia e as suas controladas estão sujeitas ao risco de crédito. O risco de crédito trata de prejuízos financeiros do grupo caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem em grande parte dos recebíveis.

A Companhia e as suas controladas limitam suas exposições através de análise de crédito e gestão da carteira de clientes, buscando minimizar a exposição econômica a um dado cliente e/ou mercado que possa vir a representar perdas expressivas.

A Política de Risco de Crédito Global determina as diretrizes para a gestão do risco de crédito financeiro pautada nas seguintes bases:

- Limitação da concentração do risco de crédito líquido de contraparte em 15% do total do ativo circulante;
- Aplicação dos recursos financeiros em instituições financeiras sólidas e de primeira linha, através da avaliação do seu *rating*;
- Equalização das posições passivas com as posições ativas.

As avaliações realizadas são baseadas nos fluxos de informações e de monitoramento do volume de compras no mercado. Os controles internos englobam a atribuição de limites de crédito.

A exposição máxima ao risco de crédito da Companhia e suas controladas são os valores a receber de clientes apresentados na nota explicativa n.º 6. O valor do risco efetivo de eventuais perdas encontra-se apresentado como provisão para risco de crédito, na referida nota.

A seguir os valores de ativo financeiro sujeitos a risco de crédito:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/11
Caixa e equivalentes de caixa	422.367	147.582	1.076.820	738.048
Aplicações Financeiras	877.065	2.106.438	2.400.140	3.138.308
Valores a receber - clientes nacionais	193.588	237.948	1.032.510	1.109.851
Valores a receber - clientes internacionais	187.634	154.172	270.396	252.094
Outros valores a receber	19.954	44.806	168.538	215.152
Total	1.700.608	2.690.946	4.948.404	5.453.453

### 32.8 ADMINISTRAÇÃO DE RISCO CAMBIAL

Trata-se do risco de que alterações das taxas de câmbio de moedas estrangeiras possam fazer com que a Companhia e suas controladas incorram em prejuízos, levando a uma redução dos valores dos ativos ou aumento dos valores das obrigações. A principal exposição à qual a Companhia está sujeita, no tocante às variações cambiais, se refere à flutuação do dólar dos EUA em relação ao real.

Como aproximadamente 73% das receitas da Companhia são originadas em outras moedas que não o Real, a Companhia possui um “*hedge*” natural para fazer frente aos vencimentos de suas futuras obrigações em moeda estrangeira. Os controles internos utilizados no gerenciamento de risco e cobertura são feitos através de planilhas de cálculos com o devido acompanhamento das operações realizadas e o cálculo de VaR (*Value at Risk*) para um dia, com intervalo de confiança de 95%.

A Companhia também mantém uma sólida política financeira, com manutenção de elevado saldo de caixa e aplicações financeiras de curto prazo em renomadas instituições financeiras.

Acreditamos que a política financeira consistente da Companhia e suas controladas, alicerçada em sua estrutura de capital bem distribuída, fornece condições para consolidar o aproveitamento das sinergias com as aquisições realizadas.

Posição em moeda estrangeira e derivativos em aberto

Os ativos e passivos em moeda estrangeira são assim demonstrados:

			Controladora
			Efeitos no resultado
			Variação cambial
EXPOSIÇÃO			2011
Descrição	31/12/11	31/12/10	
OPERACIONAL			
Contas a receber	451.855	385.032	96.606
Adiantamento de cambiais entregues - ACEs	(262.776)	(230.860)	(52.499)
Importações a pagar	(45.560)	(45.746)	(4.762)
Subtotal	143.519	108.426	39.345
FINANCEIRO			
Empréstimos e financiamentos	(3.838.276)	(3.952.016)	(511.575)
Títulos a pagar	(3.517)	(8.842)	3.494
Saldo de bancos e aplicações financeiras (*)	243.312	252.274	(28)
Subtotal	(3.598.481)	(3.708.584)	(508.109)
TOTAL	(3.454.962)	(3.600.158)	(468.764)
Variação cambial ativa			254.399
Variação cambial passiva			(723.163)
Variação cambial líquida			(468.764)

(\*) Referem-se apenas a saldo de bancos e aplicações financeiras que geraram variação cambial.

			Consolidado
			Efeitos no resultado
			Variação cambial
Descrição	31/12/11	31/12/10	2011
<b>EXPOSIÇÃO</b>			
<b>OPERACIONAL</b>			
Contas a receber	924.177	533.385	256.539
Adiantamento de cambiais entregues - ACEs	(651.535)	(281.291)	(52.499)
Importações a pagar	(116.832)	(182.389)	(24.818)
Outros	4.125	25.447	(1.633)
Subtotal	159.935	95.152	177.589
<b>FINANCEIRO</b>			
Empréstimos e financiamentos	(8.611.286)	(6.936.818)	(960.249)
Títulos a pagar	(25.187)	(49.664)	(3.587)
Saldo de bancos e aplicações financeiras (*)	637.696	263.231	2.913
Outros	(11.436)	(19.262)	2.625
Subtotal	(8.010.213)	(6.742.513)	(958.298)
<b>TOTAL</b>	<b>(7.850.278)</b>	<b>(6.647.361)</b>	<b>(780.709)</b>
Variação cambial ativa			564.983
Variação cambial passiva			(1.345.692)
Variação cambial líquida			(780.709)

(\*) Referem-se apenas a saldo de bancos e aplicações financeiras que geraram variação cambial.

As posições de derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2011 são apresentadas abaixo:

Instrumento	Registro	Vencimento	Termo	Moeda Comprado	Moeda Vendida	31/12/11		
						Valor de referencia USD (nacional)	Valor de referencia R\$ (nacional)	Valor justo a receber (-) pagar (1) - R\$ - Mil
NDF	CETIP	jan/2012	1,920	R\$	US\$	25.000	46.895	(558)
NDF	CETIP	fev/2012	1,876	R\$	US\$	50.000	93.790	995
NDF	CETIP	mar/2012	1,876	R\$	US\$	50.000	93.790	960
NDF	CETIP	abr/2012	1,876	R\$	US\$	25.000	46.895	433
Sub Total						150.000	281.370	1.830
Forward	(2)	jan/2012	4,36	ARS	US\$	82.000	153.816	(2.658)
NDF	(2)	jan/2012	20,23	UYU	US\$	7.800	14.631	(189)
NDF	(2)	fev/2012	20,16	UYU	US\$	9.400	17.633	(26)
Sub Total						99.200	186.080	(2.873)
Total						249.200	467.450	(1.043)

(1) O valor informado é apurado através do método "Market to Market" (MtM) mais o prêmio que houver, que consiste em apurar o valor futuro com base nas condições contratadas e determinar o valor presente com base nas curvas de mercado, extraídas da base de dados da "Bloomberg" e da BM&FBovespa.

(2) Operação bi-lateral/balcão. Não possui registro em câmara de custódia/liquidação.

### 32.9 MARGENS DADAS EM GARANTIA

A Companhia não possui valor monetário em garantia para as operações de derivativos junto à bolsa de mercadorias e futuros em 31 de dezembro de 2011.

Concomitantemente não possui nenhuma garantia tomada que esteja atrelada aos ativos financeiros.

### 32.10 ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

No intuito de prover informações do comportamento dos riscos de mercado que a Companhia e suas controladas estão expostas em 31 de dezembro de 2011, são considerados três cenários, sendo que o cenário provável é o valor justo na data de 31 de dezembro de 2011 e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, denominados de Possível e Remoto, respectivamente. A fonte de informação foi a Bloomberg.

No caso de moedas, foi utilizada a curva futura do mercado do dia 31 de dezembro de 2011, onde o valor de referência era de R\$/US\$ 1,8758. Para a taxa de juros o valor em 31 de dezembro de 2011 para a *Libor* de 1 mês estava em 0,295%, a *Libor* de 3 meses estava em 0,581% e a *Libor* de 6 meses estava em 0,808%.

Seguem abaixo os cenários de sensibilidade:

CENÁRIO DE STRESS - SWAP

Instrumento	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Controladora	(208.620)	(264.450)	(312.469)
Controladas	(9.031)	(10.736)	(12.452)
	<u>(217.651)</u>	<u>(275.186)</u>	<u>(324.921)</u>

\*\* No cálculo dos cenários, foram utilizados as curvas futuras da fonte Bloomberg e deterioradas, este resultado foi trazida a valor presente.

CENÁRIO DE STRESS - TERMO DE MOEDA

Instrumento	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Controladora	1.830	(69.238)	(139.580)
Controladas	(2.873)	(74.420)	(100.183)
	<u>(1.043)</u>	<u>(143.658)</u>	<u>(239.763)</u>

\*\* No cálculo dos cenários, foram utilizados as curvas futuras da fonte Bloomberg e deterioradas, este resultado foi trazida a valor presente.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, o resultado financeiro líquido com derivativos totalizou uma despesa de R\$188.151, sendo R\$276.426 relativos às despesas e R\$88.275 relativos às receitas.

Os ativos e passivos apresentados no balanço patrimonial na rubrica “títulos a receber” “títulos a pagar”, referentes às operações com derivativos, as quais têm o objetivo de proteção patrimonial, estão demonstrados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Swap	(208.620)	(25.737)	(217.651)	(33.693)
Termo de moedas	1.830	(113.177)	(1.043)	(115.182)
Outros	(2.395)	-	(25.194)	-
	<u>(209.185)</u>	<u>(138.914)</u>	<u>(243.888)</u>	<u>(148.875)</u>



### 32.11 VALOR JUSTO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e suas controladas utilizam as curvas de mercado da “Bloomberg” de cada derivativo, trazidas a valor presente na data da apuração, para obtenção do valor justo, à exceção dos derivativos de mercado futuro que têm os valores justos calculados com base nos ajustes diários das variações das cotações de mercado das bolsas de mercadorias e futuros que atuam como contraparte. O valor justo dos contratos de swap de taxa de juros é obtido calculando-se de forma independente as pontas ativa e passiva, trazendo-as ao seu valor presente.

De acordo com o IFRS 7, a Companhia e suas controladas classificam a mensuração do valor justo de acordo com os níveis hierárquicos que refletem a significância dos índices utilizados nesta mensuração, conforme os seguintes níveis:

Nível 1: Preços cotados em mercados ativos (não ajustados) para ativos e passivos idênticos;

Nível 2: Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, em que os preços cotados são para ativos e passivos similares, seja diretamente por obtenção de preços em mercados ativos ou indiretamente, como técnicas de avaliação que utilizam dados dos mercados ativos.

Nível 3: Os índices utilizados para cálculo não derivam de um mercado ativo. A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos neste nível de mensuração.

Conforme observado acima, os valores justos dos instrumentos financeiros, à exceção daqueles vencíveis no curto prazo, instrumentos de patrimônio sem mercado ativo e contratos com características discricionárias em que o valor justo não pode ser mensurado confiavelmente, estão apresentados por níveis hierárquicos de mensuração, abaixo:

	Nível 1	Nível 2	Nível 3
<b>Ativo Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	1.076.820	-	-
Aplicações Financeiras - mantidas para negociação	-	2.400.140	-
<b>Passivos não circulantes</b>			
Derivativos	-	(217.652)	-
<b>Total</b>	<b>1.076.820</b>	<b>2.182.488</b>	<b>-</b>

A Administração entende que os resultados obtidos com estas operações de derivativos atendem à estratégia de gerenciamento de risco adotada pela Companhia e suas controladas.

### **33. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro foram apurados conforme legislação em vigor, bem como em conformidade com o Regime Tributário de Transição - RTT, previsto na Medida Provisória nº 449/2008.

Os cálculos do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, bem como suas respectivas declarações, quando exigidas, estão sujeitas à revisão por parte das autoridades fiscais por exercícios e prazos variáveis em relação à respectiva data do pagamento ou entrega da declaração de rendimentos.

Demonstramos o cálculo e a conciliação do montante de imposto de renda e da contribuição social apresentados no resultado do exercício:

Marfrig Alimentos S.A.

		Controladora		Consolidado	
Tributo		31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Lucro (prejuízo) antes dos efeitos tributários		(1.088.231)	(18.830)	(1.276.650)	(271.500)
Adições					
Adições do IRPJ		548.374	340.856	917.184	847.691
Adições do CSL		548.374	321.888	858.282	864.824
(-) Exclusões					
(-) Exclusões do IRPJ		(437.288)	(783.264)	(944.169)	(1.412.577)
(-) Exclusões do CSL		(437.288)	(783.264)	(914.005)	(1.412.820)
Base de cálculo					
Base de cálculo do imposto de renda		(977.145)	(461.238)	(1.303.635)	(836.386)
Base de cálculo da contribuição social		(977.145)	(480.206)	(1.331.702)	(819.496)
Empresas com prejuízo fiscal		-	-	448.063	-
Empresas com base negativa		-	-	478.599	-
Base de cálculo ajustada IRPJ		(977.145)	(461.238)	(855.572)	(836.386)
Base de cálculo ajustada CSLL		(977.145)	(480.206)	(853.103)	(819.496)
(-) Compensação de prejuízo fiscal		-	-	(15.993)	(13.887)
(-) Compensação de base negativa de CSL		-	-	(14.785)	-
Base de cálculo após compensação					
Base de cálculo após compensação IRPJ		(977.145)	(461.238)	(871.565)	163.768
Base de cálculo após compensação CSL		(977.145)	(480.206)	(867.888)	174.567
Imposto de renda (15%)		-	-	(30.531)	(23.405)
Adicional (10%)		-	-	(11.550)	420
(-) PAT		-	-	(25)	(28)
Imposto de renda total		-	-	(42.106)	(23.013)
Contribuição social (9%)		-	-	(4.336)	(418)
		-	-	(46.442)	(23.431)
Diferença de alíquota sobre os resultados do exterior		-	-	92.883	-
Total de tributos		-	-	46.441	(23.431)
Efeito na Demonstração de Resultados		-	-	46.441	(23.431)
Tributo	Grupo	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
(-) Imposto de renda - Corrente	Passivo circulante	-	-	(42.106)	(23.013)
Imposto de renda diferido - Ativos (1)	Ativo não circulante	246.790	116.367	383.221	344.425
Imposto de renda diferido - Passivo (1)	Passivo não circulante	4.841	5.124	65.295	(25.040)
Líquido	Resultado	251.631	121.491	406.410	296.372
(-) Contribuição social - corrente	Passivo circulante	-	-	(4.336)	(418)
Contribuição social diferida - Ativa (1)	Ativo não circulante	88.845	43.600	125.962	122.657
Contribuição social diferida - Passiva (1)	Passivo não circulante	1.743	(167)	1.931	(7.019)
Líquido	Resultado	90.588	43.433	123.557	115.220

- (1) Referem-se ao imposto de renda diferido e a contribuição social diferida, apurados sobre: os tributos com exigibilidade suspensa (provisões) que foram adicionados na apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social; aproveitamento fiscal de ágio pago sobre rentabilidade futura; e prejuízo fiscal / base negativa de CSL, os quais estão demonstrados nas notas explicativas 11 e 23.

#### 34. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A Companhia tem atuado em seu papel no desenvolvimento e responsabilidade social em todos os países em que opera. Em 2007 foi criado o Departamento de Ação Social, o qual é responsável por tais projetos.

Anualmente, a Companhia tem contribuído com um volume crescente de recursos financeiros e capital humano para hospitais, entidades beneficentes e projetos sociais, destinando inclusive parte de sua produção para comunidades carentes em diversas regiões brasileiras.

Para a sustentabilidade das operações do Grupo Marfrig, a Companhia busca tomar todas as medidas para preservar o meio ambiente e gerar um impacto positivo nas comunidades em que atua.

São realizadas reuniões com a presença de diretores da Companhia, nas quais são definidos os projetos e estabelecidas as metas na área ambiental. Entre os projetos de redução de emissões de gases do efeito estufa (créditos de carbono) em andamento, podem ser citados: (i) a geração de energia elétrica utilizando biomassa; (ii) a substituição de combustível fóssil por sebo nas caldeiras de suas plantas; e (iii) o tratamento de efluentes em reatores anaeróbicos (biodigestores) com captura e queima do gás metano. Além disso, foi implantado o tratamento de efluentes via biodigestores nas plantas de Bataguassu, Porto Murtinho, Tangará da Serra, Promissão I e II e, se constatado viável pelas pesquisas de desenvolvimento, será implantado também nas plantas de Mineiros, Chupinguaia, Paranatinga e São Gabriel.

Em julho de 2011, o Grupo Marfrig concluiu o primeiro inventário de gases do efeito estufa em todas as plantas presentes em 22 países pelo mundo. O inventário traz os dados de emissão de gases CO<sub>2</sub> do Grupo e será o principal guia para que sejam desenvolvidos estudos, realizados projetos e ampliadas as ações com o objetivo de reduzir as emissões. O inventário permitiu à companhia disponibilizar suas informações consolidadas sobre emissões, em nível Brasil, no GHG Protocol Brasil e, em nível global, no CDP - *Carbon Disclosure Project*.

No tocante à compra de gado no Brasil, a Companhia segue a política de não adquirir gado de fazendas incluídas na relação de áreas embargadas relacionadas na Portaria IBAMA nº 19, de 2 de julho de 2008 e Decreto nº 6.321 de 21 de dezembro de 2007 e em suas atualizações disponibilizadas, bem como na Lista Suja do Trabalho Escravo do Ministério do Trabalho e Emprego (Portaria 540/2004, de 15/10/2004), agindo proativamente em relação a produtores que descumprem as legislações vigentes e providenciando imediatamente o seu descredenciamento na relação de fornecedores de animais para corte.

A Companhia reitera que adota práticas adequadas às legislações ambientais e trabalhistas vigentes, inclusive sendo signatária do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo e do Pacto Conexões Sustentáveis desde outubro de 2008, nos quais a Marfrig se compromete com a manutenção e fiscalização de suas relações comerciais, respeitando códigos de ética e humanitários.

A partir de 22 de junho de 2009 a Companhia se comprometeu a não adquirir e abater ou comercializar bovinos originários de áreas do Bioma Amazônico que tenham sido desmatadas a partir desta data, demonstrando o comprometimento em buscar uma solução de desenvolvimento sustentável para a pecuária. Nesse sentido, a partir da referida data e por solicitação da Companhia, os auditores independentes realizam procedimentos específicos de revisão das aquisições de gado, de forma a corroborar o compromisso assumido.

A Companhia compromete-se a trabalhar em parceria com os governos estaduais e em especial com o do Estado do Mato Grosso no Programa MT Legal e com a sociedade brasileira no desenvolvimento de um Programa de Garantia de Origem dos Animais, incluindo a adesão de seus fornecedores que fazem a engorda dos bovinos com animais provenientes de outras propriedades para:

- Controlar a origem dos bovinos para abate de forma a não serem de áreas embargadas pelo IBAMA ou que constam da lista do trabalho escravo do Ministério do Trabalho e Emprego.
- Implantar um plano de controle sobre as propriedades de fornecedores para que estas não adquiram animais de fazendas incluídas na lista de áreas embargadas pelo IBAMA ou que constem da lista do MTE do trabalho escravo.

Também são objetivos da Marfrig, como parte de sua política de sustentabilidade:

- Desenvolver junto aos pecuaristas as boas práticas socioambientais.
- Implantar o Programa de Impulso Pecuário, que é a capacitação e valorização de boas práticas para melhorar a produtividade no campo, a exemplo do que as controladas da Companhia já desenvolvem na Argentina e no Uruguai.
- Disponibilizar os resultados dos programas acima citados para consulta.
- Implantar o cadastramento socioambiental nas propriedades fornecedoras de gado, elevando os padrões de adequação e assegurando o comprometimento com a sustentabilidade em toda a cadeia.

A Companhia reitera que já segue a rígida conduta de não adquirir gado de fazendas incluídas na relação de áreas embargadas, agindo proativamente em relação a produtores que descumprem as legislações vigentes e providenciando imediatamente o seu credenciamento na relação de fornecedores de animais para corte e que já adota práticas adequadas às legislações ambientais e trabalhistas vigentes.

Mostrando ainda mais nossa real jornada em prol da sustentabilidade, foi criado em Abril de 2011, o Instituto Marfrig de Sustentabilidade, cujo foco de entidade sem fins lucrativos visa apoiar projetos sustentáveis junto às comunidades.

### 35. EVENTOS SUBSEQUENTES

- Em 30 de janeiro de 2012, a Marfrig anunciou o novo CEO da Seara Alimentos, David Alan Palfenier, 55 anos, bacharel em administração de empresas com ênfase em marketing pela Eastern Washington University. David atuava anteriormente como Presidente da ConAgra Foods, Consumer Foods International, e substituiu Mayr Bonassi no comando da Seara a partir de fevereiro de 2012. Mayr, que permaneceu por 5 anos à frente das operações de Aves, Suínos e Industrializados do Grupo Marfrig no Brasil, anunciou sua aposentadoria no final de 2011. Mayr fará a transição do cargo para seu substituto e atuará na companhia como Membro do Conselho Consultivo.
- Em 31 de janeiro de 2012, a Marfrig comunicou um acidente acontecido no curtume de Bataguassu (MS). O curtume foi isolado para perícia técnica. Informações preliminares indicaram que houve reação química no descarregamento de insumos realizado por uma empresa terceirizada. A unidade frigorífica de abate e processamento de carne bovina de Bataguassu, próxima ao curtume, não foi atingida pelo acidente.
- Em 31 de janeiro e em 16 de fevereiro de 2012, a Companhia anunciou juntamente com a JSL S.A., prorrogações do prazo para negociação final das bases da Operação e das premissas técnicas e operacionais de regência do possível contrato de gestão dos serviços logísticos da Marfrig pela JSL, bem como transferência de alguns ativos logísticos, conforme explicitado em Fato Relevante de 21 de dezembro de 2011. Em 14 de março de 2012, Marfrig e JSL comunicaram a seus acionistas e ao mercado em geral que não foram concluídos os termos e condições definitivos do referido acordo e optaram por encerrar as tratativas para a celebração do referido contrato, continuando, no entanto, no curso normal de seus negócios, a avaliar possíveis parcerias envolvendo, por exemplo, a prestação de serviços de gestão da cadeia logística, e a operação de centros de distribuição. A Marfrig Alimentos informou ao mercado que mantém seus planos de capitalização através de seus ativos de logística.
- Em 13 de fevereiro de 2012, a Companhia comunicou a conclusão do processo de *due diligence* e a celebração de contrato definitivo, irretratável e irrevogável para a venda do negócio de serviços de logística especializada para redes de serviço rápido de alimentação dos EUA, Europa, Oriente Médio, Oceania e Ásia de sua subsidiária Keystone Foods LLC. para a empresa The Martin-Brower Company, L.L.C. Este negócio faz parte do segmento de Aves, Suínos e Produtos Elaborados e Processados da Companhia. As Companhias se programaram para liquidar a operação em 30 de março de 2012. O Grupo Marfrig dará sequência desta forma à decisão estratégica que é focar no desenvolvimento, produção e comercialização de alimentos industrializados e de valor agregado à base de carne de aves, bovina, suína, ovina e de peixes, em escala global. Em 31 de dezembro de 2011, os ativos totais objeto da transação equivalem a 1.723 mR\$ e as receitas líquidas equivalem a 0,6 mR\$.

A Companhia entende que até a data base de encerramento das demonstrações financeiras de 31/12/2011 não haviam sido atendidos os requisitos necessários previstos no CPC 31 para classificação como “ativo disponível para venda”. Nesse sentido, somente em evento subsequente a data base de encerramento das demonstrações financeiras de 31/12/2011, houve o completo atendimento aos requisitos, com a conclusão dos trabalhos de identificação dos ativos e celebração do contrato definitivo.

- Em 27 de fevereiro de 2012, a Companhia anunciou sua nova estrutura organizacional, aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada na mesma data, com constituição do segmento de negócios Seara Foods, cujo objetivo é garantir uma maior integração e criação de mais sinergias operacionais no segmento de aves, suínos e alimentos processados do Grupo - constituído por Seara, Moy Park e Keystone Foods. Apesar da integração, as três unidades continuarão operando com identidades próprias. As alterações no segmento de negócios não alterarão o formato de divulgação das informações financeiras já utilizado pela Companhia.
- Em 20 de março de 2012, a Companhia anunciou juntamente com a BRF - Brasil Foods S.A., em complementação ao Fato Relevante divulgado em 08 de dezembro de 2011, a assinatura de um Contrato de Permuta de Ativos e Outras Avenças, estabelecendo os principais termos e condições para a transação de determinados ativos oriundos do TCD - Termo de Compromisso de Desempenho e os seguintes ativos da Companhia:
  - a) Participação acionária equivalente a 90,05% do capital social da Quickfood, sociedade sediada na Argentina, a qual detém os direitos sobre a marca *Paty*, líder de mercado de hambúrguer argentino;
  - b) Transferência da propriedade da planta de abate bovino Frigorífico San Jorge, localizado na província de Santa Fe - Argentina;
  - c) Transferência das operações comerciais com a marca *Paty* no Uruguai e no Chile;

Devido ao fato de a Companhia e a BRF não terem concluído a elaboração de todos os laudos de avaliação a valor justo dos ativos envolvidos na transação, até a data de publicação destas demonstrações financeiras, nenhum ajuste e nenhuma reclassificação foram registrados nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

A transação visa o fortalecimento da posição da marca SEARA no mercado interno brasileiro, dobrando sua capacidade de produção de elaborados e processados, aumentando seu *market share* e permitindo que seus produtos cheguem a um número ainda maior de consumidores, com qualidade, segurança e agilidade.

A implementação da transação está sujeita à aprovação do CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

Marfrig Alimentos S.A.

\* \* \*